

ISSN 1414-6304

Revista

MÚTIPLA

NÚMERO 25 – ANO XIII – DEZEMBRO 2008

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO

Ana Luiza Setti Reckziegel

Alcides Costa Vaz

José Flávio Sombra Saraiva

Marcos Ferreira da Costa Lima

Manoel Moacir C. Macêdo

Pio Penna Filho



Faculdades Integradas

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Relações Públicas

Diretor de Ensino

Diretor de Pós-Graduação

Diretora de Avaliação

Diretor de Ensino a Distância

Vicente Nogueira Filho

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ruy Montenegro

Ana Cristina Morado Nascimento

Benito Nino Bisio

Sebastião Fontineli França

Andrezza Rodrigues Filizzola Bentes

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano XIII - vol. 19 - nº 25, dezembro de 2008.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

158 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão dos Originais

Antônio Carlos Simões e

Geraldo Ananias Pinheiro

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

SUMÁRIO

- 5** Apresentação
- ENSAIOS*
- 9** As divergências historiográficas sobre a reforma religiosa de Akhenaton
Elvis Rodrigues Sampaio
- 27** Mercenários de 1851: significados da imigração alemã para o Brasil
Ivan Dreyer
- 51** Poupança, Investimento e Crescimento Econômico
Pedro Celso Rodrigues Fonseca
- OPINIÃO*
- 79** Instrumentos de redução do desequilíbrio intra-regional na Amazônia ocidental
Getúlio Alberto de Souza Cruz
Ana Zuleida Barroso da Silva
Romanul de Souza Bispo
- 93** Novas reflexões sobre a identidade dos zonoforo no “Oráculo do oleiro” e no Bahman Yašt
Vicente Dobroruka
- 105** L’impasse des carrières courtes dans l’enseignement supérieur brésilien: le cas des cours séquentiels
Rubens de Oliveira Martins
- INFORMAÇÃO*
- 133** Didática: mediando a sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem para uma prática pedagógica competente
Eliane Maria Cherulli Carvalho
Lílian Cherulli de Carvalho
- 151** Por que ler Oswald de Andrade (resenha)
Rubens de Oliveira Martins
- 155** Normas para colaboradores

SUMMARY

5 Foreword

ESSAYS

9 Historiographic divergencies on religion reform under Akhenaton

Elvis Rodrigues Sampaio

27 Mercenaries from 1851: significance of German immigration to Brazil

Ivan Dreyer

51 Savins, investment and economic growth

Pedro Celso Rodrigues Fonseca

OPINION

79 Instruments to reduce the intra-regional imbalance in western Amazonia

Getúlio Alberto de Souza Cruz

Ana Zuleida Barroso da Silva

Romanul de Souza Bispo

93 New reflections on ovas reflexões the identity of zonoforoí in “Oleiro Oracle” and in Bahman Yašt

Vicente Dobroruka

105 The impasse short careers in higher education in Brazil: the case of sequential courses

Rubens de Oliveira Martins

INFORMATION

133 Didactics: mediation between the classroom and the learning process for an efficient pedagogical practice

Eliane Maria Cherulli Carvalho

Lílian Cherulli de Carvalho

151 Why do read Oswald de Andrade (book review)

Rubens de Oliveira Martins

155 Norms for Contributors

APRESENTAÇÃO

Estamos entregando aos leitores o vigésimo quinto número da **Revista Múltipla**. Nessa ocasião, aproveitamos para adequá-la às novas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e renovar parte do Conselho Editorial com acadêmicos de reconhecido mérito em nível nacional e pertencentes a universidades brasileiras de diferentes regiões. Com isso, esperamos assegurar condições para veicularmos análises sobre temas de alcance nacional com elevado padrão acadêmico. É com esse espírito e compromisso que saudamos os novos integrantes de nosso Conselho Editorial.

Na presente edição, apresentamos, como de praxe, temas de diferentes áreas das Ciências Sociais, destacando, em primeiro lugar, análise sobre a reforma religiosa empreendida no Egito Antigo por Akhenaton. Outro artigo avalia a relação entre os personagens existentes no ‘Oráculo do oleiro’, texto egípcio e no *Bahman Yašt*, texto persa.

Na área econômica, temos estudo com o objetivo de verificar a direção da causalidade entre sistema financeiro e crescimento econômico. Ainda na área de crescimento econômico, apresentamos artigo mostrando que a criação da Zona Franca de Manaus introduziu concentração de desenvolvimento na capital do Estado do Amazonas em detrimento das demais regiões da Amazônia Ocidental.

Trazemos também avaliação sobre o papel de mercenários alemães no Brasil, no século XIX, a convite do governo imperial. Referente à área educacional, contamos com contribuição avaliando cursos sequenciais no Brasil. Outro artigo traz ponderações sobre a importância do processo de ensino-aprendizagem.

Finalizando a edição, temos resenha sobre a importância de ler a obra de Oswald de Andrade.

Esperamos que as contribuições apresentadas contemplem as expectativas dos leitores.

A Editora.

ENSAIOS

Considerações preliminares

O ano é de 1377 a.C. O grande Faraó Amenófis III embarca na companhia dos deuses rumo ao Ocidente. Durante o seu reinado, o império egípcio teve a sua maior extensão territorial da história: ao sul, o Sudão é um território do Faraó e ao norte, no levante, existe um emaranhado de povos sob o controle egípcio e que serão utilizados como barreira com intuito de evitar qualquer ameaça de invasão. Com a partida do Senhor das Duas Terras, para se unir a seus irmãos - os deuses - o Egito espera por um período de 70 dias para que o sucessor assuma o trono da Terra de "Kan".

Passado o período em que o Faraó Amenófis III fora preparado para a sua longa viagem, seu filho sobe ao trono do Egito, sob o nome de Amenófis IV, tornando-se assim a encarnação de Horus na Terra, o defensor de Maat, o filho de Rá e amado de Amon.

Durante os primeiros anos de seu reinado, Amenófis IV dá continuidade ao trabalho desenvolvido pelo seu pai. Entretanto, no quarto ano de seu governo, o novo Faraó resolve tomar uma série de medidas que viriam a mudar o curso da história do antigo Egito.

Hoje, muitos são os trabalhos publicados que têm como objetivo discutir o reinado de Amenófis IV e sua proposta religiosa. Entretanto, no presente artigo, nossa finalidade é fazer enfrentamento historiográfico, apresentando o trabalho de autores diversos em discussão acadêmica, visando demonstrar a diversidade de opiniões concernentes ao assunto. Para tal, resolvemos demonstrar as divergências historiográficas em três períodos: no primeiro momento, trabalharemos com os antecedentes da reforma religiosa; em seguida, conduziremos as discussões tratando especificamente da reforma implementada por Akhenaton; e por fim, trataremos de demonstrar as diversas opiniões concernentes ao período posterior da reforma religiosa então empreendida.

Antecedentes da reforma: início das divergências

É comum, quando algum historiador se presta ao serviço de tentar explicar a reforma religiosa implementada por Amenófis IV, relacionar a dominação e expulsão dos Hicsos¹, o surgimento do Novo Império egípcio, bem como o desenvolvimento do culto a Amon e a sua condição de deus-dinástico na política da XVIII dinastia, como elementos influenciadores e decisivos nos acontecimentos que deram origem à fase histórica egípcia, conhecida como Período Amarniano.

Em relação à possível influência dos dominadores asiáticos, Cyril Aldred², vai nos afirmar que o culto solar de Heliópolis será revigorado com a introdução do pensamento do culto solar asiático. Contudo, cabe-nos a pergunta até onde as influências da religião estrangeira atingiram Amenófis IV, já que a expulsão dos Hicsos se deu por volta de dois séculos antes de sua reforma.

Além do mais, percebemos que logo após a expulsão dos Hicsos, no Egito floresceu o culto acentuado da figura do deus tebano Amon; colocando o culto aos demais deuses num patamar inferior. Júlio Gralha, no seu estudo referente à legitimidade dos Faraós do Novo Império, faz referência às novas funções do deus Amon, ele seria colocado, após a vitória de Amósis sob os Hicsos, como o deus dinástico, aquele que representaria as funções do Faraó na cosmologia egípcia³. Alguns autores discutem a importância que o deus Amon recebeu dentro da XVIII dinastia, como fator preponderante para as atitudes tomadas por Akhenaton durante o seu governo.

A partir do Faraó Amósis, o Egito se tornou realmente um império; territórios e povos foram conquistados pelos Faraós da XVIII dinastia; o Duplo País se tornou o mais rico e poderoso do mundo⁴. O crescimento do culto e poder do deus Amon e do clero tebano foram proporcionais ao crescimento imperial egípcio. O deus Amon passou a adquirir o poder e as funções de outros deuses. Já no primeiro momento ele foi associado ao deus Rá e, logo em seguida, passou a assimilar muitos outros deuses; estava se criando, na religião egípcia, uma espécie de monolatria, na verdade um Henoteísmo⁵, onde seria observado um deus com as funções de todos os demais. O deus Amon recebeu, nas grandes conquistas egípcias, os louros da vitória; os Faraós da XVIII dinastia levaram ao templo tebano os despojos das guerras e seria responsabilidade dos sacerdotes a gerência de toda a riqueza do deus. O Sumo-Sacerdócio de Amon tornou o cargo de maior prestígio dentro da máquina estatal egípcia; esse poder nas mãos dos sacerdotes foi responsável por alguns dos eventos mais importantes dentro do Novo Império.

O poder do clero tebano cresce a tal ponto que chegou até mesmo interferir na sucessão faraônica. Quando Tutmés II deixou o trono egípcio, o seu sucessor direto foi impedido de assumir a dupla coroa: os sacerdotes de Amon arquitetaram e justificaram a subida de Hatshepsut como a nova "Faraona" do Egito. Criou-se toda uma cosmologia para legitimar a sua ascensão; o próprio Amon teria participado da concepção divina da rainha⁶. Essa participação dos sacerdotes pode demonstrar como tão grande era o poder e o prestígio do clero de Amon que, para alguns, chegava a ameaçar a posição do rei.

Outra sucessão do governo egípcio que causa certa polêmica ao ser estudada é a da passagem de Amenófis II para Tutmés IV, este que seria o avô de Amenófis IV. No relato identificado em uma Estela gravada aos pés da Esfinge de Gizé, o jovem Faraó explicaria a legitimidade do reinado:

Andando a caçar certo dia no deserto, sentou-se para descansar à sombra da grande Esfinge, ou ao menos daquilo que dela emergia da areia. Cansado, adormeceu e sonhou que a Esfinge lhe falava, "como um pai fala um filho: Olha-me, pois, meu filho Tutmósís, eu sou o teu pai Harmachis-Quéfrem-Rá-Atum (...) Tu unirás a Coroa Branca e a Vermelha sobre o Trono de Gheb, o Rei dos Deuses (...) o meu coração está voltado para ti, porque tu deves ser o meu protetor. O meu coração está acabado e a areia do deserto me oprime; socorre-me e faz o que é o meu desejo, já que tu és o meu filho e Eu estou contigo; Eu sou o teu guia". O príncipe despertou e colocou "as palavras do Deus no silêncio do coração"⁷.

Alguns historiadores enxergam, na história de Tutmés IV, clara tentativa de afastamento do clero tebano e uma postura de equilíbrio, ao recolocar o culto solar, que é uma das simbologias da Esfinge, como parte do culto dinástico e ainda a promessa de que o rei seria o protetor da divindade⁸. E, é ainda sobre o governo de Tutmés IV, que se faz referência ao disco solar, deixando claro a sua participação em campanhas de conquistas⁹.

O sucessor de Tutmés IV, Amenófis III, parece dar continuidade ao possível afastamento do clero tebano. Amenófis III, que ficou conhecido pela expansão militar egípcia, recebendo o título de "O Grande", deu prosseguimento à postura do seu falecido pai, reorganizando o culto aos deuses de Heliópolis, elevando as figuras de Rá-Harakthy, que representa a junção dos deuses Rá e Hórus aos deuses Chu e Aton¹⁰. O egiptólogo francês Christian Jacq¹¹, afirma ainda que uma das grandes evidências desse afastamento de Amenófis III do clero Amon seria a construção do Palácio Real do lado oposto do Nilo, em relação ao templo de Karnac. O

afastamento da corte da sede do poder central do clero tebano diminuiu a influência que o culto a Amon teria sobre o jovem Amenófis IV, que possivelmente teria nascido no novo palácio.

Uma outra obra de Amenófis III que causa certa polêmica em relação à própria construção do palácio, seria a construção do grande Templo de Luxor. Esse templo, que fora iniciado por ele e terminado por Ramsés II, é dedicado à tríade tebana: Amon, Mut e Khonsu. Esse complexo templário nos deixa uma pergunta: por que Amenófis III, que queria se separar da influência do clero de Amon e diminuir o poder dos seus sacerdotes teria iniciado a construção de tão magnífico templo em homenagem ao culto de Tebas? Não caberá a nós, neste artigo, a resposta; contudo, ele nos deixa evidenciar que as discussões sobre o período "pré-amarniano" ainda não nos deixou conclusão plausível.

O reinado de Amenófis III é visto com algumas incógnitas: além das construções ambíguas do palácio real afastado do clero do deus Amon e do grande templo dedicado a esse mesmo deus, outro ponto nos parece contraditório. Foi justamente no governo de Amenófis III que houve um novo crescimento ao culto à Rá-Harakhty, cuja imagem é percebida pelo deus com a cabeça de falcão, sobre ela, o disco solar envolto por uma serpente, símbolo do antigo culto de Heliópolis. Contudo, é nesse momento também que o Henoteísmo de Amon floresceu. A assimilação dos demais deuses egípcios pela figura de Amon, transformando este último em um deus primordial, remete-nos a uma monolatria camuflada, em que as funções que anteriormente eram divididas no ciclo das divindades ficam restritas ao deus Amon. Entretanto os mitos cosmogônicos das divindades não assimiladas continuam inalterados¹². Talvez, nesse período, o Egito vivesse sob um monoteísmo inconsciente; porém isso não passa de mera especulação.

Outro ponto que merece a nossa atenção dentro do reinado de Amenófis III: a figura da Rainha Tya, sua esposa e mãe de Amenófis IV. Alguns pesquisadores, por acreditarem que ela seria uma estrangeira de algum país asiático¹³, colocaram sobre ela a responsabilidade pela educação do futuro Faraó e pelos seus caminhos junto ao culto solar. Contudo, esse é tema sobre o qual ainda não há unanimidade dentro do meio acadêmico. Autores, como Christian Jacq¹⁴, acreditam na nacionalidade egípcia da grande rainha, confirma sua ascendência nobre, contudo de uma família que não estava ligado com a coroa. Tya era de inteligência muito afinada, sua posição como rainha era incontestável e a sua influência nos assuntos políticos pode ser confirmada por meio de uma carta enviada pelo rei Dusratta, de Mitanni, ao ainda Amenófis IV: "todas as palavras

que troquei com teu pai, tua mãe Tiyi as conhece. Ninguém além delas sabe e é através dela que tu poderás conhecer..."¹⁵. Será essa mulher, tão inteirada nos assuntos do Estado egípcio, que ajudará e participará dos pormenores do reinado de Akhenaton.

Grandes mudanças, grandes líderes: a reforma de Akhenaton

Até o momento discutimos não só os antecedentes da subida de Amenófis IV ao poder do estado egípcio, como analisamos também os eventos que puderam ter influenciado esse monarca a realizar uma das reformas religiosas mais importante da história. A partir desse momento, nosso enfoque irá se centrar no governo de Akhenaton e na reforma propriamente dita.

A preparação de Akhenaton para assumir a regência do Estado egípcio e todos os encargos inerentes a essa função, como por exemplo, o Sumo Sacerdócio de todos os templos do Duplo País é fato que temos de levar em consideração para entendermos o porque da reforma. Durante a XVIII dinastia, era comum os príncipes egípcios se deslocarem para a antiga capital egípcia, a cidade de Méfnis, para que ali pudessem receber a educação necessária para exercerem as funções na chefia do Estado. É muito provável que, apesar de não termos nenhum documento que comprove, Akhenaton, como os demais príncipes, tenha se dirigido a Méfnis para realizar a sua preparação. Ali teria como mestres muitos sábios especialistas nos antigos cultos e, seria nesse momento que ele teria contato mais profundo com os antigos deuses: Rá, Horus na figura de Harakhty, de Chu e de Aton¹⁶. Esse contato com as antigas crenças podem ter alicerçado as "paixões" do soberano pela figura e "unicidade" de Aton.

Enfim, com a morte de Amenófis III, Amenófis IV assume sozinho a regência do Egito. Nesse ponto, temos nova controvérsia: Donald Redford¹⁷, um dos maiores especialista em Período Amarniano, deixa bem claro que Amenófis IV só foi coroado após a morte de seu pai. Entretanto, Christian Jacq¹⁸ levanta uma discussão sobre o assunto, apontando provas que identificaria um período de co-regência entre pai e filho, algo até comum dentro do antigo Egito. Essa interpretação questiona se Amenófis III ainda estava vivo quando da Reforma encabeçada por seu filho.

Não vamos nos centrar na questão da co-regência. O que é mais importante no momento é traçar alguns pontos dos primeiros anos do reinado de Amenófis IV. Foi, possivelmente, logo após sua ascensão como regente do Duplo-País que Amenófis IV consumou o seu casamento com a bela Nefertiti, mulher que o acom-

panhou durante quase todo o seu reinado e que esteve presente em todos os passos da reforma.

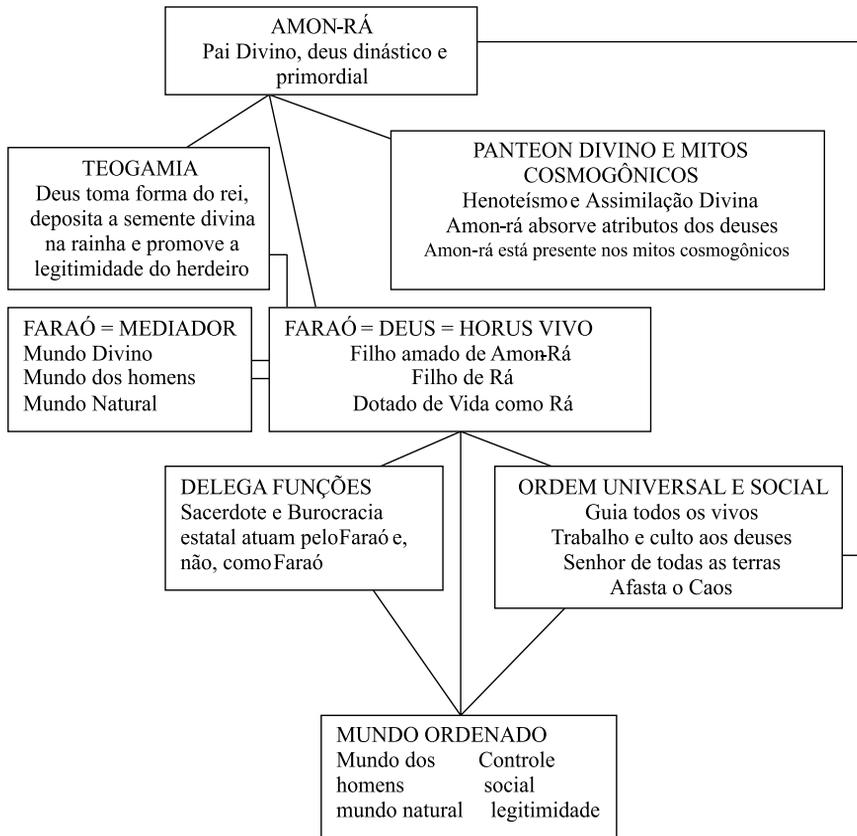
O governo do novo soberano do Egito pode ser dividido em duas partes, tendo como divisor d'águas o festival de *Heb-Sed*, que discutiremos mais adiante. Na sua coroação, ele subiu ao trono levando o nome de Amenófis IV, o que até então não nos trás grandes mudanças, pois continua levando o nome do deus Amon a sua titularia real e, utiliza de sua cosmologia para legitimar a sua posição como deus encarnado.

Christian Jacq é categórico em afirmar que "neste principio de reinado não há ruptura com as tradições"¹⁹. Contudo, Redford, vê esse início de reinado já com suas quebras nas convenções e tradições egípcias: logo ao assumir o trono, Amenófis IV substituiu os componentes da máquina administrativa do Estado egípcio; aquelas famílias que desde do início da XVIII dinastia estiveram presentes na administração e no controle estatal foram substituídas por um grupo chamado de "homens novos". Redford afirma ainda que essa mudança foi incentivada pela falta de confiança que o Faraó tinha para com os membros da antiga administração²⁰.

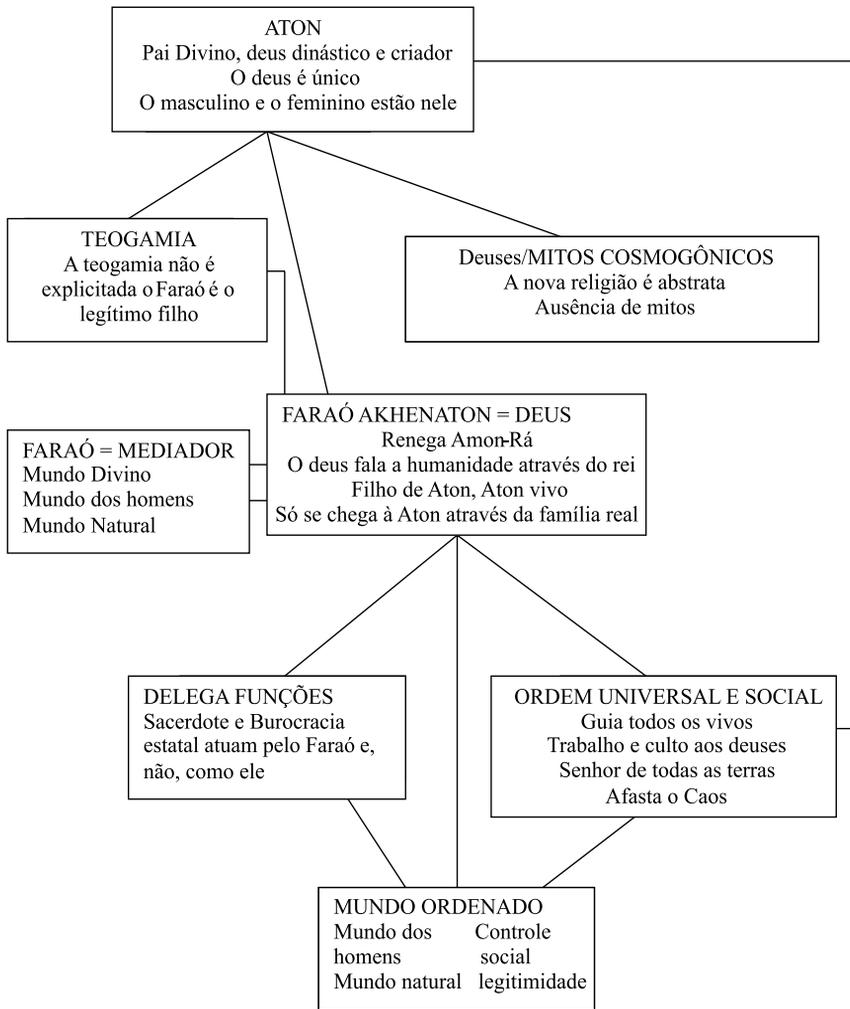
Os três primeiros anos do reinado de Amenófis IV foram marcados pela introdução do culto solar no clero religioso de Karnak. Contudo, nesse momento, o rei aparece em diversas imagens oferecendo sacrifícios a divindades como Atun e Hathor²¹, demonstrando que a ideia de um possível monoteísmo "ainda" não fora instalado pelo Faraó.

Um ponto que parece indiscutível para a maioria dos especialistas do Período Amarniano seria a realização do festival do *heb-sed* no quarto ano do reinado de Amenófis IV. Esses festivais, que estão presentes desde o Antigo Reino, eram realizados com o intuito de regenerar o governo do Faraó, sendo sua primeira celebração após 30 anos de governo. Foi exatamente nesse festival que Amenófis IV implementou as mudanças que caracterizaram a reforma religiosa. O festival que deveria ser presidido por diversas divindades teve apenas uma como homenageada: o deus Aton, por meio da representação de Rá-harakhty; o deus Amon foi suprimido da celebração. Contudo, algumas divindades se mantiveram presentes no festival, entre elas destacamos a figura de Horus e de Anúbis. A partir desse momento, a figura do deus Aton foi elevada a deus dinástico do governo; a legitimidade do Faraó não se baseia mais na mitologia de Amon; foi criado um novo conceito com base na religião "atoniana". Vejamos dois quadros elaborados por Júlio Gralha onde são demonstrados esquemas cosmológicos para legitimar a divindade do Faraó:

Quadro 1: A relação deus Amon-Ra-Monarca na religião dinástica do Reino Novo²²



Quadro 2: Relação deus Aton-Monarca na religião dinástica de Amarna²³



Além da explicação cosmológica da elevação de Aton como deus dinástico, foi nesse festival que Amenófis IV tomou a decisão inédita dentro da história egípcia: mudou o seu nome. Esse fato não pode passar despercebido, a mudança de nome no Egito antigo é algo de extrema importância; na verdade, é algo mágico ligado ao divino. Trocar, perder o nome, ou parte dele, pode mudar completamente a vida do indivíduo. E Amenófis IV ousou fazê-lo. Quando subiu inicialmente no

trono, seu nome completo era: Rei do Alto e Baixo Egito, Neferkheperu-Ra (perfeitas são as transformações de Ra), o único de Ra, Filho de Ra, Amenófis (a alegria de Amon), divino Governante de Tebas (Heliópolis do sul). Após o festival Heb-Sed, toda a parte do nome que fazia menção a Amon foi suprimida ou trocada pela figura o deus Aton, passando a se chamar: Rei do Alto e Baixo Egito, Neferkheperu-Ra (perfeitas são as transformações de Ra), o único de Ra, Filho de Ra, Akhenaton (aquele que é útil ao disco solar)²⁴. Com o fim do festival estava selado o início da reforma, todo o processo só teve fim com a morte de Akhenaton.

A reforma não ficou restrita ao caráter religioso. No Egito, tudo estava ligado à religião e qualquer mudança na esfera cosmológica atingia todas as demais. Portanto, para entendermos a importância da empreitada de Akhenaton, devemos abordar pelo menos duas outras esferas: a artística e a política. Começamos então pelas artes.

Quando falamos Período Amarniano, está implícito no nome não só a ascensão da religião atoniana. As análises das características artísticas do período evidenciam que elas são únicas e inéditas dentro da história do Egito. Ao nos referirmos sobre a arte egípcia, não podemos esquecer que ela tinha caráter puramente pragmático e estava geralmente simbolizando algo divino. Até hoje, quando alguém se depara com um dos dois bustos da rainha Nefertiti, que foram confeccionados nesse período, não se pode deixar de demonstrar a admiração e o reconhecimento pela perfeição dos detalhes. Contudo, a imagem de Akhenaton, dentre dos inúmeros bustos ou desenhos, não nos provocam a mesma sensação. Na verdade, um dos assuntos mais polêmicos dentro do Período Amarniano é justamente o retrato que se faz de Akhenaton.

Pelas suas imagens, percebemos a quebra da tradição artística da representação da realeza. O Faraó não é representado segundo o padrão de beleza, muito pelo contrário, seu corpo traz elementos que até então nunca tinham sido retratados. Seu rosto comprido, lábios grossos, ombros estreitos e caídos, pescoço pequeno, tórax magro, mirrado, barriga grande, quadril largo, um busto com os seios proeminentes e pernas desproporcionais provocam discussões até hoje. Há quem acredite que essa descrição é a imagem real do soberano²⁵. Eugène Lefebure²⁶ chega a ponto de afirmar que Akhenaton seria mulher disfarçada de homem para poder usurpar o poder do Estado egípcio, equiparando-o a Hatshepsut. Existem ainda pesquisadores que irão relacionar as supostas "deformações" a alguma doença degenerativa de cunho físico e mental. Mário Giordani o chamará de "a mais estranha figura da história egípcia"²⁷. Contudo, a idéia de que as representações de Akhenaton seguem caráter puramente religioso seria aquela que menos foge da

realidade. Segundo essa teoria, o deus Aton acumula tanto aspectos femininos quanto masculinos, porém sua imagem, o disco solar, não pode transmitir essa ideia de dualidade. Assim sendo o Faraó, que é o filho de Aton, seu representante na Terra e sua própria imagem, utilizar-se-á da sua representação física, de maneira estilizada, para poder explicar a essência da sua divindade. Ainda como meio de comprovar essa teoria, podemos apontar outras representações de Akhenaton, que se encontram no Museu do Cairo e mostram um rei comum, isto é, a sua representação é tradicional como a dos demais soberanos egípcios. Essas imagens são datadas dos primeiros anos do seu reinado, quando ele ainda mantinha o nome de Amenófis IV.

Dentro dos aspectos políticos, discutiremos a mudança da capital egípcia, o fechamento dos templos e a proibição do culto a Amon-Rá e a diversas outras divindades. Quando Akhenaton mudou a cosmologia egípcia, associando o deus Aton à legitimidade da dinastia, ele percebeu que o seu deus, ao contrário do restante do panteão egípcio, não possuía uma cidade-sede onde lhe prestariam culto. A capital Tebas era o centro do culto a Amon, Méfnis e Herminópolis cultuavam respectivamente os deuses Ptah e Thot; até mesmo Heliópolis, berço do culto solar e, por conseguinte do culto a Aton, tinha Rá como símbolo máximo de seu pensamento religioso. Akhenaton decidiu então construir uma nova cidade, num solo que até então não fosse atribuído a nenhuma divindade. Foi escolhido um local ao norte de Tebas, na margem ocidental do Rio Nilo, lado oposto da cidade do deus Amon. Contudo, do lado de onde sua divindade ressurgia todos os dias para dar "alegria" a nação egípcia. Quando chegou ao fim da construção da cidade dedicada a Aton, Akhetaton²⁸, resolveu transferir o centro político-administrativo de Tebas para lá. Alguns historiadores veem nessa sequência de fatos um claro distanciamento do Faraó em relação à influência do clero tebano. O que podemos dizer ao certo é que boa parte da nobreza administrativa que se encontrava em Tebas fora transferida para Akhetaton juntamente com grande efetivo militar. Redorfd²⁹ afirma que a população, que fora junto com o Faraó, morar na nova capital, era "feliz" e que o modo de vida encontrado na cidade não era visto em nenhuma parte do país.

Akhenaton pareceu não se contentar em apenas distanciar-se do poder do clero de Amon; ele tomou duas atitudes que causam grande polêmica entre os pesquisadores atuais. Ele deu ordem para fechar praticamente todos os templos do país que não fossem dedicados a Aton e proibiu também o culto a quase todas as divindades egípcias, apagando e destruindo o nome de Amon das estelas e monumentos. Não é pouca a repercussão que esses dois eventos tem dentro do meio

acadêmico atual. As motivações de Akhenaton e as conseqüências desses fatos provocam intermináveis discussões. Jean Marc Brissaud³⁰ aponta como a motivação das atitudes de Akhenaton, uma revolta deflagrada em Tebas com o apoio dos sacerdotes de Amon, que tinham como principal objetivo reconquistar o prestígio tebano. Contudo, Ciro Flamarion Cardoso³¹ é categórico ao afirmar que a visão da história se esquecesse de que os sacerdotes são funcionários do Estado egípcio; muitos deles, quando da Reforma, foram transferidos para exercer seu sacerdócio junto ao culto a Aton. Além disso, todas as propriedades do templo eram na verdade do Faraó e cabia a ele decidir quem as administraria. Portanto, considerar uma revolta, cuja fundamentação está baseada em prestígio é um tanto anacrônico, pois tenta conceituar eventos que se passarão no Egito Antigo por meio de um viés contemporâneo. O que também se cogita neste íterim seria a intenção na implantação total de um monoteísmo solar.

As conseqüências: resultados e legado

A reforma religiosa que colocou o deus Aton como divindade primordial do Egito esteve presente apenas durante o reinado de Akhenaton. Logo após a morte do soberano, o Egito se viu inserido em conturbado período, quando diversas disputas políticas que almejavam a sucessão real se fazem presentes. Quando o jovem Tutankaton assumiu o trono egípcio chegou ao fim o "sonho" de Akhenaton. O novo soberano retornou para Tebas, transferindo novamente o centro político e administrativo egípcio. Logo em seguida, determinou que os templos fechados pelo antigo Faraó fossem reabertos, mudou o seu próprio nome para Tutankamon, associando novamente a legitimidade do Faraó ao deus Amon.

A reabertura dos templos implementada por Tutankamon pode ser explicada muito mais por um viés econômico do que simplesmente pelo religioso. O templo no Egito não era somente local sagrado onde se prestaria culto a alguma divindade. Muito mais que isso, ele seria o responsável por parte da administração do Estado; era o braço do governo em todas as partes do reino, conforme Cardoso:

O palácio e os templos devem ser entendidos como vastas organizações que cobriam o conjunto do território, cada uma delas controlando terras, rebanhos, barcos, oficinas artesanais, depósitos de bens diversos, trabalhadores dependentes (escravos, camponeses cuja situação era variada, grupos temporariamente chamados a prestar a "corvéia real")³².

Quando Akhenaton decidiu por fechar os templos que não fossem dedicados a Aton, ele não estava simplesmente provocando um abalo na estrutura religiosa do país. Sem o trabalho que era confiado ao templo, o Estado perdeu seu maior meio de controle e de distribuição dos recursos econômicos. Enquanto em Akhetaton a situação da população era de certa forma "tranquila", no restante do país a situação era calamitosa, a população em geral deixou de receber a ajuda que vinha dos templos. Cogita-se que em partes do Egito a fome era constante nesse período. Tutankamon não reorganizou o culto a Amon e reabriu os templos por possuir algo contra o culto a Aton. Percebemos diversas imagens do jovem soberano ao lado de sua esposa prestando culto ao Disco Solar; a intenção dele era de reorganizar politicamente o Duplo País.

Um assunto sempre presente quando se discute a reforma de Akhenaton é a questão do monoteísmo. Muito se especula sobre esse tema e sobre sua influência sobre a religião dos Hebreus, o Judaísmo.

No meio acadêmico, existe grande discussão em que podemos colocar os pesquisadores em dois grupos: aqueles que acreditam em uma religião "atoniana" monoteísta; e aqueles que acreditam numa religião monolátrica. Antes de demonstrarmos as argumentações dos dois grupos se vê necessário trabalharmos com os dois conceitos mencionados, a saber: monoteísmo e monolatria.

Monoteísmo é uma forma de culto em que a concepção cosmológica tem como características principais o culto a um deus único e primordial, em que não haveria nenhuma outra divindade. Já na monolatria, a cosmologia não vai negar a existência de um conjunto de divindades; contudo, o culto será dedicado apenas a um único deus. Em outras palavras, monoteísmo pode ser entendido como o culto a um deus único e monolatria como o culto a um único deus.

O grupo de pesquisadores que defende o monoteísmo baseia-se em duas atitudes de Akhenaton para explicar sua teoria: o fechamento dos templos e a proibição do culto às outras divindades do panteão egípcio. Erik Hornung³³ traça algumas idéias que podem comprovar o monoteísmo "atoniano". Ele começa sua argumentação mencionando a ordem de Akhenaton de apagar inicialmente o nome do deus Amon dos templos e depois dos demais; evidencia a proibição dentro da cidade de Akhetaton de qualquer símbolo relacionado a alguma divindade; comenta a respeito da elevação de Aton como divindade primordial que acabaria com as divergências sobre a criação. Contudo o próprio Hornung não parece estar realmente convencido de suas argumentações ao também trabalhar com os elementos que são usados pelo grupo que defende a monolatria. Ele argumenta que, apesar da ordem de apagar os nomes das divindades, o deus Thot parece não ser afetado

pelo designio do Faraó; mesmo com a proibição dos símbolos dos deuses, muitas representações de divindades foram encontradas em Akhetaton, principalmente o falcão que representava Hórus³⁴.

Outra questão levantada no meio acadêmico seria a posterioridade bíblica das ideias de Akhenaton. Existe um questionamento que se remete a possível influência do "monoteísmo" de Akhenaton sobre o monoteísmo judaico. Uma passagem famosa da Bíblia³⁵ relata a permanência e saída do povo hebreu no Egito. Não é nosso objetivo especular até onde o relato bíblico pode ser considerado como real, mas podemos evidenciar que parte da cultura amarniana pode ter sido adaptada pela religião judaica, mostrando que as ideias de Akhenaton percorreram os povos do antigo Oriente Próximo.

Vejamos uma tabela em que podemos perceber a essência do Grande Hino a Aton³⁶ inserido num trecho bíblico, o Salmo 104³⁷.

Tabela comparativa entre o Grande Hino a Aton e o Salmo 104

Grande Hino a Aton	Salmo 104
<p>Emerges esplêndido no horizonte do céu, Ó tu, vivo Aton, criador da vida! Quando te elevas no horizonte oriental, Enches cada terra com tua beleza. És belo, és grande, és radiante, (brilhas) no alto sobre todas as terras. Teus raios abraçam as terras Até os confins de tudo o que fizeste. É Rá, alcanças até o fim das terras E as subjugas para teu amado filho (o Faraó) Embora estejas distante, teus raios espalham-se no solo, Embora sejas visto (por todos), teus passos são invisíveis.</p> <p>Quando te deitas no horizonte ocidental O país fica nas trevas, como na morte. Todos dormem em suas alcovas (com) as cabeças cobertas e um olho não vê o outro. Suas coisas são roubadas (até mesmo) sob sua cabeça e eles não percebem.</p>	<p>Bendize, ó minha ao senhor! Senhor, Deus meu, como tu és magnificante: Sobrevestido de glória e majestade, Coberto de luz como de um manto. Tu estendes o céu como uma cortina Pões nas águas o vigamento da tua morada, Tomas as nuvens por teu carro E voas nas asas do vento. Fazes a teus anjos ventos E a teus ministros, labaredas de fogo</p> <p>Dispões as trevas, e vem a noite, na qual vagueiam os animais da selva. Os leõezinhos rugem pela presa E buscam em Deus seu sustento;</p>

Grande Hino a Aton	Salmo 104
<p>Todos os leões saem de sua caverna, Todas as serpentes picam. As trevas tudo cobrem, A terra está em silêncio, pois seu criador descansa no horizonte.</p> <p>A terra ilumina-se ao te elevares no hori- zonte, Ao brilhares como Aton durante o dia. Afugentas a escuridão quando teus raios envias, E rejubilam-se as Duas Terras. (todos) acordam e levantam-se sobre seus pés (porque) tu os ergues. Banham seu corpo, vestem sua roupa E seus braços <elevam-se> em adoração ao resplandeceres, (pois em todo o país se irá ao trabalho....</p>	<p>E vindo o sol, eles se recolhem E se acomodam nos seus covis. Sai o homem para o seu trabalho E para o seu encargo até a tarde. Que variedade, Senhor, nas tuas obras! Todas com sabedoria fizeste; Cheia está a terra das tuas riquezas</p>

Percebemos, ao examinar esses dois textos, que o escritor bíblico possivelmen-
te conhecia o trabalho de Akhenaton, que o ideal amarniano não ficou restrito ao Egito
e não foi inteiramente esquecido após a morte de seu idealizador. Quanto ao questiona-
mento de que se Akhenaton seria predecessor de Jesus Cristo, não iremos nos reportar
a ele, já que essa idéia seria mais de cunho místico-religioso do que científico.

Considerações finais

Akhenaton provocou e provoca em torno de sua figura infinidade de senti-
mentos, desde aqueles que se aproximam do amor e da admiração, até mesmo
aqueles que chegam perto do ódio. Cada historiador, ao relatar suas conclusões
sobre as motivações e os ideais de Akhenaton, insere, em suas opiniões seus
próprios sentimentos. Marc Bloch escreve sobre esse evento de forma clássica: "A
diversidade de testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou
escreve, tudo que fabrica, tudo que ele toca pode e deve informar sobre ele"³⁸.

O assunto é tão intrigante que não ficou restrito ao universo acadêmico.
Mika Waltari, escritor finlandês, escreveu, na década de 1930, o romance épico O
Egípcio, o qual, já na década de 1950, foi adaptado e levado ao cinema como longa-
metragem com o mesmo nome. A obra faz um relato sobre o Período Amarniano

baseado nas pesquisas históricas da época. Na década de 1980, Naguib Mahfuz, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, escreve o romance *Akhenaton*, o rei herege, uma nova tentativa de popularizar a história do antigo soberano egípcio.

A necessidade de continuar o estudo sobre o Período Amarniano se mostra evidente não só porque ainda não temos consenso sobre o assunto, se é que algum dia teremos, mas também pela contemporaneidade do tema. Afinal, uma das bases do mundo ocidental, a religião judaico-cristã, pode ter algum vínculo, ou até mesmo sua origem pode estar associado ao Período Amarniano ou à religião "atoniana".

O rei que tentou mudar um país por meio de um ideal religioso, ainda está vivo nas pesquisas históricas e no imaginário popular. A continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelos egiptólogos atuais pode nos trazer novos elementos que contribuam para as discussões em torno do assunto, ou até mesmo solucionar as questões mais polêmicas. Por hora, o que temos são essas divergências abordadas no presente artigo. O consenso é algo que ainda não se vê presente no Período Amarniano.

Notas

¹ Hicsos, povos de origem asiática que do Delta dominaram o Baixo Egito, eram conhecidos como "Reis pastores".

² ALDRED, Cyril. *AKHENATEN: king of Egypt*. London: Thames & Hudson Ltd, 2001, p. 237.

³ GRALHA, Julio. *Deuses, faraós, e o poder - Legitimidade e Imagem do Deus Dinástico e do Monarca no Antigo Egito - 1550-1070 a.C.*. Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, 2002, p. 39.

⁴ MELLA, Frederico A. Arborio. *O Egito dos Faraós*. São Paulo: Hemus, 1998, p. 152.

⁵ GRALHA. op. cit., p. 47.

⁶ Idem, ibidem, p. 108-129.

⁷ MELLA. op. cit., p. 189.

⁸ JACQ, Christian. *Nefertiti & Akhenaton: o casal solar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 38.

⁹ Idem, ibidem, p. 39.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 39-40.

¹¹ Idem.

¹² GRALHA. op. cit. p. 47-48.

¹³ MELLA. op. cit. p. 195.

- ¹⁴ JACQ, op. cit., p. 32.
- ¹⁵ Idem, ibidem, p. 34.
- ¹⁶ Idem, ibidem, p. 40.
- ¹⁷ REDORD, Donald B. *Akhenaten: the heretic king*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1984, p. 57.
- ¹⁸ JACQ, op. cit. p 45-47.
- ¹⁹ Idem, ibidem, p. 49.
- ²⁰ REDORD, op. cit. p. 165.
- ²¹ GRALHA. op. cit. p. 131-134.
- ²² Idem, ibidem, p. 55.
- ²³ Idem, ibidem, p. 56.
- ²⁴ Idem, ibidem, p. 140.
- ²⁵ MELLA. op. cit., p. 205.
- ²⁶ Cf., Eugène Lefebure *apud*, ALDRED, *op. cit.*, p. 231.
- ²⁷ GIORDANI, Mario Curtis. *História da Antiguidade Oriental*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p 73.
- ²⁸ Akhetaton, O Horizonte de Aton. As ruínas desta cidade construída por ordem de Akhenaton são conhecidas hoje pelo seu nome árabe El-Amarna, daí o nome de Período Amarniano quando nos referimos ao tempo que durou a reforma religiosa.
- ²⁹ REDORD, op. cit. p 149.
- ³⁰ BRISSAUD, Jean Marc. *O Egito dos faraós*. Rio de Janeiro: Editions Famot, 1978, p. 186.
- ³¹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Antiguidade Oriental: política e religião*. São Paulo, Contexto, 1990, p. 11.
- ³² Idem, ibidem, p. 16.
- ³³ HORNUNG, Erik. *Akhenaten and the Religion of Light*. New York: Cornell Paperbacks, 2001, p. 87-94.
- ³⁴ Idem, ibidem, p. 39.
- ³⁵ ALMEIDA, João Ferreira de (trad.). *Bíblia de estudo Almeida*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999, p. 62-92.
- ³⁶ ARAUJO, Emanuel. *Escrito para a eternidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.330-337.

³⁷ ALMEIDA, op. cit., p. 205.

³⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 79.

Referências

- ALDRED, Cyril. *AKHENATEN, King of Egypt*. London: Thames & Hudson Ltd, 2001.
- ALMEIDA, João Ferreira de (trad.). *Bíblia de estudo Almeida*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.
- ARAÚJO, Emanuel. *Escrito para a eternidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- BRISSAUD, Jean Marc. *O Egito dos faraós*. Rio de Janeiro: Editions Famot, 1978.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Antiguidade Oriental: política e religião*. São Paulo, Contexto, 1990.
- GIORDANI, Mario Curtis. *História da Antiguidade Oriental*, Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- GRALHA, Julio. *Deuses, faraós, e o poder - Legitimidade e Imagem do Deus Dinástico e do Monarca no Antigo Egito - 1550-1070 a.C.*. Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, 2002.
- HORNUNG, Erik. *Akhenaten and the Religion of Light*. New York: Cornell Paperbacks, 2001.
- JACQ, Christian. *Nefertiti & Akhenaton, o casal solar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MELLA, Frederico A. Arborio. *O Egito dos faraós*. São Paulo: Hemus, 1998.
- REDORD, Donald B. *Akhenaten: The heretic king*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1984.
- TRAUNECKER, Claude. *Os Deuses do Egito*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

Resumo

Akhenaton, um Faraó egípcio da XVIII dinastia, implementou uma reforma religiosa em seu país que mudou profundamente a história do Egito. Contudo, esse fato vem causando diversas discussões no mundo acadêmico. No presente trabalho são

apresentadas as divergências entre os pesquisadores, explicitando e colocando em oposição às teorias que cada um defende.

Palavras-chave: Religião; Período Amarniano; Reforma

Abstract

Akhenaton, an Egyptian Pharaoh from the XVIII dynasty, implemented a religious reform that brought about dramatic changes in the history of Egypt. However, this fact is a source of intense debate in the academic world. The text presents the contending theories and interpretations on the subject.

Key words: Religion; Amanianian period; Reform

Resumen

Akhenaton, un Faraó egípcio de la XVIII dinastía, implementó una reforma religiosa que produjo profundos cambios en la historia del Egipto. Sin embargo, persisten importantes controversias en la academia acerca de este hecho. El texto recoge las principales teorías e perspectivas divergentes acerca del tema.

Palabras clave: Religión; Período Amarniano; Reforma

Ivan Dreyer

Graduado em História pela UnB.

Auxiliar de adido de Defesa e do Exército do Brasil, em Assunção.

Mercenários de 1851: significados da imigração alemã para o Brasil

Introdução

Percebia-se, no século XIX, a transformação que a sociedade moderna trazia engendrada em si mesma. Presenciavam-se as alterações sociais, destacando-se a emergência do indivíduo frente ao meio que sempre o caracterizara, a família, as corporações, a religião, o estrato social do nascimento. A mobilidade social suscitava esperanças às classes menos favorecidas.

Em 1846, o rei da Dinamarca, Christian VIII, decretou que os ducados de Schleswig e Lauenberg ficariam sob o domínio definitivo da Dinamarca e determinou que a anexação decisiva do Holstein fosse estudada oportunamente. A reação dos ducados não tardou. Constituíram um governo provisório, com o apoio da Confederação Alemã, pois a população do Schleswig e especialmente a do Holstein era de origem alemânica, com estreitos laços de amizade com os prussianos. O antagonismo do povo dos ducados para com a arbitrariedade do monarca dinamarquês recrudescera, atingindo o ápice com a organização de um exército em 1848.

Contavam os ducados com a ação ancilar da Prússia, inclusive apoio militar e ambicionavam impedir a anexação de seu território pela Dinamarca, demonstrando a intenção de se incorporarem a incipiente nação alemã. Os prussianos assumiram o controle dos países alemães confederados, mas foram forçados a abandonar o prélio contra a Dinamarca, pressionados pela França, Inglaterra, Suécia e Rússia, os quais temiam o crescente poder dos Estados alemães. Entretanto, as forças do Schleswig-Holstein, comandadas pelo general von Bonin, retomam a ofensiva em março de 1849, obtendo, nos meses de abril e maio, duas vitórias sobre os dinamarqueses na fronteira da Jutlândia.

Sob o comando do general von Willisen, o fragmentado exército do Schleswig-Holstein travou a batalha de Idstedt, nos dias 24 e 25 de julho de 1850, sendo derrotado pelos dinamarqueses, já sob reinado de Frederico VII.

Liberados pela dissolução de seu exército em 1851, os combatentes do Schleswig-Holstein sentiram-se traídos pela confederação “alemã”, agregando-se ainda, a este sentimento, as perseguições empreendidas aos vencidos, pelos dinamarqueses.¹

Nesse contexto surgiu a proposta de contratação de mercenários pelo governo imperial brasileiro, que enviara o coronel Sebastião do Rego Barros para a missão de recrutar mercenários militares em Hamburgo. Ocorrendo naquele recorte temporal o engajamento de um efetivo próximo a 1983 homens, sob as ordens do exército imperial brasileiro, constituindo grupamentos de infantaria, artilharia e de sapadores. Receberam, em decorrência de suas constantes reclamações, o epíteto de *Brummer*, que correspondia ao vocábulo alemão: resmungão. Igualmente, realizavam seus cálculos financeiros com a unidade monetária germânica, denominada *Brummer*, o que fortaleceu a alcunha.

Os *brummer* no brasil

A infantaria alemã constituiu o 15º Batalhão de Infantaria, composto de seis companhias com efetivo inicial que variou, segundo os historiadores, entre 957 e 856 homens.

A artilharia mercenária formou o 2º Regimento de Artilharia-a-cavalo, a maioria de seus integrantes não era de exímios artilheiros procedentes de guerras europeias, mas sim indivíduos que visavam obter a passagem gratuita para o Brasil, inspirados nas melhores condições de vida divulgadas pela propaganda dos agentes de contratação. Foram transportados do Rio de Janeiro para as cidades de Rio Grande e Pelotas e embarcados para *Colônia*, no Estado Oriental. Ao término da campanha, sem terem participado dos combates, retornaram para o Brasil, transitando por Rio Grande e Rio Pardo, com destino a sua sede definitiva, a cidade de São Gabriel.

Os sapadores ou pontoneiros² alemânicos constituíram duas companhias dotadas de pontes austríacas do sistema Birago e uma hipotética terceira companhia de trem. Foram embarcados no Rio de Janeiro, diretamente para Montevidéu, onde receberam o material Birago acondicionado em trinta pesadas carroças de quatro rodas, mas por falta de experiência com o material e inabilitados a conduzir os animais de tração, indomados, foram dissolvidos e agregados ao 11º Batalhão de Infantaria brasileiro.

A finalidade inicial desses mercenários foi complementar as forças brasileiras que compuseram o Exército Libertador, empregado para combater as tropas do general Manoel Oribe, que sitiava Montevidéu, e, posteriormente, combater o ditador argentino Juan Manoel de Rosas, que articulava, pela força, construir a “grande Argentina”, com a anexação do Estado Oriental, Paraguai e parte do território da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Sobre esses militares desmobilizados pelos ducados do Schleswig-Holstein, que formaram a legião de mercenários alemânicos, pretendemos, ainda que parcialmente, edificar significados formulados pelo império brasileiro.

A intenção principal foi mantida por D. Pedro II, semelhante à manifestada em 1824, por seu pai, D. Pedro I. Ambos queriam reforçar a defesa do Brasil nos conflitos bélicos, na porção meridional do Brasil, utilizando mercenários estrangeiros e empregando-os posteriormente na colonização das províncias do sul, especialmente na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Inferimos que os significados edificados sob a ótica do governo imperial brasileiro podem ser considerados sob os seguintes aspectos favoráveis:

1. Um dos principais significados atribuídos à contratação dos mercenários alemânicos de 1851 foi a elevação do arcabouço tecnológico militar brasileiro ao patamar dos exércitos europeus mais eficientes e avançados, naquele recorte temporal. As armas brasileiras no período da contratação mercenária de 1851 eram de pedreira³ e antecarga, a maioria com alma lisa,⁴ entretanto existiam algumas adquiridas para a guerra contra Rosas, do sistema *tige*,⁵ que embora mais avançadas que suas precedentes no Brasil, apresentavam os inconvenientes da necessidade de deformação manual do projétil pelo atirador e as vicissitudes da limpeza ao redor do *tige*, onde se acumulavam resíduos dos disparos. Os fuzis Dreyse de retrocarga e percussão a agulha, adquiridos pela monarquia brasileira e empregados pelos mercenários alemânicos do 15º Batalhão de Infantaria, eram inovações que a engenharia militar proporcionara aos combatentes europeus, permitindo-lhes maior rapidez, alcance e precisão nos disparos. Esses fuzis foram utilizados na batalha de Monte Caseros, por oitenta atiradores de elite que estavam sob o comando do tenente Hans Adolph Zacharias Schult, da 3ª companhia do 15º Batalhão, aos quais agregaram-se cerca de 180 sapadores germânicos, destacados para abater os artileiros “rosistas”.

O sistema de pontes austríaco também figurava como uma inovação no teatro de guerra sul-americano, embora não tenha sido empregado, devido a dificuldade de transporte do equipamento pelo pampa, inépcia dos mercenários para com o material e mesmo ineficácia do sistema frente a mobilidade dos exércitos sul-americanos. Sua aquisição suscitou, juntamente com a presença dos fuzis Dreyse, uma cautela nas repúblicas sul-americanas, ante uma provável vantagem tecnológica brasileira, no campo bélico, fato desejado pelos potentados brasileiros. A colocação de uma linha de mercenários como caçadores atraiu a atenção dos hispânicos para os recursos bélicos adquiridos pelos brasileiros, cuja percepção era facilitada, ainda, pelo capacete prussiano, que destacava os mercenários no meio

da tropa. As trinta carroças de quatro rodas que transportavam o sistema Birago suscitaram, por seu volume, curiosidade e comentários entre indivíduos que tomaram contato com o material em seu traslado para Montevideú. Percebe-se, assim, que a elite dirigente brasileira alcançava a imagem de nação “civilizada”, no contexto sul-americano.

2. Os mercenários, depois da campanha militar, se estabeleceriam prioritariamente no Rio Grande do Sul, principalmente como agricultores, em decorrência das terras fornecidas como forma de pagamento do prêmio fixado no artigo 2º de seu contrato. A colonização seria a garantia da posse da terra e conseqüente obstáculo às invasões estrangeiras. Presumia-se que, em futuras invasões, os colonos, para defender suas vidas e patrimônio, combateriam não mais como mercenários, mas como patriotas adotivos, súditos do monarca brasileiro.

Essa pretensão desenvolveu-se satisfatoriamente segundo alguns historiadores: “A grande maioria radicou-se em definitivo no Rio Grande do Sul onde prestou, durante meio século, vigoroso concurso ao desenvolvimento e segurança do Brasil no sul”⁶

Corroborar, ainda, nesse sentido, a assertiva exarada por Klaus Becker:

...Calcula-se que de 1846 a 1859 entraram cerca de 3.000 alemães no Rio Grande do Sul, além dos 1.800 componentes da “Legião Extranjeira”, os já citados “Brummer”, parte da qual participou da guerra contra o ditador argentino Rosas, em 1852. Depois de dissolvida essa Legião, cerca da metade permaneceu nesses pagos. Veremos, ainda quantos “rezingões” prestaram relevantes serviços na Guerra do Paraguai...⁷

3. Os mercenários alemães eram um elemento novo, passível de ser lapidado pelo império brasileiro, sem a influência da convivência com os hispânicos, pois muitos caudilhos riograndenses, em determinados eventos históricos, eram simpáticos aos países fronteiriços. A própria Revolução Farroupilha (1835-1845) criou laços entre os sediciosos *farrapos* e os *rosistas*. O coronel Francisco de Paula Cidade, em seu prefácio à obra do major Fedor von Lemmers-Danforth, enfoca: “... Em 1839, o governo de Buenos Aires admite um plenipotenciário da revolução riograndense, ali acreditado pelos separatistas...”⁸

A aproximação entre os farroupilhas e os Estados do Prata foi mais promissora com o Estado Oriental, porém, quando Manoel Oribe foi apoiado pelo ditador argentino, no sentido de assumir pela força o cargo de presidente do Estado Oriental, os chefes farrapos prestaram socorro a Fructuoso Rivera, permanecendo leais

aos orientais, em detrimento dos argentinos. Entretanto, Juan Manoel de Rosas esforçou-se em manter boas relações com os sediciosos gaúchos.

O governo republicano dos farroupilhas enviou plenipotenciários para Montevideú, Buenos Aires e Assunção. O próprio Fructuoso Rivera participou em Caçapava, no Rio Grande do Sul, do encontro entre os comandantes rebeldes e manteve correspondência com o presidente da república Piratini. Esses laços de cooperação se fortaleceram quando, em 1838, Rivera retornou à presidência do Estado Oriental.⁹

No transcorrer da revolução Farroupilha, o governo imperial firmou com o ministro argentino no Rio de Janeiro, em 24 de março de 1843, um tratado *ad referendum* de Rosas, no qual se estipulavam as convenções para a paz entre o Brasil e a Argentina, a pacificação de Montevideú e a supressão da sedição da província rebelde de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porém, Rosas não ratificou o tratado.¹⁰

Infere-se, portanto, que o governo imperial idealizava que os germânicos permanecessem fiéis aos brasileiros, como corolário da produção de uma imagem antagônica aos hispânicos, fomentada pela posição adotada no prélio de aliados da monarquia brasileira.

4. Inúmeros nacionais visualizavam grandes gastos para a contratação dos mercenários, entretanto defendemos que os custos podem ser avaliados como reduzidos, pois se solidificavam condições financeiras favoráveis ao império. O pagamento dos mercenários seria em sua parte mais tentadora, efetuado com o que o império possuía abundantemente: terras. O soldado receberia, após o término do contrato de quatro anos, de acordo com o estabelecido no artigo segundo do contrato da legião de 1851: 22500 braças quadradas de terra, o equivalente a 10,89 hectares. Não houve privilégio para os mercenários, pois a lei nº 903, de 5 de agosto de 1857, que fixou as forças de terra para o ano financeiro de 1858-1859, estipulava que qualquer indivíduo que assentasse praça voluntariamente serviria por seis anos e não por nove, como ocorria com os recrutados forçadamente, recebendo, além de soldo inteiro, um prêmio pelo engajamento voluntário, que não poderia exceder a 400\$000 e, ao concluir seu tempo de serviço, receberia as mesmas 22500 braças quadradas de terra oferecidas aos mercenários alemânicos.

Coerente com o nosso pensamento, Eduard Siber comenta sobre os gastos com a contratação e sugere terem ocorrido desvios no dinheiro empregado na contratação, uma vez que ao aportarem no Rio de Janeiro, perceberam os oficiais brasileiros manifestando surpresa, pelo fato de o Brasil ter contratado estrangeiros por um custo inferior ao gasto para engajar nacionais, apesar do traslado oceânico. Porém, o capitão Siber observa que alguns políticos lamuriaram-se

pelo elevado custo individual dos mercenários, que atingia a cifra de quinhentos mil réis, equivalente a mais de quatrocentos *thaler*, concluindo Siber que: "... A cidade de Hamburgo e os poucos felizardos que tractaram do engajamento foram por isso, evidentemente, os unicos que lucraram com este negocio..."¹¹ Inferimos, assim, que o alto custo não decorre dos gastos com os mercenários, mas sim da corrupção apensa à transação que, mesmo na contratação de nacionais, se faria presente, elevando os gastos com o contrato e traslado dos nacionais para valores superiores aos empregados na contratação dos mercenários. O prêmio destinado ao engajamento voluntário, estabelecido pela lei nº 903 de 1857, aproximava o valor gasto com o mercenário ao valor aplicado no engajamento de nacionais.

O gasto com o deslocamento do efetivo humano da Europa para o Brasil serviu a dois fins; a vinda de soldados que engrossaram o Exército Libertador, organizado para a campanha contra Oribe e Rosas, como também permitiu o posterior reforço da colonização, na porção mais austral do país. Esse pensamento é evidenciado em extrato de discurso no qual o senador pela Bahia, Acaýaba de Montezuma, em sessão proferida no senado, em 11 de junho de 1851, defende a concessão de matrícula nas escolas militares, aos *Brummer*:

...Não desejaremos nós que todos eles, em vez de se irem, fiquem no país, nós que tanto desejamos promover a colonização, e colonização de homens úteis, que os fomos procurar à Europa, que fizemos com eles grandíssimas despesas, que os colocamos nessa posição por julgarmos que bem defenderão a nossa causa?¹²

O contexto era favorável ao império. A desmobilização do exército de Schleswig-Holstein proporcionou grande disponibilidade de indivíduos com o perfil desejado pelo governo brasileiro: militares instruídos na arte da guerra, com experiência em combate e recém licenciados de seu exército: "A missão de Rego Barros coincidiu com a desmobilização do Exército do condado de Schleswig-Holstein, organizado no início de 1851 para guerrear a Dinamarca"¹³

A parcela paga ao mercenário, em dinheiro, não possuía grande valor econômico, não representando despesa de grande vulto ao erário imperial; os gastos maiores foram realizados com a compra de equipamento e traslado do material e pessoal. Segundo Siber, os mercenários germânicos recebiam mensalmente, no Brasil, a remuneração de cinco mil cento e quinze réis, valor insuficiente para as despesas, mas que, na Alemanha, seria um bom salário. Para Siber, naquele recorte

temporal, a remuneração recebida pelo soldado permitia que depois de comprados os dispendiosos produtos utilizados no polimento do material individual do soldado, este se embriagasse um par de vezes, apenas:

... Este foi, portanto, o preço pelo qual os Allemães, em 1851, se venderam ao Brasil. Só mesmo o ensejo da dissolução de um exercito, tão consideravel como o de Schleswig-Holstein, pode explicar que tantos soldados valentes e capazes computassem tão baixo o preço de seus serviços.¹⁴

A discussão sobre os custos da contratação foi tema em diversos segmentos do Estado, como por exemplo, o Senado do Império:

O Sr. CARNEIRO LEÃO¹⁵: - ... é preciso economia e por isso creio que não podemos dispor de uma soma exagerada para obter um exército contratado a dinheiro, como diz o nobre senador. Recearia mesmo muito que este exército não valesse o que custasse.

O Sr. HOLLANDA CAVALCANTI¹⁶: - Vale o de estrangeiros! A economia é contratar estrangeiros!

O Sr. CARNEIRO LEÃO: - (...) Seria um grande mal para o país se confiássemos a nossa defesa a estrangeiros; mas que no exército brasileiro houvesse um pequeno número de estrangeiros instruídos nas armas e nos adiantamentos e progressos que as ciências militares têm feito na Europa, fora grande vantagem de que se não pode duvidar.¹⁷

O custo da contratação dos mercenários foi próximo ao que seria praticado na contratação de nacionais, porque materiais de emprego militar seriam de qualquer forma adquiridos na Europa e o seu traslado para o Brasil seria efetuado. Apenas o efetivo humano seria evitado e dessa maneira não teríamos o elemento humano para, depois da guerra, colonizar o sul.

5. Outro significado remete para a ligação afetiva entre o Brasil e as nações da Confederação Germânica, em virtude da imperatriz Leopoldina, esposa do imperador D. Pedro I, ser filha do imperador Francisco I, da Áustria, o qual havia estimulado o processo de colonização com alemânicos. A colônia alemã de São Leopoldo, articulada em 1824, passara à condição de município em 1846 e sua produção de hortaliças, frutas e produtos manufaturados para colocação no mercado da capital da província, destacava-se pela qualidade e quantidade. Engendrava-se nesse momento uma empatia para com os germânicos, não havendo motivo para romper

com essa colonização, afinal, estava prosperando e atingindo bons resultados para a província brasileira.

6. As atividades desenvolvidas pelos imigrantes europeus, no recorte temporal coetâneo aos mercenários de 1851, incentivavam a agricultura, o comércio, as manufaturas e a pequena indústria, enfim, o capitalismo. Provocava um impulso adicional à incipiente classe média, que aos olhos da burguesia cafeeira, aliada de Pedro II, mostrava-se necessária para desgastar o poder dos caudilhos sulistas. A desmobilização dos mercenários, ao final do contrato, reforçaria esse arcabouço social engendrado com a inserção de imigrantes europeus, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, porque esses imigrantes, pela forma de seu trabalho, não estavam diretamente submetidos aos caudilhos, como estavam os trabalhadores do pampa, peões, capatazes, tropeiros, valeiros, bolicheiros e outros agregados. Assim, os mercenários, transformados em colonos após o contrato, reforçariam o paradoxo ao antigo sistema político. Muitos desses mercenários de 1851 eram artesãos, portadores de novas técnicas desenvolvidas na Europa, onde trabalharam como empregados e aqui se dedicariam no intuito de possuir seu próprio negócio. Esse era outro significado forjado pela monarquia, que desejava desarticular o poder político dos potentados, proveniente do contingente humano que mantinham em suas terras, em um ambiente paternalista, que proporcionava um excelente curral eleitoral privado. Os latifundiários do pampa, fraudando o sistema eleitoral, conseguiam que seus agregados, ainda que com renda inferior à necessária para o exercício do voto, os elegessem como eleitores de primeiro grau, o que permitia que fossem eleitos e elegessem vereadores, deputados e senadores.

A expansão da colonização com os mercenários não foi rigorosamente contestada pelos potentados do pampa, pois ocorreu em terras cobertas de mata e nas regiões com relevo movimentado, o que não despertou seu interesse e atenção imediata.

Deve-se observar, ainda, que os mercenários eram indivíduos escolarizados, dominando a escrita e a leitura. Alguns possuíam fluência em dois ou mais idiomas e boa parte deles, principalmente os oficiais, possuíam conhecimento acadêmico. Assim, contribuíam para desconstruir a dicotomia da visão escolar brasileira que em um extremo colocava a classe detentora do poder político e econômico, e escolarizada, e no outro extremo o povo, alijado do poder político, econômico e da escolarização.¹⁸ As pessoas em contato com esses mercenários, homens pobres, mas escolarizados, situação que até então era privilégio da aristocracia, tiveram seu espaço de experiência alterado. Passaram a questionar-se, ainda que em âmbito doméstico, sobre a possibilidade de mobilidade social do

pobre, pela educação escolarizada, inserindo em seu horizonte de expectativas essa nova hipótese. Infere-se, portanto, que subjacente ao aspecto da educação, figura mais esse fator de desarticulação do poder dos potentados sul-riograndenses, pela ruptura com os antigos paradigmas, que consciente ou não, foi introduzido com os mercenários.¹⁹

O governo imperial, dessa forma, dava um alento à corrosão do poder local, pois desde o primeiro reinado, buscava centralizar o poder, atenuando a força das câmaras municipais com frequentes restrições, como a subtração da autoridade policial e jurídica dos juizes de paz, eleitos pela municipalidade e dos juizes designados pelas câmaras municipais. A criação das assembleias provinciais, pelo Ato Adicional de 1834, articulava a redução do poder municipal, projetando a disputa política para o âmbito regional. Quando os legionários se estabeleceram na província, a oligarquia regional já se encontrava delineada, o que não impediu que fomentassem o desgaste lento e progressivo do sistema de poder rural sul-riograndense, cujo ápice instigou a Revolução Federalista de 1893.

Todavia, a aristocracia da província de São Pedro do Rio Grande do Sul despertava para os inconvenientes do recrudescimento populacional nas colônias estrangeiras, no momento as alemãs, pois percebia que os habitantes da colônia de São Leopoldo encontravam-se além da capacidade de manipulação política, social e econômica. Coerente com esses potentados, o então vice-presidente da província, Luís Alves de Oliveira Bello, recomendava em seu relatório para a abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no ano de 1852, que fossem adotadas medidas que evitassem a formação de novas colônias alemãs, com população tão numerosa como São Leopoldo, por ter constatado inconvenientes para o aparato de controle do Estado, pela aglomeração de grande número de indivíduos, com formação cultural diversa da brasileira.

7. Outro corolário dessa infiltração europeia, relacionado ao modo de produção e que delineava outro significado instituído pelo governo imperial, para os mercenários, era a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. O cotidiano das colônias alemânicas disseminava a ideia do trabalho assalariado, porque a maioria dos imigrantes não possuía escravo, tanto pela mentalidade forjada na vida europeia do século XIX, que suscitava dúvidas morais relativas ao escravismo, quanto pela própria inexistência de recursos financeiros para aquisição e manutenção de cativos. As colônias davam mostras da lucratividade que a economia fundamentada no trabalho assalariado proporcionava ao patrão. A mentalidade brasileira, de repúdio ao exercício de atividades braçais, por ser sua execu-

ção destinada a escravos, contrapõe-se naquele momento ao imigrante alemão, que exercia atividades dessa natureza na Europa e que vem desarticular esse preconceito com os resultados de sua laboriosidade. Esse preconceito frente à condição de executante de atividades manufatureiras é cabalmente formalizado no discurso do senador pela Bahia, Acayaba de Montezuma, proferido em sessão do senado, no ano de 1851:

...Todos nós sabemos que nos países onde há escravidão civil, as artes fabris são menos consideradas, ninguém as quer exercer, por isso que os escravos as exercem; daí vem que geralmente falando, onde existe escravidão civil, o número de empregados públicos é muito grande, nem pode deixar de ser por este motivo.²⁰

Os mercenários alemânicos difundiam, indiretamente, ideias abolicionistas, principalmente depois do licenciamento das fileiras do exército, servindo de exemplo aos partidários da manumissão geral, em sua dialética com os senhores de escravos riograndenses. Esse desejo de expansão no modo de produção fundamentado no trabalho livre corroborava o esforço do governo imperial em atender as pressões impostas pelos países europeus, principalmente a Inglaterra, para erradicação do trabalho escravo do Brasil. Todavia, os senhores de escravos, especialmente os pertencentes à burguesia cafeeira do sudeste, que sustentava a monarquia, desejavam manter o sistema escravocrata, receosos dos prejuízos que a abolição geral poderia trazer. A alocação do senador por Pernambuco, Hollanda Cavalcanti, realça, também, que o descumprimento da extinção do tráfico em 1831 inseriu, gradualmente, o hábito de burlar as medidas empregadas no sentido do fim do tráfico, a ponto de a população julgar que o tráfico de escravos devia mesmo ser mantido, segundo a percepção desse senador escravocrata.²¹

A proposta de imigração de colonos europeus estava subentendida nas entrelinhas da fala do trono, segundo infere o senador Vergueiro²² em sua alocação na sessão do senado de 2 de junho de 1851, sob a presidência de Cândido José de Araújo Vianna²³:“...Parece-me que o discurso do trono (...) fala em medidas que tenham por fim acautelar as consequências que da falta de braços possam provir à nossa produção quase toda agrícola. Parece que não podia recomendar mais expressamente a importação de colonos...”²⁴

Essa intenção de substituição do trabalho escravo pelo assalariado, executado pelo imigrante, é percebida pelos próprios mercenários. O legionário Eduard Siber corrobora com seu comentário sobre o mercado de trabalho:

... a manutenção da escravidão permanece como um mal, e a concorrência que para os colonos resulta da existência de “estancias”, com duzentos e trezentos escravos é um grave impecilho ao livre desenvolvimento da região, por pouco que o Brasileiro saiba utilizar estas forças importantes no amanho da terra. Mais consoladora é a certeza de que, após a rigorosa repressão do tráfico de escravos, o número destes decresce visivelmente e tende a desaparecer, com o tempo, diante do incremento da colonização.²⁵

O senador Vergueiro sugere que a lei de terras de 1850, ao inserir a compra como única forma de aquisição de terras devolutas, eliminou a possibilidade de significativa parcela de imigrantes passarem a trabalhar suas próprias terras, imediatamente após a imigração, em consequência da escassez de recursos por parte desses imigrantes. Entretanto, esse expediente não garantia a quantia necessária de imigrantes para emprego como assalariados nas propriedades rurais de brasileiros, pois muitos dos imigrantes vinham com recursos para aquisição de terras. Os mercenários, mais especificamente, já estavam com suas terras asseguradas ao final do contrato. A posição de Vergueiro privilegia a contratação individual de trabalhadores rurais na Alemanha, por agentes de imigração que já tenham efetuado a prévia negociação com fazendeiros interessados no emprego dos imigrantes em suas propriedades.²⁶

8. Com a fixação dos legionários no Rio Grande do Sul, após o prazo de contratação, a produção de gêneros alimentícios recrudesceria, o que possibilitaria um melhor abastecimento ao exército nacional em futuras campanhas no sul. Essa possibilidade de recomposição de suprimentos se solidificava como mais um significado à contratação dos legionários de 1851, principalmente pela viva memória da Guerra Cisplatina, na qual o abastecimento das tropas havia demonstrado a fragilidade do arcabouço de suprimento, que poderia ser mitigada com o aumento da produção e comercialização, dentro da província do Rio Grande do Sul. Os habitantes do pampa, de origem lusa, hispânica ou mestiça, detinham grande afinidade com o manejo do gado vacum e cavalariço, porém não possuíam a prática agrícola, manifestada pelos imigrantes germânicos.

9. O “branqueamento” do tipo físico brasileiro, traduzido pela intenção de estimular a imigração de europeus em detrimento do tráfico de escravos negros, africanos, era outra preocupação, que embora de cunho racista, configura-se como mais um significado atribuído aos mercenários pelo governo imperial. Muitas autoridades receavam que uma revolta dos escravos conduzisse para um epílogo semelhante à tomada do poder no Haiti, por cativos sediciosos. O município do Rio de

Janeiro apresentava, em 1849, uma proporção de seis negros em cada dez habitantes e, na área urbana do Rio de Janeiro, em 1850, 38% da população correspondia a cativos.

Segundo Luiz Felipe de Alencastro, o jornalista Evaristo da Veiga alertava desde 1831, no jornal *Aurora Fluminense*, que os negreiros queriam “africanizar o Brasil”, introduzindo cada vez mais escravos no Império. Alencastro expõe ainda:

... o sentimento do absurdo suscitado pelo panorama social e político do Império inspira a Gonçalves Dias o seu poema em prosa *Meditação* (1846), escrito depois de seu retorno da Universidade de Coimbra e três anos antes de sua mudança do Maranhão para o Rio de Janeiro: “E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes – vi somente escravos (...) Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império – consulta de novo a sua derrota e observa atentamente os astros – porque julga que um vento inimigo o levou às Costas d’África. E conhece por fim que está no Brasil.”²⁷

Embora se constitua um fato posterior à contratação da legião alemânica de 1851, a amizade entre o imperador D. Pedro II e o conde francês Joseph Arthur Gobineau deve ser analisada por trazer indícios do pensamento do imperador sobre a questão da imigração europeia. O conde Gobineau foi designado diplomata francês no Brasil, junto à corte no Rio de Janeiro, no ano de 1869, onde permaneceu cerca de um ano, retornando para a Europa, mas mantendo uma contínua afeição por D. Pedro II, através de periódica troca de correspondência, até sua morte em 13 de outubro de 1882. Entre os assuntos abordados, enumera-se o fim do sistema escravista e a imigração, para o Brasil, de “alemães” católicos, do sul da Confederação Germânica.²⁸ O debate desses temas sugere o interesse de D. Pedro II pela imigração de indivíduos oriundos da “Confederação Alemã”. É oportuno ressaltar que o imperador e Gobineau eram pessoas de temperamento e opiniões contrárias, segundo o próprio Gobineau, sendo o monarca brasileiro favorável à manumissão, mas retardando-a devido ao receio de seu impacto na economia e reação da burguesia agroexportadora. Nesse contexto de “branqueamento” e substituição do trabalho escravo pelo assalariado está inserida a contratação dos legionários *Brummer* de 1851.

Deve-se ressaltar que Gobineau produziu uma teoria racista que propalava que a raça seria fator fundamental para o sucesso da humanidade; exaltava a raça ariana como a raça melhor preparada para conduzir o avanço humano. Todavia, sua

teoria foi vigorosamente combatida, devido à ausência de fundamentação científica, sendo questionada, inclusive, pelo monarca brasileiro.

10. Outro fator estimulante para a contratação dos mercenários e que lhe impõe uma nova significação sob o ponto de vista do reinado, foi o interesse em não desviar trabalhadores do mercado de trabalho, pelo recrutamento. O recrutamento era efetuado, em sua maior parte, forçado, uma vez que os voluntários não eram em número suficiente para completar as forças brasileiras. A proposta de contratação dos mercenários se apresentava como uma alternativa ao recrutamento, cuja aplicação provocava inúmeras censuras. Com o fim do tráfico negreiro da África, imposto pelo bloqueio marítimo inglês, os braços destinados, principalmente à lavoura, foram reduzidos. O imperador D. Pedro II, em sua fala na sessão imperial de abertura da Assembleia Geral Legislativa, em 3 de maio de 1851, recomenda indiretamente que sejam criadas leis no sentido de solucionar a questão do recrutamento:

Augustos e digníssimos Srs. Representantes da nação. (...) Muito fizestes na passada sessão legislativa. Mas (...) muito há ainda que esperar da vossa patriótica solicitude. (...) que tenham por fim acautelar as conseqüências que da falta de braços possam provir à nossa produção, quase toda agrícola, e que melhor consultem o destino do exército e marinha, são urgentes necessidades do presente e do futuro. (...) Está aberta a sessão.²⁹

Pode-se observar variadas e mesmo divergentes opiniões no senado, sobre a alocução do imperador na abertura da Assembleia, o que sugere semelhante paradoxo no pensamento em vigor no exército e na sociedade civil. O senador D. Manoel³⁰ manifesta apoio ao monarca e sintetiza as opiniões dos mais moderados. Apoiava um projeto de lei que sujeitava todo cidadão brasileiro ao serviço das armas, segundo a Constituição, mas que também admitiria exceções ao serviço militar, devido à utilidade pública do indivíduo, todavia, sujeitando-o ao pagamento de um imposto compensatório a ser empregado na reparação dos feridos e das viúvas e dependentes, dos mortos em serviço militar:

... tendes exceção de um ônus fortíssimo, não pagais o imposto do sangue; pois bem, pagai mais este imposto pecuniário em benefício dos bravos que vão derramar o sangue por vossa causa, concorrei com o vosso contingente para que os que se inutilizarem em combate, ou as famílias dos que falecerem, não morram à míngua...³¹

Abstrai-se, subjacente à proposta apoiada pelo senador D. Manoel, uma discriminação dissimulada, na qual os dotados de recursos econômicos se eximiriam do serviço militar, enquanto os pobres seriam coagidos à prestação desse serviço. Essa intenção de eximção do serviço militar mediante compensação pecuniária cristalizou-se com a lei nº 903, de 5 de agosto de 1857 que, em seu artigo 2º, fixou a quantia de 600\$000 para que o recrutado fosse eximido dessa obrigação. Essa quantia atenderia ao pagamento de um prêmio de 400\$000 ao engajado voluntariamente, permitindo que o erário auferisse a diferença de 200\$000, entretanto, o prêmio não se mostrava sedutor, uma vez que não se completavam as vagas com voluntários. Entretanto, os alemânicos, após a campanha militar contra Rosas, não foram alvo do recrutamento forçado, pois: já tinham cumprido serviço militar para o império; eram, em sua maioria, elementos produtivos e arrimos de família; existia o inconveniente da deficiência na comunicação, decorrente do idioma; e quando o contexto bélico tornou-se crítico, como na Guerra do Paraguai, inúmeros alemânicos formaram, como voluntários, frações militares na primeira linha do exército ou na Guarda Nacional.

O senador pela província de Pernambuco, Hollanda Cavalcanti, manifestou-se de forma contrária e contumaz ao método forçado do recrutamento brasileiro, mostrando-se coerente com o pensamento da maior parte dos pernambucanos. Outra censura ao modo como era realizado o recrutamento, encontra-se no artigo do periódico sensacionalista, *O Paladim*, publicado em Pernambuco no ano de 1851. O periódico, embora reconheça a necessidade da guerra contra Oribe e Rosas, critica a desigualdade na participação das províncias com efetivos militares para a campanha, condenando o recrutamento praticado em Pernambuco, no qual agricultores, acorrentados ou amarrados, eram trazidos para a cidade como novos recrutas. Denunciavam que subjacente a esse procedimento materializava-se, tacitamente, a prepotência das autoridades policiais, que utilizavam a ocasião para perpetrar vinganças pessoais.

Observa-se, no seguinte extrato do artigo, o desejo de afastar o recrutamento das províncias do norte, o que reforça o significado imputado à contratação dos mercenários, de manter os trabalhadores nacionais em seus postos de trabalho:

... O recrutamento nas provincias do norte (...) carregando com duas terças partes dos trabalhos e perigos da campanha do sul, nada lucrarão depois do vencimento, (...) e todavia as provincias do sul teem de obter vantagens reaes para sua prosperidade (...) Quizeramos, portanto, que o governo, attendendo ao interesse immediato das provincias do sul (...) fizesse sobre ellas pesar com

maior força o tributo de sangue, alliviando e deixando descansar por enquanto as províncias do norte,...³²

Na discussão com Hollanda Cavalcanti, o senador Araujo Ribeiro³³ defende o recrutamento empregado pelo governo, justificando-o como um mal necessário e visualizando-o como constitucional, defendendo-o, ainda, como um depurador da sociedade:

...O recrutamento bem feito, ou feito como deve ser, valeria mais do que a conscrição, porque escolhendo-se os homens que não são de nenhuma utilidade à sociedade para o serviço militar, far-se-ia um bem à sociedade, e mesmo a esses homens, o que não sucede na conscrição, pela qual são agarrados para o serviço das armas aqueles que são bons e úteis à sociedade, de mistura com os que o não são. Demais, eu creio que o governo brasileiro tem aberto o engajamento de voluntários, que oferece mesmo prêmios, e se não acha quem aceite, quem queira servir voluntariamente, está na necessidade, e tem mesmo direito de proceder ao recrutamento forçado.³⁴

Outra lídima manifestação favorável ao recrutamento foi proferida no senado por Acayaba de Montezuma, senador pela Bahia, que argumentava que em um país onde existe a escravidão civil, não poderia haver uma carreira mais honrosa para o cidadão livre que a carreira das armas, em face de limitada oferta de empregos.³⁵ Assim, a questão do recrutamento produziu um significado à contratação dos mercenários, que remete para a possibilidade de mitigar o recrutamento dos nacionais, objeto de inúmeras críticas, ainda que defendido por alguns indivíduos.

11. Alguns integrantes do aparato estatal argumentavam que devido a peculiaridade de possuir fronteiras em constante litígio e clima semelhante ao europeu, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul deveria ter a escravidão extinta em seu território. Alegavam que os escravos eram um elemento de tensão, passível de tornar-se fator hostil ao Brasil e decisivo no caso de revoluções ou invasão estrangeira, pois as repúblicas limítrofes à província não mais possuíam o trabalho escravo, podendo seduzir os cativos com promessas de liberdade para aqueles que se engajassem nas tropas antagonicas aos brasileiros. Esse procedimento já havia sido adotado pelos revolucionários farroupilhas, que empregaram os escravos negros nos combates, aliciando-os com a promessa da manumissão. Uma possibilidade indicada no extrato do discurso proferido no senado, em sessão de 2 de junho de 1851, pelo senador

Jobim³⁶, sugere, embora não atendido, a restrição ao uso de escravos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Propõe que os proprietários de escravos vendessem seus cativos para as demais províncias e, ainda, que fosse instigada a vinda de imigrantes europeus, os quais, adaptados a clima análogo, produziram e seriam os substitutos do trabalho escravo. Nesse contexto, a contratação dos mercenários recebia mais um alento e intensificava significados, como a substituição do trabalho escravo e reforço à capacidade de resistência militar:

...vemos que em uma invasão repentina se poderia tentar lançar mão deles? (...) Temos nós segurança de que o inimigo não se servirá com proveito dessa alavanca? Quando nós vemos que o Estado Oriental, que Buenos Aires, que a Bolívia, todos os nossos vizinhos enfim, extirparam esse cancro, não havemos nós meditar ao menos sobre os meios de acabar o mesmo mal sem perigo público e sem ofensa dos direitos particulares? Não seria possível acabá-lo de todo nessa província, ao menos daqui a dez anos, sendo a gente que ali existe transportada para outros lugares onde o mal seja menor?³⁷

O emprego de escravos como soldados, aliciados com a manumissão, é demonstrado por Gustavo Barroso:

... o general Urquiza recrutou em Buenos Aires todos os negros que pode, mandando-os para Entrerios, afim de assentarem praça nas suas milícias. Entre os que defendiam Montevidéu contra esse proprio Oribe, havia um batalhão de ex-escravos, transformados em cidadãos por decreto...³⁸

Considerações finais

Migrados da Europa, em decorrência das mais diversas necessidades, esses mercenários enfrentaram um ambiente estranho e adverso, expondo suas vidas a um destino incerto, mas alcançando, a maior parte dentre eles, o êxito ao fim da fatigante campanha militar ao obter, pelo trabalho, o espaço social almejado. Aqueles soldados contratados transformaram-se em artífices e muitos em agricultores, abrindo um novo campo de prosperidade em um momento de desaceleração da pecuária, na segunda metade do século XIX. Os mercenários favoreceram o desenvolvimento da colônia de São Leopoldo, a própria capital da província recebeu alguns dos portadores de especializações profissionais. Os desprovidos de qualificações dedicaram-se à agricultura, muitos como pioneiros

nas novas colônias. A produção de gêneros alimentícios recrudescceu como o governo pretendia, o trabalho familiar e assalariado igualmente prosperou, de maneira que o Rio Grande do Sul fortaleceu o comércio interno, principalmente com outras províncias do sudeste. A província de São Pedro do Rio Grande do Sul forneceu alimentos necessários, permitindo que outras províncias permanecessem dedicadas à monocultura exportadora escravista. A colônia de Santa Cruz do Sul, onde vários *Brummer* se instalaram, com apenas cinco anos de existência, já contribuía com o comércio interno nacional, exportando, em 1853, 160 arrobas de fumo em rama e 245 sacos de feijão.³⁹

O imigrante, substituto paulatino do braço escravo, já reforçado pelos mercenários *Brummer* e posteriormente por seus descendentes, acalentou o remanejamento de escravos para o sudeste, onde a procura por cativos era maior que no sul.

Na busca por melhores condições de vida, os mercenários alemânicos de 1851 desbravaram as terras incultas das províncias meridionais do Brasil, auxiliando na produção e instigando novos procedimentos e mentalidades pela interpenetração cultural. Esses antigos mercenários partiram para as incipientes colônias alemãs da região central do Rio Grande do Sul, povoaram e apoiaram o desenvolvimento de colônias como Santa Cruz do Sul, Rincão Del Rey, Estrela, São Gabriel, Pareci, Brochier, Teutônia, São Lourenço, Nova Petrópolis, Santo Ângelo (Agudo), Conventos (Lajeado) e Monte Alverne, além de outras.

Quando seus descendentes medraram, para que garantissem a quantidade de terras adequadas, muitos venderam suas propriedades já valorizadas e produtivas, migrando para novas fronteiras agrícolas em expansão onde, com os recursos da venda de suas antigas terras, adquiriram glebas maiores. Seus descendentes, da mesma forma, migraram para o alto Uruguai e, sucessivamente, para o oeste catariense e paranaense, colonizando e desbravando regiões e, no recorte temporal hodierno, se encontram descendentes dos *Brummer* nos mais diversos rincões brasileiros, como lídimos paradigmas da interpenetração cultural teuto-brasileira.

Notas

¹ Cf. Francisco Lothar Paulo Lange. *Frederico Lange – História de um Resmungão da Legião Alemã de 1851 no Brasil*. Curitiba: s/Ed., 1995, p. 16.

² Cf. anotações de José Wash Rodrigues: sapador: soldado encarregado de abrir fossos, caminhos subterrâneos, trincheiras e outras obras de cunho militar; Pontoneiro: soldado que constrói pontes militares.

³ Cf. José Wash Rodrigues. “*Dicionário de José Wash Rodrigues*”. Anotações compiladas e encader-

nadas pelo Centro de Documentação do Exército, Vol. 77: *Pederneira*: pedra que se fere com o fuzil para produzir nos fechos das armas, fogo, que é conduzido à pólvora no interior da câmara.

⁴ Grifo nosso. Alma: parte interna do cano da arma; lisa: desprovida de chanfros ou ranhuras em espiral, destinadas a imprimir movimento rotatório ao projétil, no intuito de aumentar a precisão e o alcance.

⁵ Cf. José Wash Rodrigues. “*Dicionário de...* Op. Cit., Vol. 57: *Tige* era um pino roscado no fundo da câmara, no eixo do cano e que servia para prender a bala por meio de pancadas da vareta. O sistema foi inventado por Thouvenin e usado tanto em espingardas lisas com bala esférica, como em carabinas raiadas, com bala cilíndrica. Grifo nosso: Na arma raiada, de carregar pela boca (antecarga), o projétil possuía diâmetro inferior ao do cano, para permitir a sua introdução, o que fazia com que ocorresse folgas entre o projétil e as paredes raiadas, prejudicando o giro do projétil e portanto a precisão e alcance. Uma das soluções para esse problema foi o sistema tige, pois o pino (*tige*, em francês), no fundo do cano, que tinha ao seu redor a pólvora do cartucho, servia de anteparo para o atirador esmagar o projétil de chumbo macio, com pancadas da vareta, moldando o projétil no espaço existente e encaixando-o nas raias.

⁶ Claudio Moreira Bento. *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul - 1635 a 1870*. Porto Alegre: Gráfica Ed. A Nação/Instituto Estadual do Livro/DAC/SEC, 1976, p. 105.

⁷ Klaus Becker. *Alemães e descendentes - do Rio Grande do Sul - na Guerra do Paraguai*. Canoas: Ed. Hilgert & Filhos, 1968, p. 9.

⁸ Francisco de Paula Cidade. “Prefácio a tradução do general Bertholdo Klinger” in Fedor von Lemmers-Danforth. *A índole da Legião Alemã de 1851 a serviço do Brasil*. Separata do boletim do Centro Rio-grandense de Estudos Históricos. Vol. III, Rio Grande: Biblioteca Rio-grandense, 1943, p. 4.

⁹ Cf. Joaquim de Salles Torres Homem. *Annaes das Guerras do Brazil com os Estados do Prata e Paraguay*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p 171.

¹⁰ Idem, ibidem, p 172.

¹¹ Eduard Siber. *Retrospecto da Guerra contra Rosas e as vicissitudes das tropas allemans ao serviço do Brasil, por uma testemunha ocular*. Revista do IHGB, nº 78. Tradução de Alfredo de Carvalho, s/local: 1915, s/Ed., p. 449.

¹² Sessão do senado do império de 11 de junho de 1851, discurso do Sr. Acayaba de Montezuma in Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de junho de 1851, Vol. II., Brasília: 1978, p. 147.

¹³ Claudio Moreira Bento. Op. Cit., p. 105.

¹⁴ Siber. Op. Cit., p. 452.

¹⁵ Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, nascido em 11 de janeiro de 1811 em Jacuí e falecido em 03 de setembro de 1856, no Rio de Janeiro, RJ, graduado em direito pela Universidade de Coimbra. Atividade principal: magistratura. Membro do partido Conservador, em 1851 foi o diplomata chefe na região platina, quando foi definida a política a ser executada contra Rosas. Cf. Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.

¹⁶ Antônio F. de P. e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Albuquerque por decreto de 02 de dezembro de 1854, nascido em 21 de agosto de 1797. Senador pela província de Pernambuco e pelo partido Liberal, de 28 de abril de 1838 a 14 de abril de 1863, data de sua morte. Atividade principal: militar. Um dos principais promotores da maioria de D. Pedro II. Cf. Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.

¹⁷ Sessão do senado do império de 27 de maio de 1851, discurso do Sr. Carneiro Leão. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de maio de 1851, Vol. I., Brasília: 1978, p. 386.

¹⁸ Otaíza de Oliveira Romanelli. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 33.

¹⁹ Reinhart Koselleck. Futuro passado: para uma semântica de los tiempos históricos. Trad. Esp., Barcelona: Paidós, 1993, p. 338.

²⁰ Sessão do senado do império de 20 de maio de 1851, discurso do Sr. Acayaba de Montezuma. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de maio de 1851, Vol. I., Brasília: 1978, p. 283.

²¹ Cf. Sessão do senado do império de 20 de maio de 1851, discurso do Sr. Hollanda Cavalcanti. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de maio de 1851, Vol. I., Brasília: 1978, p. 198.

²² Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, nascido em 20 de dezembro de 1778, em Bragança - Portugal, senador do partido Liberal, eleito pela província de Minas Gerais, com mandato de 23 de junho de 1828 a 19 de setembro de 1859, data de seu falecimento no Rio de Janeiro - RJ. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, tinha como atividade principal a agricultura.

²³ Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí, nascido em 15 de setembro de 1793, em Congonhas de Sabará - MG, senador pelo partido Conservador e pela província de Minas Gerais no período de 13 de abril de 1840 a 23 de janeiro de 1875. Foi presidente do senado de 1851 a 1853. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, teve como atividade principal a magistratura e o magistério. Cf. acervo da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.

²⁴ Sessão do senado do império em 02 de junho de 1851, discurso do senador Vergueiro. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de junho de 1851, Vol. I., Brasília: 1978, p. 18.

²⁵ Siber. Op. Cit., p. 395.

²⁶ Cf. Sessão do senado do império em 2 de junho de 1851, discurso do senador Vergueiro. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de junho de 1851, Vol. II., Brasília: 1978, p. 22.

²⁷ Luiz Felipe de Alencastro. "Vida privada e ordem privada no Império". In: Fernando Novaes (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. II, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 29.

²⁸ Cf. Georges Raeders. *D Pedro II e o Conde de Gobineau (Correspondência inédita)*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938, p. 11.

²⁹ Sessão do senado do império em 17 de maio de 1851, discurso do Sr. D Manoel. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de maio de 1851, Vol. I., Brasília: 1978, p. 134.

³⁰ Manuel de Assis Mascarenhas, nascido em 8 de agosto de 1805 em Goiás - GO, senador eleito pela província do Rio Grande do Norte, com mandato de 17 de junho de 1850 até seu falecimen-

to em 30 de janeiro de 1867. Atividade principal magistratura, formado em direito pela Universidade de Coimbra. Cf. acervo da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.

³¹ Sessão do senado do império em 17 de maio de 1851, discurso do Sr. D Manoel. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de maio de 1851, Vol. I., Brasília: 1978, p. 134.

³² *O Paladim. Constituinte Soberana e Livre*. Periódico de segunda-feira, 20 de outubro de 1851, nº 13. Pernambuco: Typ. Soc. de A.M. OC. Jersey, 1851.

³³ José de Araújo Ribeiro, visconde do Rio Grande, senador pelo partido Liberal, foi eleito representante pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com mandato de 11 de agosto de 1848 até sua morte em 21 de julho de 1879. Nasceu em 20 de julho de 1800 em Barra do Ribeiro, RS, graduou-se em direito pela Universidade de Coimbra.

³⁴ Sessão do senado do império de 20 de maio de 1851, discurso do Sr. Araujo Ribeiro. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de maio de 1851, Vol. I., Brasília: 1978, p. 270.

³⁵ Cf. Sessão do senado do império de 20 de maio de 1851, discurso do Sr. Acayaba de Montezuma. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de maio de 1851, Vol. I., Brasília: 1978, p. 282.

³⁶ José Martins da Cruz Jobim, nascido em 26 de fevereiro de 1802, em Rio Pardo – RS, graduado em ciências naturais, medicina pela Faculdade de Medicina de Paris, membro do partido Liberal foi eleito senador pela província do Espírito Santo, com mandato de 06 de maio de 1851 a 23 de agosto de 1878, data de seu falecimento.

³⁷ Sessão do senado do império em 2 de junho de 1851, discurso do senador Jobim. In: Anais do Senado do Império do Brasil, sessões de junho de 1851, Vol. I., Brasília: 1978, p. 2.

³⁸ Gustavo Barroso. *O Brazil em Face do Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1930, p. 99.

³⁹ Romeu Ignácio Neumann (coordenador). *Alemães: uma etnia para a integração – Os 150 anos da imigração em Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta do Sul, 2000, p. 44.

Referências

Fontes Primárias

Anais do Senado do Império do Brasil. Sessões de 1851. Vol. I., II e V, Brasília: Gráfica do Senado, 1978.

Colleção das Leis do Imperio do Brasil de 1850. Tomo XI, parte I, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

Contrato entre Johann Carl Christoph Dreyer e o Exército Imperial Brasileiro, datado de 1851.

DANFORTH, Fedor von Lemmers. *A índole da Legião Alemã de 1851 a serviço do Brasil*. Trad. general Bertholdo Klingner. Separata do boletim do Centro Rio-grandense de Estudos Históricos. Vol. III, Rio Grande: Biblioteca Rio-grandense, 1943.

- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Memórias de Brummer. Cristóvão Lenz, Henrique Schäfer e Jorge Júlio Schnack*. Porto Alegre: Editora EST, 1997.
- LANGE, Francisco Lothar Paulo. *Frederico Lange. História de um Resmungão da Legião Alemã de 1851 no Brasil*. Curitiba: s/Ed., 1995.
- O Paladim. Constituinte Soberana e Livre*. Periódico. Pernambuco: Typ. Soc. de A.M. OC. Jersey, 1851; 1852.
- Ofícios recebidos pelo Arsenal de Guerra da Província do Rio Grande do Sul e suas Ordens de Serviços internas*, dos anos de 1851 a 1854.
- READERS, Georges. *D Pedro II e o Conde de Gobineau (Correspondência inédita)*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Campaña en el Ejército Grande*. México: Ed. Americana, 1958.
- SIBER, Eduard. *Retrospecto da Guerra contra Rosas e as vicissitudes das tropas allemans ao serviço do Brasil, por uma testemunha ocular*. Revista do IHGB, nº 78. Tradução de Alfredo de Carvalho, s/local: 1915, s/Ed.
- TITÁRA, Ladislau dos Santos. *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1950.
- VASCONCELOS, Genserico de. *História Militar do Brasil (1ª Conferencia)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920.
- VASCONCELOS, Genserico de. *História Militar do Brasil (Apêndices e Anexos)*. Vol. II, 3ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Bedeschi, 1942.

Impressas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império” in Fernando Novais (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. II, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Rosas - Contos e episódios relativos á campanha do Uruguai e da Argentina - 1851-1852*. 1ª ed., São Paulo: Companhia E. Nacional, 1929.
- História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- O Brasil em Face do Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1930.
- BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai*. Canoas: Ed. Hilgert & Filhos, 1968.
- BENTO, Claudio Moreira. *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul - 1635 a 1870*. Porto Alegre: Gráfica Ed. a Nação/convênio Instituto Estadual do Livro/DAC/SEC, 1976.

- BORMANN, José Bernardino. *Rosas e o Exército Aliado (Campanha 1851-52)*. Bom Sucesso – RJ: Oficinas Typographicas da Escola GERSON, 1912.
- CAPDEVILA, Arturo. *Las visperas de Caseros*. Buenos Aires: Ed. Cabaut, 1928.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural*. RJ/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *Gente Sulriograndense*, contribuição para o bicentenário de Porto Alegre. In: *Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia*. Comemorativo ao bicentenário da colonização de Porto Alegre IHGRGS, Vol. II, Porto Alegre: Gráfica da Livraria do Globo – Barcellos, Bertaso & Cia, 1940.
- ESTATÍSTICA, Instituto Nacional de. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano II. Rio de Janeiro: INE, 1936.
- HOMEM, Joaquim de Salles Torres. *Annaes das Guerras do Brazil com os Estados do Prata e Paraguay*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *A colonização Alemã no Rio Grande do Sul – uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento, 1981.
- MOLINARI, Diego Luis. *Prolegomenos de Caseros*. Buenos Aires: Devenir, 1962.
- MORITZ, Gustavo. “Resumo da história Politico-Militar do Rio Grande do Sul”. In: IHGRGS (org.). *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*. Comemorativo ao bicentenário da colonização de Porto Alegre. Vol. IV, Porto Alegre: gráfica da Livraria do Globo – Barcellos, Bertaso & Cia, 1940.
- NEUMANN, Romeu Ignácio.(coordenador). *Alemães: uma etnia para a integração – Os 150 anos da imigração em Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta do Sul, 2000.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RODRIGUES, José Wash. Anotações e rascunhos compilados e encadernados pelo Centro de Documentação do Exército, Vol. 13, 25, 29, 45, 46, 59 e 67, Brasília: s/Ed., s/data.

Resumo

Este artigo mostra o papel dos mercenários alemães no Brasil, contratados pelo governo imperial para compor o exército brasileiro. Após a campanha para combater o general Oribe e o ditador Rosas, a maioria se fixou no Rio Grande do Sul trabalhando como agricultores.

Palavras-chave: Mercenários alemães; Imigração, Agricultores

Abstract

This article shows the role of German mercenaries in Brazil, hired by the imperial government to compose the Brazilian army. After the campaign to combat the General Oribe and the dictator Rosas, the majority were set in Rio Grande do Sul working as farmers.

Key words: German mercenaries, immigrants; Farmers

Resumen

Este artículo muestra el papel de los mercenarios alemanes en Brasil, contratado por el gobierno imperial para componer el ejército brasileño. Después de la campaña de lucha contra el dictador Oribe y Rosas, la mayoría se estableció en Rio Grande do Sul, donde trabajan como agricultores.

Palabras clave: Mercenarios alemanes; Inmigración; Agricultores

Introdução

A relação entre sistema financeiro e crescimento econômico tem sido muito estudada ao longo da história econômica moderna. E sua origem pode ser remetida ao trabalho de Schumpeter, publicado em 1911, no qual ele expõe a extrema importância do sistema financeiro para a promoção do crescimento econômico, por meio do financiamento à produção. Em suas palavras:

...can only become a entrepreneur by previously becoming a debtor (...) What (the entrepreneur) first want is credit. Before he requires any goods whatever, he requires purchasing power. He is the typical debtor in capitalist society (SCHUMPE-TER, 1959: 102).

...the banker, therefore, is not so much primarily the middleman in the commodity purchansing power as a producer of this commodity (...) He is the ephor of the exchange economy (SCHUMPETER, 1959: 74)

Por meio da segunda citação acima, percebe-se que, para Schumpeter, o banco possuía um papel central (ativo) no financiamento, ou seja, o crescimento econômico dependeria desse fator institucional para se realizar. Entretanto, essa causalidade não foi sempre aceita. Joan Robinson (1952), por exemplo, argumenta que, apesar de o crescimento econômico ser restringido pela falta de crédito em países pouco desenvolvidos, nas economias mais desenvolvidas o sistema financeiro se desenvolve endogenamente frente às demandas derivadas do crescimento, ou seja, a causalidade seria inversa em relação à proposta de Schumpeter.

A direção da causalidade entre o sistema financeiro e o crescimento econômico, que nos forneceria a causa e a consequência entre os dois, ainda não é consenso entre os economistas, como se observa nos trabalhos de King e Levine (1993) e Arestis e Demetriades (1995). Ambos realizam testes empíricos com a mesma fonte de dados e obtêm conclusões diversas.

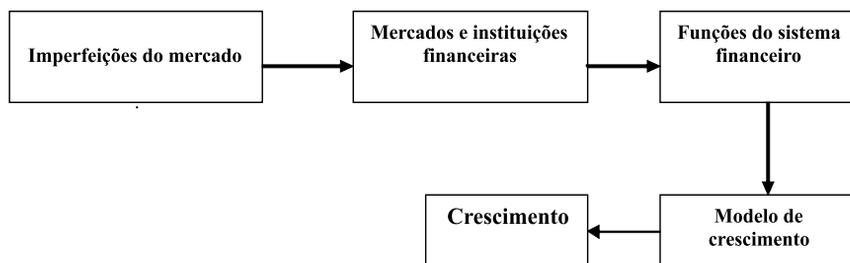
Este trabalho se propõe a analisar os argumentos apresentados pelos autores que afirmam ser o sistema financeiro a causa do crescimento, expondo assim, no primeiro capítulo a relação entre funções do sistema financeiro e os canais de crescimento expresso nos modelos de crescimento. No segundo capítulo, realizaremos uma crítica keynesiana às propostas do primeiro capítulo, apresentando, em seguida, a visão keynesiana dessa relação. Por fim, no terceiro capítulo estudaremos as características institucionais do sistema financeiros dos principais países desenvolvidos, de modo a obtermos resposta para a causalidade proposta.

1. Sistema financeiro: a poupança promovendo crescimento

Segundo Levine (1997), o desenvolvimento das instituições e dos mercados financeiros constitui o ponto fundamental no processo de crescimento, distante, portanto, da visão de que o sistema financeiro responde passivamente ao crescimento econômico e à industrialização. Autores que coadunam com essa opinião buscam explicar a origem dos mercados e intermediários financeiros, e segundo eles (Levine, 1997, Gurley e Shaw, 1955) surgem dos custos de adquirir informação e de transação na economia. Devido a esses, o sistema financeiro aparece com o papel primordial de facilitar a alocação dos recursos no espaço e no tempo. Tal papel é segmentado por Levine (1997) em quatro funções: a) facilitação das trocas, *hedging*, diversificação dos investimentos e *pooling* do risco; b) alocação dos recursos; c) monitoração dos executivos das empresas e controle corporativo; d) mobilização das poupanças.

Essas funções, por sua vez, afetam o crescimento econômico via acumulação de capital exposta em dois importantes fundamentos teóricos: 1) nos modelos de crescimento exógeno desenvolvidos nos anos 1940-50 e nos modelos de crescimento endógeno mais recentes (Romer, 1986, Lucas, 1988); 2) a teoria dos fundos emprestáveis.

Gráfico 1 - Relação poupança-crescimento



1.1 As funções do sistema financeiro

Uma das principais funções do mercado, como está mencionado acima, é a facilitação das trocas, *hedging*, diversificação dos ativos e *pooling* do risco. Essa função é importante devido à existência do risco de liquidez na economia, isto é, o risco associado à capacidade de conversão de ativos em meio de troca. Devido à assimetria informacional e aos custos de transação, esse risco pode ser intensificado afetando posteriormente o crescimento econômico. Tal *link*, entre o risco de liquidez e o crescimento econômico, surge do fato de que muitos dos projetos de alto retorno requerem investimentos de longo prazo; ou seja, os poupadores terão de abdicar dos seus recursos por longos períodos. Desse modo, se o sistema financeiro não elevar a liquidez dos investimentos de longo prazo é possível que tais projetos não sejam implementados o que conseqüentemente afetará o crescimento. Ao facilitar as trocas e a diversificação dos riscos, o sistema financeiro, por sua vez, promove a redução dos riscos de liquidez, alocando a poupança para projetos de altos retornos esperados.

Esse papel de alocação da poupança para projetos de altos retornos e baixa liquidez não surge apenas do risco de liquidez, mas também da provável incapacidade que o poupador individual possui em coletar e processar a informação de diversas empresas (e suas respectivas administrações) e condições econômicas. Devido a tais custos, o poupador provavelmente será relutante em investir em projetos dos quais ele possui poucas informações, o que novamente afetará o crescimento econômico. No entanto, novamente esses custos são superados pela existência de intermediários e mercados financeiros que reduzem o custo de aquisição de informação, selecionando as empresas mais promissoras, introduzindo a melhor alocação do capital e promovendo o crescimento (GREENWOOD e JOVANOVIC, 1990).

Além de reduzir os custos de aquisição de informação *ex-ante*, os mercados e intermediários financeiros também reduzem os custos de monitoramento das firmas e de controle corporativo. Tal fato é importante, pois de acordo com Stiglitz e Weiss (1981), a ausência de um arranjo financeiro que promova o controle corporativo impedirá a mobilização da poupança de diversos (e dispersos) agentes econômicos em direção a lucrativos investimentos, afetando, então, o crescimento. A redução dos custos de monitoramento se deve à existência de apenas um monitorador, que é o intermediário financeiro, e não todos os poupadores individualmente.

Por fim, a última função do sistema financeiro, na classificação de Levine (1997), está estritamente relacionada às demais funções, pois corresponde ao papel

de mobilização das poupanças individuais para o investimento. A função envolve o custo de transação decorrente da coleta de poupança de diferentes indivíduos, e o custo informacional, resultante da necessidade de convencer os poupadores a cederem o controle da sua poupança. Ao reduzir esses custos, o sistema financeiro permite a adoção de melhores tecnologias, promovendo o crescimento econômico.

...the farmer could provide his own savings to increase slightly the commercial fertilizer that he is now using, and the return on this marginal new investment could be calculated.

The important point, however, is the virtual impossibility of a poor farmer's financing from his current savings the whole of the balanced investment needed to adopt the new technology. Access to external financial resources is likely to be necessary over the one or two years when the change takes place. Without this access, the constraint of self-finance sharply biases investment strategy toward marginal variations within the traditional technology (MCKINNON, 1973: 13 apud LEVINE, 1997: 700)

Observa-se, das quatro funções do sistema financeiro necessárias para a promoção do crescimento que, em resumo, elas afirmam ser o principal papel do sistema financeiro a transferência de recursos das unidades superavitárias¹ (poupadores) para as unidades deficitárias (investidores) (CARVALHO et al, 2007). O sistema afeta o crescimento devido aos fundamentos teóricos que apresentaremos a seguir.

1.2 Os modelos de crescimento

Para aqueles que defendem uma causalidade direta entre o sistema financeiro e o crescimento econômico, a proposição central é de que existe relação positiva entre a taxa de poupança da economia ($s = S/Y$) e a taxa de crescimento a longo prazo ($g = dY/Y$), com causalidade de s para g . Essa causalidade está presente nos modelos de crescimento de Harrod (1948) e Domar (1946), no modelo de Solow (1956) e nos modelos de crescimento endógeno.

O modelo de Harrod (1948) foi elaborado com o objetivo de construir princípios dinâmicos dentro de um esquema altamente agregativo. As hipóteses do modelo são: a) a poupança (S) é função simples proporcional da renda nacional, $S = sY$, onde s = propensão média e marginal a poupar, é a constante; b) a força de trabalho (L) cresce a uma taxa constante exógena n , $dL/L = n$; c) não há progresso técnico e

o estoque de capital (K) não se deprecia; d) a função de produção é do tipo de proporções fixas, $Y = \min [K/v, L/u]$, onde $v = K/Y$ e $u = L/Y$.

A partir da última hipótese percebe-se que, se a força de trabalho está crescendo, então o fluxo de produto pode crescer; mas, dada a relação trabalho-produto constante, a taxa de crescimento da renda ou produto (g) não pode exceder permanentemente à taxa de crescimento da força de trabalho, n (JONES, 1975).

Por meio dessa hipótese, podemos escrever também que $K = vY$, e para pequenos acréscimos teríamos que $dK = v(dY)$. Como é suposto que o estoque de capital não se deprecia, então dK , a taxa de mudança no estoque de capital, será igual ao fluxo de investimento agregado (I); podemos assim afirmar que $I = v(dY)$. A última equação constitui forma simples de acelerador. Assumindo que o investimento agregado planejado deve ser igual à poupança agregada planejada², $I = S$, Harrod obtém que $v(dY) = sY$, então $g = dY/Y = s/v$. Essa é a equação fundamental do modelo de Harrod (1948), da qual se obtém que a taxa de crescimento do produto nacional precisa ser igual à razão entre a propensão a poupar (s) e a relação capital-produto (v).

Como vimos acima, a taxa de crescimento do produto (g) não pode exceder à taxa de crescimento da força de trabalho n ; assim, a situação mais interessante para se analisar seria aquela em que $g < n$. Nesse caso, o crescimento econômico que, em condições ideais, poderia alcançar a taxa n , é limitado pela escassez de capital que, no modelo, é indicada por s baixo ou v alto. Em outras palavras, trata-se de situação em que a taxa de poupança é baixa em termos relativos frente à relação capital-produto associada ao crescimento. Percebe-se então o motivo pelo qual o sistema financeiro realiza o crescimento, pois ele promove uma ampliação da taxa de poupança.

O modelo de Solow (1956) parte de uma economia na qual somente um bem é produzido, não havendo, portanto, distinção entre aqueles que poupam e aqueles que investem: "poupança é simplesmente investimento e não é necessário incluir no modelo uma função investimento separada" (JONES, 1975: 84). Solow aceita todas as hipóteses do modelo de Harrod, exceto a da função de produção com proporções fixas, que é substituída por uma função de produção agregada contínua com retornos constantes de escala, $Y = F(K,L)$ ³, que também pode ser escrita como $y = f(k)$, onde $y = Y/L$ e $k = K/L$.

Temos então que na economia simples de Solow, a renda é identicamente igual ao consumo agregado mais o investimento agregado, $Y = C + I$ ⁴. Transformando essa identidade em produto por trabalhador, dividimos tudo por L , obtendo $Y/L = C/L + I/L$. Sabemos que $Y/L = y$, então $f(k) = C/L + I/L$. Da relação capital-

trabalho (k), se aplicarmos o logaritmo, percebemos que a taxa de crescimento dessa relação deve ser igual à taxa de crescimento do estoque de capital menos a taxa de crescimento da força de trabalho, $dk/k = (dK/K) - (dL/L)$. Por hipótese sabemos que $dL/L = n$, então $dk/k = (dK/K) - n$. Se multiplicarmos ambos os lados por $k = K/L$, obtemos que $dK/L = dk + nk$.

Na hipótese, $dK = I$, tendo-se que $dK/L = I/L$. Obtemos então que $f(k) = C/L + dk + nk$. Esta equação afirma que o produto por trabalhador é alocado em três usos: consumo por trabalhador (C/L), nk que é a parte do investimento que mantém a relação capital-produto constante em face da força de trabalho em crescimento, e dk que é a parte do investimento que aumenta a relação capital-trabalho. Assim ela se transforma na equação fundamental do crescimento econômico neoclássico. Ao rearranjarmos a equação temos, $dk = f(k) - C/L - nk$, ou seja, $dk = Y/L - C/L - nk$, por sua vez, sabe-se que $Y/L - C/L = S/L$, em modelo de apenas um setor. Assim, $dk = S/L - nk$, como $S = sY$ por hipótese, então $dk = sY/L - nk$. Como $f(k) = Y/L$, obtemos a equação fundamental $dk = sf(k) - nk$. Na equação, o primeiro termo do lado direito é simplesmente a poupança por trabalhador, que no modelo se transforma automaticamente em investimento, podendo ser interpretada como o fluxo de investimento por trabalhador. Já o segundo termo é o montante de investimento necessário para manter a relação capital-trabalho constante.

Da equação observa-se que se $sf(k) > nk$; então, o estoque de capital crescerá mais depressa que a força de trabalho e a relação capital-trabalho irá consequentemente crescer. Entretanto, é importante destacar que a taxa de crescimento de longo prazo de uma economia neoclássica é determinada por n e pelo avanço tecnológico⁵, sendo ela inteiramente independente da renda poupada. No caso, a poupança determina apenas o nível do produto e da renda por trabalhador no longo prazo. Apesar disso, como Hermann (2002) nota, uma baixa taxa de poupança pode comprometer o crescimento econômico, ao forçar a economia a operar com baixa relação capital-produto, de modo a sustentar g em níveis compatíveis com n . Encontra-se assim, a importância do sistema financeiro na ampliação e alocação da poupança na economia.

Os modelos mais recentes de crescimento endógeno também adotam função de produção com retornos constantes de escala. Seguindo Mankiw (1995), adotamos $Y = AK$. Para verificar o que esta função implica para o crescimento econômico, substituímos ela na equação fundamental do modelo neoclássico, $dk = sf(k) - nk$, obtendo que $dY/Y = dK/K = sA - n$. Assim, enquanto $sA > n$, o produto cresce infinitamente.

In the neoclassical model, saving lead to growth temporarily, but eventually the economy approaches a steady state in which growth is independent of the saving rate. By contrast, in this endogenous growth model, saving leads to growth forever (MANKIW, 1995: 296).

Novamente, percebe-se pelo modelo de crescimento endógeno que o sistema financeiro possui papel importante na promoção do crescimento, ao elevar a taxa de poupança na economia. Só que agora, ao invés de o crescimento ser limitado no longo prazo, pela taxa de crescimento da força de trabalho, ele pode se manter infinitamente. Essa aceitação da causalidade entre s e g por sua vez decorre de outro pressuposto teórico que é a teoria dos fundos emprestáveis, exposta na próxima subseção.

1.3 A teoria dos fundos emprestáveis (TFE)

A TFE foi sistematizada nos anos trinta, principalmente nos trabalhos de Ohlin (1937), como crítica à teoria da preferência pela liquidez de Keynes (no próximo capítulo desenvolveremos essa abordagem). A afirmação básica da TFE é que a taxa de juros constitui o preço que equilibra oferta e demanda de crédito (fundos emprestáveis), e não de moeda. De modo que o locus de determinação da taxa de juros se encontra no mercado de crédito e não no mercado monetário (HERMANN, 2002).

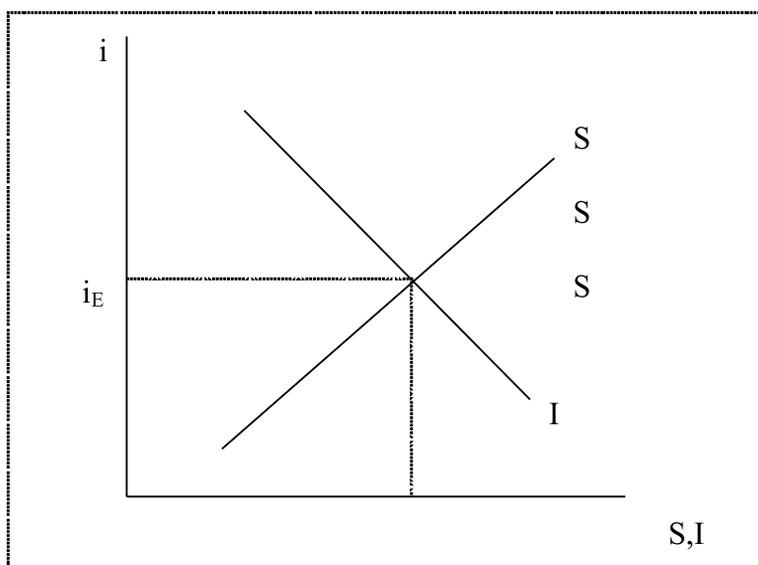
Ohlin (1937) aceitava que *ex post* o investimento agregado fosse igual à poupança agregada. No entanto, ele argumenta que o ponto importante para a determinação da taxa de juros não é a poupança e o investimento realizado, mas sim, a poupança (S^p) e os investimentos planejados (I^p) que, por sua vez se identificam, respectivamente, com a oferta de crédito (F^S) e com a demanda por crédito (F^D). Essa equivalência é defendida com base no argumento de que os poupadores que optaram por poupar na forma de moeda estariam ofertando crédito a si mesmos; já os investidores que se auto-financiam estariam demandando crédito a si mesmos. Desse modo teríamos que a taxa de juros é o preço que viabiliza a realização dos níveis de poupança e investimentos planejados, tornando $F^S = S^p = S$, $F^D = I^p = I$ e, portanto, $S = I$.

Referida interpretação constitui a teoria ortodoxa da taxa de juros, na qual, o juro representa a abstinência do consumo presente. Ou seja, poupar significa transferir para o futuro o consumo presente, sendo o sacrifício enfrentado pelo poupador pago pela taxa de juros, que representa os bens a serem consumidos no futuro. Como Carvalho (1996) observa:

...the equilibrium rate of interest depended, for orthodox theory, on thrift (that determined the propensity to save) and productivity (that limited the interest that could be paid by the marginal investment project) (CARVALHO, 1996: 314).

Analicamente, temos que a poupança é função crescente da taxa de juros (i), $S = S(i)$, $S' > 0$, e o investimento é função decrescente da taxa de juros, $I = I(i)$, $I' < 0$. Podemos também representar por $i = t(F^S, F^D)$, $dt/dF^S < 0$; $dt/dF^D > 0$, onde $F^S = S = f^S(i)$, $F^S' > 0$; $F^D = I = f^D(i)$, $F^D' < 0$.

Gráfico 2 - poupança e investimento



A TFE desenvolvida por Ohlin na década de trinta é retomada sob novos argumentos por Friedman na década de sessenta. Friedman (1983) analisa a relação entre a moeda e a oferta de crédito e conclui que o preço relevante é a taxa de juros real (r), cujo equilíbrio de longo prazo requer, além do ajuste do mercado de bens, também o ajuste dos preços e das expectativas inflacionárias.

Neste artigo, Friedman mostra que dada uma elevação na oferta de moeda, três efeitos em cadeia ocorreriam:

- Efeito liquidez-real: onde a relação entre aumento da moeda (M) e dos preços (P) não é instantânea; no curto prazo, os agentes perceberiam

uma elevação da liquidez real (M/P), e ofertariam mais crédito, o que resultaria em queda na taxa de juros nominal e real.

- Efeito renda: enquanto o equilíbrio do mercado de crédito não se estabelece - enquanto $S^p(r) < I^p(r)$ - o excesso de demanda (no mercado de bens) gerado pela expansão monetária provoca a inflação⁶ e eleva a demanda nominal por moeda.
- Efeito preço: a elevação dos preços pode chegar a anular o efeito liquidez real, elevando r a um nível próximo ao inicial e compensando, em parte, a queda de r . Esse aumento de r começa a reduzir a diferença entre $S^p(r)$ e $I^p(r)$. Friedman (1983) supõe também expectativas adaptativas; assim, um aumento dos preços promove uma elevação dos preços esperados (π^e), e estas expectativas inflacionárias elevam a taxa nominal de juros por meio do efeito-Fisher, $i = r + \pi^e$.

Observa-se pelos três efeitos descritos que, de acordo com Friedman, o efeito líquido da expansão monetária é positivo sobre a taxa nominal de juros, mas aproximadamente nulo sobre a taxa real de juros. Isto é, mantêm-se o equilíbrio no mercado de crédito, com os mesmos níveis iniciais de S e I .

Analiticamente, podemos representar a interpretação de Friedman da seguinte forma (Hermann, 2002): $r = r(F^S, F^D)$, $dt/F^S < 0$; $dt/F^D > 0$, onde $F^S = f^S(r, Y, s, M/P, \pi^e)$ e $F^D = f^D(r, r_k, \pi^e)$, sendo $df^S/dr > 0$; $df^S/dY > 0$; $df^S/d(M/P) > 0$; $df^S/d\pi^e < 0$; $df^D/dr < 0$; $df^D/dr_k > 0$; $df^D/d\pi^e > 0$. Na representação, r mede o retorno nominal da oferta de crédito e o custo nominal do empréstimo tomado; já r_k mede o retorno nominal esperado do investimento. As derivadas em relação a Y e s representam a oferta de crédito, ou seja, a oferta de fundos emprestáveis exposta na TFE. A derivada em relação a M/P representa o efeito liquidez real de curto prazo e, por fim, a derivada em relação a π^e reflete o efeito negativo da inflação esperada sobre o retorno e o custo real dos empréstimos. Resumidamente, temos que $r = r(Y, s, M/P, r_k, \pi^e)$, onde $dr/dY < 0$; $dr/ds < 0$; $dr/d(M/P) < 0$; $dr/dr_k > 0$; $dr/d\pi^e > 0$.

Assim como a versão nominal da TFE proposta por Ohlin, a versão real da TFE proposta por Friedman implica na interpretação de F^S , F^D e r como variáveis que refletem as preferências intertemporais dos agentes econômicos em termos de bens (consumo e poupança) e não em termos monetários (moeda e títulos). Ambas as versões mostram que dado o nível planejado de investimento, a poupança determina o nível da taxa de juros e, via oferta de crédito, financia o investimento. Justifica-se assim, a relação exposta na subseção anterior entre o nível de poupança s e a taxa de crescimento do produto g , apresentada nos modelos de crescimento.

2 Sistema financeiro: o investimento promovendo o crescimento

À primeira vista, o título deste capítulo parece redundante, pois é senso comum afirmar que o crescimento depende do aumento do investimento. Mas, de acordo com o capítulo anterior, a taxa de crescimento do produto depende da elevação da taxa de investimento, a qual por sua vez é determinada pela taxa de poupança. É devido à última frase, o motivo pelo qual escolhemos o título para o terceiro capítulo, para expor a teoria keynesiana do financiamento ao crescimento, destacando que a poupança não restringe o montante de investimento. Pelo contrário, a poupança é determinada a cada período pelo investimento⁷. Como Carvalho (1996) e Keynes (1971) mencionam:

Savings cannot exist without a previous act of investment. When one saves, he demands some form of claim against future income. If new assets are not being created by investment, the increased demand for claims can only be satisfied if someone else dissaves (CARVALHO, 1996: 315)

If an increment of saving by an individual is not accompanied by an increment of new investment (...) then it necessarily causes diminished receipts, disappointment and losses to some other party, and the outlet for the savings of A will be found in financing the losses of B (CWJMK⁸, 29, p.14 apud, CARVALHO, 1999: 315).

Essa posição de Keynes fez com que ele se contrapusesse à TFE elaborada por Ohlin (1937). No debate, Keynes defendeu a sua teoria da preferência pela liquidez (TPL) elaborada na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, a qual afirma ser a taxa de juros determinada não no mercado de oferta-demanda de crédito, mas de oferta-demanda de moeda e ativos, sendo a demanda por financiamento ao investimento (*finance*) uma forma de demandar moeda (Keynes, 1937). Resumindo, temos que o debate TPL versus TFE contempla duas versões intimamente relacionadas (Carvalho, 1996): (i) o mecanismo de determinação da taxa de juros de mercado; (ii) mecanismo de financiamento do investimento agregado, e consequentemente do crescimento econômico.

Com o intuito de expor a proposta keynesiana, incluímos aqui três seções. Na primeira, tratamos da TPL; na segunda, apresentamos as críticas de Keynes a proposta de que a poupança propicia o investimento, mostrando também como o investimento determina a poupança. E por fim, na terceira subseção, tratamos do

processo de formação de capital (Keynes, 1939) descrito pelos conceitos de *finance* e *funding*.

2.1 A teoria da preferência pela liquidez (TPL)

Entre os principais marcos teóricos da teoria econômica keynesiana destaca-se a TPL. Keynes desenvolveu essa teoria ao perceber que a moeda não é apenas meio de circulação, mas também forma de representação da riqueza. Em outras palavras, ela é ativo que representa forma pura de manutenção do poder de compra mantido durante vários períodos de tempo. Segundo Carvalho (1992), a primeira ruptura de Keynes em relação à concepção de uma moeda neutra⁹ é apresentada no *Treatise on Money*. Nesse livro, Keynes percebe que a moeda pode circular em dois circuitos, o industrial e o financeiro. O primeiro indicaria a manutenção de um processo de produção normal, caracterizado pela distribuição, troca e pagamento dos fatores de produção, desde o início da produção até a satisfação final do consumidor. Já a circulação financeira seria caracterizada pela manutenção e troca de títulos de riqueza, destacando-se a especulação em relação à riqueza futura.

Keynes advanced to the examination of notions such as waiting and speculation, and particularly to money as a form of waiting and speculating about asset values. The retention of positions in money affect the price of debts and assets and actually affected the allocation of wealth among its various forms, making money non-neutral (CARVALHO, 1992: 35).

Verifica-se que, na circulação financeira a moeda não está relacionada a nenhum plano de gasto *ex-ante*, mas, a um gasto eventual quando necessário. E por ser um ativo substituto aos demais, ela afeta o modo no qual os agentes decidem conservar a riqueza. Desse modo, a moeda não afeta somente as operações de curto prazo, mas também as trajetórias de longo prazo.

The theory which I desiderate would deal, in contradistinction to this, with an economy in which money plays a part of its own and affects motives and decisions and is, in short, one of the operative factors in this situation, so that the course of events cannot be predicted, either in the long period or in the short, without a knowledge of the behaviour of money between the first state and the last. And it is this which we ought to mean when we speak of monetary economy (CWJMK, 12: 408-409 apud CARVALHO, 1992: 37).

Os motivos para se demandar moeda dentro do conceito de economia monetária proposto na citação acima, são expostos de forma mais clara no capítulo dezessete da Teoria Geral, onde Keynes mostra que a moeda possui duas importantes propriedades: elasticidade de produção e substituição nulas¹⁰.

Por meio dessas características ele reconheceu que a moeda tinha "um rendimento nulo, um custo de manutenção insignificante, porém, um prêmio de liquidez substancial" (Keynes, 2007, p.178). No mesmo capítulo, ele conclui que "a liquidez e os custos de manutenção são ambos questão de grau, e que é unicamente na importância da primeira em relação aos últimos que reside a peculiaridade da moeda". O reconhecimento da existência da preferência pela liquidez e sua influência sobre as variáveis reais da economia fez com que Keynes identificasse três motivos gerais pelos quais os agentes econômicos demandariam moeda:

- **Motivo transação:** necessidade de moeda para as trocas correntes, correspondendo a circulação industrial. Esse motivo é subdividido por Keynes no motivo-renda e no motivo-negócio. Em relação ao primeiro, Keynes afirma que "uma das razões para conservar recursos líquidos é garantir a transição entre o recebimento e o desembolso da renda" (KEYNES, 2007:157). Já em relação ao motivo-negócio, Keynes sustenta que "os recursos líquidos são conservados para assegurar o intervalo entre o momento em que começam as despesas e o recebimento do produto das vendas" (KEYNES, 2007:157).
- **Motivo precaução:** no qual a moeda seria demandada para "atender às contingências inesperadas e às oportunidades imprevistas de realizar compras vantajosas" e "conservar um ativo de valor fixo em termos monetários para honrar uma obrigação estipulada em dinheiro" (KEYNES, 2007:157).
- **Motivo especulação:** aqui a moeda é demandada ante a possibilidade de obtenção de lucros por meio da expectativa de variação da taxa de juros. Para Keynes, esse motivo era o "menos compreendido" necessitando de um estudo detalhado dada a sua importância na transmissão dos efeitos de uma variação na quantidade de moeda. Segundo ele, não existe relação quantitativa definida entre a taxa de juros e a demanda especulativa por moeda; "o que importa não é o nível absoluto da taxa de juros, mas, sim, o seu grau de divergência quanto ao que se considera um nível razoavelmente seguro dessa taxa" (KEYNES, 2007:161). Isto é, se para certo agente econômico o nível seguro da taxa de juros (ou taxa de juros normal) for superior à taxa de juros corrente, esse agente reterá

moeda pelo motivo especulação. Para referido agente, é melhor guardar moeda para, no futuro, adquirir outros ativos a um preço menos elevado, já que ele espera uma taxa de juros mais elevada que a atual. O contrário ocorreria se a taxa de juros natural do agente fosse menor que a taxa de juros corrente.

Em relação aos dois primeiros motivos acima, Keynes afirma serem "em circunstâncias normais (...) o resultado da atividade geral do sistema econômico e do nível de renda normal em termos monetários" (KEYNES, 2007: 157). Já em relação ao terceiro motivo, Keynes identifica dois tipos de agentes¹¹. Uns seriam os ursos, isto é, aqueles que apostam na alta do juro, retendo moeda no presente (estes consideram a taxa de juros normal superior à taxa de juros corrente). Os outros seriam os touros, os quais apostam na baixa do juro e, por isso, aplicariam os seus saldos monetários na aquisição de títulos etc (estes consideram a taxa de juros normal inferior à taxa de juros corrente). A interação entre os dois agentes é responsável pela definição da taxa de juros corrente. Por tal motivo, Keynes considera "ser mais exato dizer que a taxa de juros seja um fenômeno altamente convencional do que basicamente psicológico, pois o seu valor observado depende sobremaneira do valor futuro que se lhe prevê" (KEYNES, 2007: 162).

Temos então que a TPL explica não só a demanda por moeda, mas também a taxa de juros, determinada no mercado monetário e não no mercado de crédito. Analiticamente teríamos $i = i(M, L_N)$, $dr/dM < 0$, $dr/dL_N > 0$, sendo M = oferta nominal de moeda e L_N = demanda nominal por moeda. Percebe-se que a determinação da taxa de juros na economia keynesiana é amplamente diferente da TFE, e isso propiciou as críticas de Keynes a Ohlin, as quais discutiremos na próxima subseção.

2.2 Críticas à TFE e ao processo multiplicador do investimento

Para expor as críticas de Keynes à TFE, inicialmente retomaremos os conceitos de poupança e o significado da igualdade entre poupança e investimento. Sabe-se que, ao final do período, a atividade produtiva gera um produto de valor igual a $Y = C + I$, o qual tem como contrapartida a remuneração dos fatores de produção no mesmo valor. Assim, $Y = C + I = L + W + J$, onde C = consumo; I = investimento; L = lucros; W = salários e J = juros. Dado que a poupança é definida como a parcela da renda não absorvida em gastos de consumo, temos que $L + W + J = C + S$, portanto, $C + I = C + S$ então $I = S$.

A igualdade obtida entre investimento agregado e poupança agregada, não indicam por sua vez que os dois termos são diferentes nomes para o mesmo fenômeno. Poupança e investimento não são a mesma coisa, mas sim, dois diferentes lados da transação de compra e venda de ativos (HERMANN, 1988).

Aggregate saving and aggregate investment are equal in the same sense that the aggregate quantity of sales in the market is equal to the aggregate quantity of purchases. It does not follow from this that sales and purchases have identically the same meaning or that one term can be substituted for the other (CWJMK, 29: 253, apud CARVALHO, 1996: 323).

Como vimos, a poupança é o excesso de renda agregada sobre os gastos de consumo, e dado que a renda agregada resulta dos gastos de investimento e consumo, para que haja poupança é necessário que primeiro a renda seja gerada. Tal análise nos permite observar que a poupança é subordinada ao investimento e não o contrário, como conclui a TFE. Retomando as citações de Carvalho (1996) e Keynes, apresentadas no início do capítulo, vê-se que as compras e vendas dos ativos já existentes se anulam mutuamente, de tal modo que a poupança agregada somente poder assumir o valor dos ativos de capital novos criados no período, ou seja, o investimento agregado. Tem-se, portanto, que a poupança agregada é o resultado de uma decisão que depende do empresário e não do público em geral (HERMANN, 1988).

Para mostrarmos que a poupança é igual ao investimento inicial a cada período e para qualquer nível de renda, suponhamos uma economia fechada, sem governo, com dada propensão marginal a consumir, dadas condições institucionais etc, e na qual haja aumento do investimento (?I). Partindo do período $t = 0$, teríamos que a renda seria elevada no mesmo montante que o investimento. Assim:

$$Y_0 = C_0 + I_0$$

$$Y_1 = Y_0 + \Delta Y_0 = C_0 + I_0 + \Delta I = C_1 + I_1$$

Como os produtores¹² de bens de capital ainda não tiveram tempo de elevar o seu consumo, temos que $C_1 = C_0$, e dado que $I_1 = I_0 + \Delta I$, temos:

$$\Delta Y_0 = Y_1 - Y_0 = C_0 + I_0 + \Delta I - (C_0 + I_0) = \Delta I$$

O aumento inicial da renda apropriado pelos produtores de bens de capital se transforma então na poupança agregada do período $t = 1$:

$$Y_1 = C_1 + S_1$$

$$S_1 = Y_1 - C_1 = (C_0 + I_0 + \Delta I) - C_0 = I_0 + ?I = I_1$$

$$\Delta S_1 = \Delta I_1$$

À medida que os produtores de bens de capital elevarem o seu consumo durante o período $t = 1$, teremos que em $t = 2$, este aumento corresponderá a poupança dos produtores de bens de consumo. Deste modo $Y_2 = Y_1 + \Delta Y_2$, onde $\Delta Y_2 = c\Delta I$, sendo $c =$ propensão marginal a consumir. Assim:

$$\begin{aligned} Y_2 &= Y_0 + \Delta I + c\Delta I \\ C_2 &= C_1 + \Delta C_2 = C_1 + c\Delta I = C_0 + c\Delta I \\ S_2 &= Y_2 - C_2 = Y_0 + \Delta I + c\Delta I - (C_0 + c\Delta I) = Y_0 - C_0 + \Delta I = S_0 + \Delta I \\ S_2 &= S_1 = \Delta I_1 \end{aligned}$$

O exemplo acima pode ser estendido para os períodos $t = 3$, $t = 4$, etc e em todos eles obteremos que $S = S_0 + \Delta I$, ou seja, a poupança fica inalterada. Tendo como princípio a TPL, Keynes (1937) desenvolve a sua contra-argumentação a Ohlin (1937) observando que seja a poupança efetiva (S) ou planejada (S^p), ela não necessariamente se identifica com a oferta de crédito (F^s). Pode, sim, ser mantida na forma líquida constituindo a demanda por moeda (L_N) que, ao invés de agregar, subtrai recursos dos fundos emprestáveis, tendendo a elevar a taxa de juros nominal e não reduzi-lá como afirma a TFE. Analiticamente, teríamos que $S = F^s + L_N$, e se $L_N > 0$ então $F^s < S$.

Assim sendo, não é a poupança que financia o investimento (como já havíamos concluído anteriormente), mas somente a parte da poupança que não é mantida de forma líquida; isto é, o investimento corresponde a uma renúncia a liquidez (Hermann, 2002). A relação proposta pela TFE, $F^s = S = f^s(i)$, $F^s > 0$, seria correta somente para a parcela da poupança que excedesse L_N .

Como consequência dessa análise, Keynes passou a dar muita importância ao grau de preferência pela liquidez dos agentes econômicos, em especial, os bancos, pois são eles que administram o estoque de riqueza existente (Carvalho et al, 2007). Em mercados de ativos desenvolvidos, os títulos podem ser reavaliados e renegociados frequentemente, mudando-se assim o perfil no qual a riqueza é alocada. Isto é, ela pode se concentrar em formas menos líquidas (títulos de longo e médio prazo) ou mais líquidas (moeda ou títulos de curto prazo). No primeiro caso, amplia-se a oferta de crédito e reduz-se a taxa de juros nominal, e no segundo caso isso não ocorre. Tal diferença pode surgir sob o mesmo nível de poupança, investimento planejado e demanda de crédito. O que importa, portanto, para a determinação da taxa de juros nominal não é o fluxo de poupança, mas sim, a forma como o estoque de riqueza se distribui entre ativos de maior ou menor liquidez.

A importância concedida por Keynes à preferência pela liquidez do mercado, em especial a das instituições financeiras, se deve ao fato de Key-

nes considerar os bancos não apenas como intermediários entre os poupadores e investidores, mas sim com criadores de moeda (Carvalho, 1996). A situação já havia sido percebida por Keynes desde o *Treatise on Money*, onde ele observa que não é apenas a moeda legal (aquela emitida pelo Estado) que é aceita pela sociedade para a execução das transações. As transferências de dívidas também realizam esse papel. Tais dívidas reconhecidas pelos agentes econômicos foram denominadas por Keynes moeda bancária¹³. É bancária, pois quem as cria são as instituições bancárias; ou seja, os bancos podem criar obrigações contra eles mesmos, multiplicando a quantidade de moeda na economia. Isso fez com que Keynes desse maior importância ao papel das instituições financeiras no processo de financiamento do capital, assunto tratado na próxima seção.

2.3 O processo de formação do capital: finance e funding

Na sua discussão com Ohlin, Keynes rejeitou a proposta de que a igualdade entre investimento e poupança se daria *ex-ante*, isto é, o investimento planejado seria igual a poupança planejada como proposto pela TFE de Ohlin (1937), apresentando as críticas que discutimos na seção anterior. Entretanto, Keynes aceitou que o investimento planejado poderia afetar a taxa de juros, assim como qualquer outra forma de gasto, pois resultaria em demanda por moeda necessária para permitir a realização da transação.

It is not an increase of investment as such which requires an immediate increase in "available funds", but an increase of output whether for investment or for consumption, or, more strictly an increase in the turnover of transactions for any purpose whatever (KEYNES, 1939: 573).

O montante de moeda necessário para satisfazer os gastos com investimento, Keynes chamou de *finance*, e a demanda de moeda resultante dessa necessidade, ele chamou de *finance motive* (CARVALHO, 1997).

A large part of the outstanding confusion is due, I think, to Mr. Robertson's thinking of "finance" as consisting in bank loans; whereas in the article under discussion I introduced this term to mean the cash temporarily held by entrepreneurs to provide against the outgoings in respect of an impending new activity. (CWJMK, 14: 229, apud CARVALHO, 1997: 462).

Assim, além dos motivos transação, precaução e especulação, haveria também o motivo *finance* para demandar moeda. Sendo isso motivo com natureza semelhante ao motivo transação, ou seja, guardar moeda para realizar pagamentos quando forem necessários. Nas palavras de Keynes: *bridge de gap between the time when the decision to invest is taken and the time when the correlative investment and savings actually occur* (KEYNES, 1937: 246).

Apesar da semelhança, o motivo *finance* teria uma lógica própria correspondente à lógica que regula as decisões de investimento, as quais dependem das expectativas dos empresários sob uma economia monetária fortemente marcada pela incerteza¹⁴. Ao tratar dessa razão para demandar moeda, Keynes buscava explicar o processo de formação do capital (processo de investimento) (Keynes, 1939), que ele reconhecia como essencial para o crescimento econômico. No entanto, o processo não se sustentaria apenas com o *finance*, nas suas palavras:

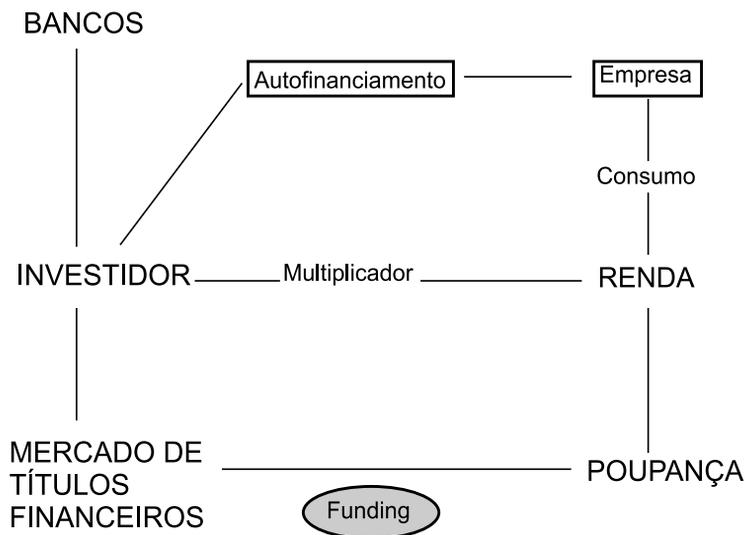
The entrepreneur when he decides to invest has to be satisfied on two points: firstly, that he can obtain sufficient short-term finance during the period of producing the investment; and secondly, that he can eventually fund his short-term by long-term issue on satisfactory conditions (KEYNES, 1937: 664).

Temos então que devido à natureza peculiar do investimento, que é composto por ativos de longo prazo (CARVALHO, 1997), o processo de formação do capital se completaria em duas etapas: a) obtenção do *finance*; b) capacidade de financiar (*fund*) a dívida de curto prazo ao longo do período de maturação do investimento¹⁵. A primeira etapa poderia ser obtida de duas formas: (i) pela venda de bens e serviços, (ii) pela venda de dívidas aos bancos ou especuladores. No caso (i) a demanda por *finance* é obtida com o estoque existente de moeda em circulação, como a contrapartida da circulação de bens e serviços¹⁶. Ou seja, o *finance* constitui a "*revolving fund of money circulation*" (CWJMK, 14: 232 apud CARVALHO, 1997: 464). Se o montante do estoque de moeda existente não for suficiente para satisfazer a demanda por *finance*, será necessária a ampliação desse estoque, caso (ii), o qual é realizado pelos bancos (dependendo da sua preferência pela liquidez).

A segunda etapa (*o funding*), por sua vez, depende do modo pelo qual é alocada a poupança gerada pelo investimento. Se a preferência pela liquidez do público e das instituições financeiras for bastante elevada, a maior parte da poupança será alocada em moeda (L_N) e ativos de curto prazo, não permitindo aos

investidores emitir títulos de longo prazo de modo a financiar a sua dívida ao longo do processo de maturação do investimento (Kregel, 1984,1986, Davidson, 1986). Concluindo, verifica-se que a dificuldade de realização do processo de investimento (e crescimento), não é a ausência de poupança, como vimos ao longo do primeiro capítulo, mas sim, a forma como a poupança é alocada. O gráfico abaixo resume as duas etapas do processo de formação do capital.

Gráfico 3 - Formação do capital



Tanto na abordagem exposta no primeiro capítulo sob o pressuposto da TFE, quanto no processo de ampliação do investimento keynesiano - sobre o pressuposto da TPL - exposto neste capítulo destaca-se a importância do sistema financeiro na promoção do crescimento. Entretanto, ao invés de assumirem papel passivo (mera transferência de poupança para o investimento), na abordagem keynesiana as instituições financeiras assumem papel ativo, na realização do *finance*, e na abertura de canais pelos quais a poupança pode financiar (*funding*), diretamente ou indiretamente, as dívidas assumidas pelos investidores. Diante da importância das instituições financeiras, no próximo capítulo analisaremos o papel do desenvolvimento institucional (e das estruturas financeiras) na promoção do crescimento.

3 Elementos para uma análise institucional

Na introdução desse artigo, nos propomos a realizar análise institucional de modo a obter conclusão a respeito da direção da causalidade entre sistema financeiro e crescimento. Isto porque nos dois capítulos anteriores, vimos que diferentes visões teóricas afirmam que o sistema financeiro promove o crescimento, em especial, a proposta keynesiana que atribui papel ativo às instituições financeiras no crescimento econômico. Na análise utilizaremos a taxonomia estabelecida por Gerschenkron (1962), que divide o sistema financeiro em duas categorias, a baseada em bancos (*bank-based*) e a baseada em mercados de capitais (*capital-market-based*).

O sistema baseado em bancos é caracterizado pelo baixo desenvolvimento do mercado de capitais e pela forte relação entre os bancos e as indústrias. Isto é, são os bancos que fornecem crédito de longo prazo para o financiamento do investimento das indústrias, constituídas por poucos acionistas com influência do banco na gerência.

...the main characteristic of bank-based financial systems is that companies rely heavily on bank loans and not so much on equity, with banks exercising an important monitoring role. Thus, bank play a key role in the process of growth and development (ARESTIS e DEMETRIADES, 1995: 6).

O sistema financeiro baseado no mercado de capitais, por sua vez, é caracterizado pelo alto desenvolvimento desse mercado, o qual constitui importante fonte de captação de recursos de longo prazo para as firmas. Estas possuem vários acionistas o que dificulta o controle administrativo exercido pelos bancos, que neste caso é efetuado pelo mercado. Como exemplos clássicos de países *bank-based* temos o Japão, a Alemanha e a Coreia do Sul, já os *capital-market-based* são os Estados Unidos e a Inglaterra.

Da classificação seria de esperar-se que o sistema baseado em bancos promovesse maiores financiamentos de longo prazo (dada a relação estreita entre os bancos e a indústria), e o sistema baseado no mercado de capitais dificultasse o financiamento de longo prazo, pois nele se dariam incentivos a aplicações lucrativas de curto prazo, dificultando o investimento e consequentemente o crescimento. Teríamos no segundo sistema, tendência maior a atividades especulativas fragilizando a economia¹⁷.

...some evidence suggests that German bankers tended to be more committed to the long-term funding of their clients than English bankers. Short-term credits

could be transformed into longer-term securities more easily in Germany (LEVI-NE, 1997: 718).

Das afirmações presentes no parágrafo anterior seria de se esperar que nos sistemas baseados em bancos, a causalidade fosse do sistema financeiro para o crescimento e, o sistema baseado no mercado de capitais, o contrário. Entretanto, Zysman (1983) estudando as estruturas financeiras dos Estados Unidos e da Inglaterra, concluiu que a relativa independência (em relação aos bancos e ao governo) do mercado de capitais desses países promove forte orientação internacional, permitindo assim, as indústrias se desenvolverem por meio do financiamento internacional. Ocorreria assim bi-causalidade entre finanças e crescimento. Tal conclusão seria reforçada se analisarmos as mudanças que vêm ocorrendo nos sistemas financeiros devido à globalização financeira. Em resumo, observa-se a convergência entre os dois sistemas, marcada pela homogeneização das instituições financeiras, ampliação dos processos de securitização das relações financeiras, estímulo a ao crescimento de novos mercados e produtos, como o mercado de derivativos etc (CARVALHO, 1997)¹⁸.

A relativização da causalidade entre finanças e crescimento se deve também aos resultados de novos estudos empíricos sobre o financiamento da indústria (Arestis e Demetriades, 1995). Deles obteve-se para ambos os sistemas três características presentes: 1) o financiamento interno é a fonte de recurso mais importante para as firmas, ou seja, predominaria o *revolving fund of money circulation de Keynes*; 2) os bancos são a forma mais importante de financiamento externo das firmas; 3) o mercado de ativos não provê recursos de forma elevada para as firmas.

Dessa breve exposição dos fatores institucionais (estruturais) não se pode afirmar que exista uma causalidade direta entre sistema financeiro e crescimento; o certo seria concluir pela bi-causalidade. De qualquer forma, é fato consumado a relevância do papel ativo (criando moeda) das instituições financeiras no processo de investimento e conseqüentemente de crescimento.

Conclusão

Nosso objetivo no presente artigo foi o de verificar a direção da causalidade entre sistema financeiro e crescimento, analisando por duas óticas a relação entre o sistema financeiro e o crescimento econômico; uma que enfatiza o papel da poupança e, a outra, o investimento.

A primeira ótica possui dois princípios teóricos descritos no primeiro item: são os modelos de crescimento e a teoria dos fundos emprestáveis (TFE). A TFE afirma que a taxa de juros é determinada no mercado de crédito e não no mercado monetário. Seja na versão da TFE de Ohlin (1937) ou na de Friedman (1983), a oferta de crédito, a demanda por crédito e a taxa de juros são variáveis que refletem as preferências intertemporais dos agentes econômicos em termos de bens (consumo e poupança) e não em termos monetários (moeda e títulos). Ambas as versões mostram que dado o nível planejado de investimento, a poupança determina o nível da taxa de juros e, via oferta de crédito, financia o investimento. A conclusão está inserida nos modelos de crescimento de Harrod (1948), Solow (1956) e nos modelos de crescimento endógeno (Mankiw, 1995). Pelas respectivas equações fundamentais, $g = dY/Y = s/v$, $dk = sf(k) - nk$ e $dY/Y = dK/K = sA - n$ percebe-se que a taxa de poupança está diretamente relacionada com a taxa de crescimento do produto, destacando que no modelo de Solow esta taxa é limitada pelo crescimento da população (n) e no modelo de crescimento endógeno não existe limite ao crescimento.

Diante desses princípios teóricos, afirma-se que o sistema financeiro promove o crescimento, ao ampliar a taxa de poupança de acordo com as suas quatro funções (Levine, 1997): a) facilitação das trocas, *hedging*, diversificação dos investimentos e *pooling* do risco; b) alocação dos recursos; c) monitoração dos executivos das empresas e controle corporativo; d) mobilização das poupanças.

No terceiro item tratamos da posição keynesiana a respeito da importância do sistema financeiro na promoção do crescimento. Nessa ótica, a relevância do sistema financeiro se mantém, mas a justificativa teórica se modifica de forma radical, isto porque não é mais a poupança que determina o investimento, mas sim, o contrário. Como vimos, Keynes contrapõe a TFE à teoria da preferência pela liquidez (TPL), em que a moeda não é apenas meio de troca, mas ativo como os demais, passível de ser desejado por si mesmo. Explicar-se-iam, assim, não só os motivos para se demandar moeda (motivo transação, precaução e especulação), mas também com se determina a taxa de juros, a qual é determinada no mercado monetário e não no mercado de crédito como afirma a TFE.

Keynes mostra que é o investimento que determina a poupança, pois ela é a renda não consumida e a renda é determinada pelo investimento, é o investimento que determina a poupança. A realização do investimento por sua vez inicia-se pela demanda de moeda, o qual Keynes denominou de *finance motive*, e que pode ser suprido pelos gastos correntes dos agentes econômicos (*revolving fund*) ou então pela criação de moeda realizada pelos bancos. E o investidor, por sua vez,

necessita não só do *finance*, mas também da capacidade de financiar esse empréstimo (*funding*). Para isso é necessário que os agentes econômicos (em especial os bancos) aloquem a poupança resultante do investimento, para a aquisição de ativos de longo prazo e não para a satisfação de sua preferência pela liquidez.

Na análise keynesiana, observa-se a importância, o papel ativo, da instituição financeira para a promoção do *finance* e *funding*. É devido a essa importância que realizamos no quarto capítulo uma análise institucional, adotando a taxonomia estabelecida por Gerschenkron (1962), que divide o sistema financeiro em duas categorias: a baseada em bancos (*bank-based*) e a baseada em mercados de capitais (*capital-market-based*). Desta seria de esperar-se que o sistema baseado em bancos promovesse maiores financiamentos de longo prazo (dada a relação estreita entre os bancos e a indústria), e o sistema baseado no mercado de capitais dificultasse o financiamento de longo prazo, pois nele se dariam incentivos a aplicações lucrativas de curto prazo, dificultando assim o investimento e consequentemente o crescimento. Entretanto, os trabalhos de Zysman (1983) e Arestis e Demetriades (1995) apresentam resultados empíricos e factuais que relativizam essa afirmação, de modo que concluímos a favor da bi-causalidade entre o desenvolvimento do sistema financeiro e o crescimento econômico.

Notas

¹ As unidades superavitárias são constituídas pelos agentes econômicos, cujos planos de dispêndio corrente são inferiores à renda esperada para o mesmo período. Já as unidades deficitárias são constituídas por aqueles que pretendem gastar correntemente mais do que sua renda.

² Mostraremos adiante que a afirmação decorre da aceitação da Teoria dos fundos emprestáveis.

³ Solow supõe também que a função de produção satisfaz as seguintes condições: 1) o produto marginal do capital, $f'(k)$, é positivo para todos os níveis da relação capital-produto, isto é, $f'(k) > 0$, para todo k ; 2) o produto marginal diminui quando o capital por trabalhador aumenta, $f''(k) < 0$; 3) conforme k tenda para infinito, o produto marginal tende para zero; 4) conforme k tenda para zero, o produto marginal tende para infinito; 5) nenhum produto pode ser produzido sem capital, $f(0) = 0$; 6) um nível alto de produto por trabalhador corresponde a uma proporção de capital por trabalhador igualmente alta, $f(?) = ?$. (JONES, 1975)

⁴ Nesse modelo estão ausentes os gastos do governo e o comércio exterior.

⁵ Não detalharemos o papel do avanço tecnológico, pois ele foge aos objetivos deste trabalho.

⁶ Importante notar que Friedman aceita a validade da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), que torna a identidade contábil $MV = PQ$, onde M: moeda, V: velocidade de circulação da moeda; P: preços e Q: produto, em uma teoria, na qual, se identifica uma relação direta ente M e P. Isso devido a aceitação do pressuposto da neutralidade da moeda.

⁷ Na subseção seguinte, descreveremos como a poupança é igual o investimento, a apresentarmos detalhadamente o processo do multiplicador keynesiano.

⁸ Collected Writtings of John Maynard Keynes.

⁹ A moeda é neutra quando não é considerada ativo e pode ser demandada por si mesma. Mas sim, quando se considera a moeda apenas como meio de troca.

¹⁰ A elasticidade de produção zero indica que, se o preço da moeda em termos de unidade de salário subir, os empresários não podem aplicar, à vontade, trabalho para produzir dinheiro. A elasticidade de substituição zero indica que a elevação do valor de troca da moeda não significa a substituição da moeda por outro ativo. Isto é, quando o poder de compra da moeda sobe, os seus detentores são estimulados a guardá-la ainda mais, ao invés de gastá-la.

¹¹ Esta classificação foi apresentada por Keynes no Treatise on Money.

¹² No termo produtores, incluem-se não só os donos dos bens de capital, mas também os trabalhadores desse setor.

¹³ A moeda bancária por assumir funções da moeda legal também foi chamada por Keynes de moeda representativa, já que ela representa a moeda legal.

¹⁴ Não detalharemos o processo de decisão do investimento sob a ótica keynesiana, pois não é objetivo do nosso trabalho (ver Keynes, 2007). Entretanto, é importante definir o que é incerteza para Keynes, pois ela também constitui uma das justificativas para a preferência pela liquidez na economia monetária. Como Keynes observa: *By uncertain knowledge, let me explain, I do not mean merely to distinguish what is know for certain from what is only probable(...). The sense in which I am using the term is that in which the prospect of a European war is uncertain, or the price of copper and the rate of interest twenty years hence, or the obsolescence of a new invention, or the position of private wealth owners in the social system in 1970. About these matters there is no scientific basis on which to form any calculable probability whatever* (QJE, p. 213, apud Minsky, 1976, p. 66).

¹⁵ *that is, how to make compatible the long life of the assets purchased and the temporal profile of the liabilities to be issued to allow their accumulation* (CARVALHO, 1997, p.467).

¹⁶ Nesse caso a taxa de crescimento da economia é constante (Carvalho, 1997).

¹⁷ Maiores detalhes ver Minsky (1976).

¹⁸ Maiores detalhes ver Carvalho et al (2007).

Referências

ARESTIS e DEMETRIADES. Finance and Growth: is Schumpeter right?. U. of East London, mimeo, 1995.

CARVALHO, F.C. Sorting out the issues: the two debates (1936/37; 1983-86) on Keynes's finance motive revisited. *Revista Brasileira de Economia*, v. 50, n. 3, p.312-327, jul-set, 1996.

- _____. Financial innovation and the Post Keynesian approach to the process of capital formation. *Journal of Post-Keynesian Economics*, primavera, 1997.
- CARVALHO, F.C, PIRES, F.E, SICSÚ, J, Paula, L.F e STUDART, R. *Economia Monetária e Financeira*. 2, Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2007.
- DAVIDSON, P. Finance, funding, saving and investment. *Journal of Post-Keynesian Economics*, outono, 1986.
- DOMAR, E. D. Capital Expansion, Rate of Growth and Employment. *Econometrica*, pp. 137-147, 1946.
- FRIEDMAN, M. Factors Affecting the Level of Interest Rate. Em T. Havrilesky e R. Schweitzer (ed.), *Contemporary Developments in Financial Institutions and Markets*, 1983.
- GREENWOOD, J e JOVANOVIĆ, B. Financial development, growth, and the distribution of income. *Journal of Political Economy*, v. 98, n.5, oct, p. 1076-1107, 1990.
- GURLEY, J e SHAW, E. Financial Aspects of Economic Development. *American Economic Review*, v. 45, n. 4, p. 515-538, set, 1955.
- HERMANN, J. O processo multiplicador: uma visão alternativa. *Revista da Anpec*, vol.2. pp.49-56, 1988.
- _____. Liberalização e crises financeiras: o debate teórico e a experiência brasileira dos anos 1990. (Tese de doutorado), UFRJ, 2002.
- HARROD, R. F. *Towards a Dynamic Economics*. London: Macmillan, 1948.
- KEYNES, J. M. Alternative theories of the rate of interest. *Economic Journal*, jun, 1937.
- _____. The "ex ante" theory of the rate of interest. *Economic Journal*, dez, 1937.
- _____. *Collecting Writings of John Maynard Keynes*, várias datas.
- _____. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.
- King, R. e Levine, R. Finance and Growth: Schumpeter Might be Right. **The Quarterly Journal of Economic**, v. 108, n. 3, p. 717-737, ago, 1993.
- KREGEL, J. Constraints on the expansion of output and employment: real or monetary?. *Journal of Post-Keynesian Economics*, inverno, 1984/1985.
- KREGEL, J. A note on finance, liquidity, saving and investment. *Journal of Post-Keynesian Economics*, outono, 1986.
- LEVINE, R. Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. *Journal of Economic Literature*, v. 35, jun, p. 688-726, 1997.
- LUCAS, R. On the Mechanics of Economic Development. *Journal of Monetary Economics*, v. 22, n. 1, p. 3-42, jul, 1988.

- MANKIWI, N. G. *The Growth of Nations. Brookings Papers on Economic Activity*. Harvard Press, 1995.
- MINSKY, H. *John Maynard Keynes*. London MacMillan Press, 1976.
- OHLIN, B. Some notes on the Stocholm theory of savings and investment. *Economic Journal*, mar, 1937.
- ROBINSON, J. *The Generalisation of the General Theory. In The Rate of Interest and Other Essays*. London: Macmillan, 1952.
- ROMER, P. Increasing Returns and Long-Run Growth. *Journal of Political Economy*, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, out, 1986.
- SCHUMPETER, J. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. *Os Economistas*. Ed. Abril, 1959.
- SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, pp. 65-94, 1956.
- STIGLITZ, J. e WEISS, A. Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. *American Economic Review*, v. 71, n. 3, p. 393-410, jun, 1981.
- ZYSMAN, J. *Government, Markets and Growth: Financial System and the Politics of Industrial Change*. NY: Cornell University Press, 1983.

Resumo

Neste artigo, temos como objetivo verificar a direção da causalidade entre sistema financeiro e crescimento econômico; desse modo, a análise se faz por duas óticas. Na primeira, enfatiza-se o papel da poupança baseado na teoria dos Fundos Empréstáveis (TFE) e nos modelos de crescimento de Harrod (1948), Solow (1956) e de crescimento endógeno. Na segunda, apresentamos a teoria keynesiana que se contrapõe à TFE por meio da teoria da preferência pela liquidez (TPL) e destaca o papel do investimento na determinação da poupança. Mostramos a importância das instituições financeiras no processo de formação do capital na teoria keynesiana e, após breve análise das características institucionais, concluímos a favor da bicausalidade entre o sistema financeiro e o crescimento econômico.

Palavras-chave: Teoria Econômica; Teoria Keynesiana; Teoria da preferência pela liquidez

Abstract

In this work, the objective is to assess the direction of the causality between

finance and growth according to two different paths. The first one emphasizes the role of savings according to the Theory of Credit Funds and on Harrod's (1948), Solow's (1956), and the endogenous models of growth. In the second path, we discuss the Keynesian theory which, through the Liquidity Preference Theory, opposes the Theory of Credit Funds while emphasizing the role of investment in the determination of savings. We address the importance of finance institutions to the process of capital formation, along a Keynesian theory; following a brief analysis of institutional characteristics, we conclude in favor of a bi-causality pattern between the finance system and economic growth.

Key words: Economic theory; Keynesian theory; Liquidity preference theory

Resumen

El texto analiza las relaciones de causalidad entre el sistema financiero y el crecimiento económico desde dos perspectivas. La primera pone énfasis en el rol del ahorro de acuerdo a la Teoría del los fondos de préstamo de acuerdo, a los modelos de Harrod (1948), Solow (1956) y modelo de crecimiento endógeno. La segunda discute la teoría keynesiana que, por medio de la Teoría de la Preferencia por la Liquidez se opone a la Teoría de los Fondos de Préstamo al mismo tiempo en que enfatiza el rol de las inversiones en la determinación del ahorro. La importancia de las instituciones financieras para el proceso de formación de capital es considerada desde la teoría Keynesiana. Luego de un breve análisis de las características institucionales, se concluye en favor de un modelo de bi-causalidad entre el sistema financiero y el crecimiento económico.

Palabras clave: Teoría económica; Teoría keynesiana; Teoría de la preferencia por la liquidez

OPINIÃO

Getúlio Alberto de Souza Cruz

Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Ana Zuleide Barroso da Silva

Professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e doutoranda em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Romanul de Souza Bispo

Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Roraima (UFRR).

***Instrumentos de
redução do
desequilíbrio
intra-regional
na Amazônia
ocidental***

Introdução

O enfoque principal deste artigo é mostrar, de um lado, que a criação do enclave da Zona Franca de Manaus introduziu expressivo grau de concentração do desenvolvimento econômico intra-regional na capital do Estado do Amazonas, em detrimento das possibilidades de crescimento dos demais entes federativos da Amazônia Ocidental. Acre, Rondônia e Roraima, especialmente este último, têm experimentado níveis de crescimento bem menores que o Amazonas, cujo desempenho vem sendo puxado pelo extraordinário crescimento de Manaus. De outro lado, é objetivo salientar a importância da criação de Áreas de Livre Comércio (ALC) e de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) como instrumentos de redução dessa desigualdade intra-regional na Amazônia Ocidental.

A Amazônia, como se sabe, foi ocupada e teve seus recursos explorados ao longo da história sob a lógica da expansão do movimento de reprodução do capital internacional de gênese comercial ou industrial. Subsidiariamente, o avanço de processo de exploração da região ocorreu movido pelo interesse e lógica dos segmentos do capital industrial/financeiro nacional.

Foi assim, com a criação da Companhia das Índias Ocidentais, ainda no Brasil Colônia, pelo regime português do governo de Marques de Pombal (1750 – 1777)¹. Ali, o que se propunha era a organização, sob monopólio do reino portu-

ês, do comércio da madeira e especiarias extraídas da Amazônia. Representava o esforço de Pombal em manter o reino português como potência comercial europeia com o esgotamento do ciclo das grandes navegações para o Oriente. Portugal, com a Companhia das Índias Ocidentais, intentava suprir seu consumo interno e garantir supremacia no fornecimento ao restante da Europa de produtos como madeira, minerais e especiarias.

O segundo ciclo de expansão do processo de exploração dos recursos naturais da região amazônica – o Ciclo da Borracha –, não teve lógica diferente. Financiada pelo capital comercial europeu, e para atender a crescente demanda proporcionada pelo capital industrial norte-americano, a corrida pela exploração do látex produzido pelo corte da “*Hevea Brasiliensis*” teve início no final do Século XIX e perdeu força já nas cinco décadas iniciais do século XX.

Após décadas de estagnação econômica e sem grande importância estratégica como fonte supridora de matéria-prima que interessasse à expansão da capital industrial internacional que marcou grande parte do Século XX, inclusive no Brasil, a Amazônia atravessou pelo menos duas décadas de profunda estagnação econômica. A retomada do processo de exploração dos recursos naturais amazônicos começou na sua porção Sul, com a construção da Belém-Brasília, no governo Juscelino Kubitschek. Teve sua consolidação nos governos militares com a transformação da Spvea – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia em Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e a criação da Suframa – Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (1967).

Esse novo ciclo do processo de ocupação regional e exploração de seus recursos naturais foi uma resposta aos interesses e a lógica de expansão do capital financeiro/industrial brasileiro. Ao mesmo tempo, a doutrina da segurança nacional do governo militar, instalado em Brasília desde o golpe de 1964, exigia a expansão demográfica regional. Assim, de um lado, o esgotamento do modelo de substituição de importação exigia expansão do mercado interno brasileiro e a adoção de projetos voltados à exportação de alimentos e matérias-primas industriais. De outro, a doutrina de segurança nacional – “Integrar para não Entregar” –, para a região tinha como vertente básica o aumento da população regional, como resposta a várias manifestações de cobiça internacional sobre a região.

O exame do processo de ocupação da Amazônia brasileira mostra que um dos seus resultados mais evidentes é a urbanização desse território. Para Procópio², as grandes assimetrias tanto intra-regionais quanto interregionais, causam sérias desigualdades sociais e regionais, sendo a parte setentrional da Região Norte³, uma das mais pobres do país. Diz ele:

... distante dos centros de poder e do desenvolvimento do país, a parte norte da Amazônia conta com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico, localizado em Manaus. Outros dois menores estão em Macapá e Boa Vista. Esse afastamento acentua o obstáculo natural das calhas dos rios Solimões e Amazonas, tendendo a dissociá-los do restante do território brasileiro pelas limitações ao acesso terrestre. Em contrapartida, verifica-se, ao norte dessa área, continuidade territorial induzindo a uma aproximação natural e desejável com os países ali situados, o que também permite fácil acesso aos agentes do comércio paralelo e de atividades ilegais.

Embora tenham motivações e lógicas diferentes, especialmente quanto ao financiamento, os ciclos de ocupação da Amazônia têm traço comum: o fato de promoverem crescimento espacialmente concentrado na calha do rio Amazonas, tendo Belém, nas proximidades de sua foz atlântica e Manaus, em sua porção mais a Norte, como núcleos de referência urbana e pólos econômicos para toda a região.

Segundo Moura,⁴ esses dois aglomerados urbanos – Manaus e Belém – atuam como verdadeiras metrópoles regionais, embora em espaços distintos, com Manaus polarizando a porção ocidental e Belém a porção oriental da Região. A primeira vinha se afirmando até o início dos anos 80 como pólo industrial do gênero eletrônico de importância regional e se caracterizando como importante fator de atração migratória, tanto de fora como, principalmente, do interior do Estado.

Como consequência dessa ocupação foi sendo consolidada uma bipolaridade de poder político regional que se refletiu especialmente nas ações interventoras do Estado nacional na Amazônia, que teve como palco principal de operações Belém e Manaus, o que acentuou o processo de concentração do crescimento regional em torno desses núcleos urbanos. A expansão econômica de Belém e Manaus, com taxas de crescimento muito acima das outras porções da Amazônia brasileira vem impedindo até agora a interiorização do desenvolvimento regional, com conseqüente desequilíbrio econômico intra-estadual no Pará e no Amazonas e intra-regional em relação aos demais estados federados.

A bipolaridade do poder político regional acima referida, exercida desde o Pará e o Amazonas, foi especialmente decisiva na definição da intervenção do governo militar na Amazônia, a partir dos anos 60 do século XX. Depois de criar uma nova divisão político-geográfica, fruto de influência política do Maranhão e dos estados de Goiás e Mato Grosso, chamada de Amazônia Legal, o governo subdividiu-a em Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental. Na primeira porção, so-

bre nítida influência política do Pará, foram incluídos também o Amapá e partes do Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Coube ao Amazonas liderar politicamente a chamada Amazônia Ocidental composta também por Roraima, Rondônia e Acre.

Definida a organização do espaço e a partir da utilização de fragmentos da Teoria das Vantagens Comparativas⁵, bem como da Teoria da Polarização, de François Perroux (1969)⁶, o governo definiu uma estratégia de intervenção setorial que buscava privilegiar a Amazônia Oriental na exploração de recursos minerais, e sua industrialização primária, além de projetos para a produção agropastoril exportadora. Já para a Amazônia Ocidental, com teatro de operações montado em Manaus, foi criado um enclave industrial com a montagem de um pólo eletro-eletrônico e uma Zona Franca voltada para a comercialização de produtos importados.

Utilizando como instrumento de intervenção um vigoroso conjunto de incentivos fiscais, abrangendo desde isenções tributárias a contribuições financeiras, aliado a investimentos públicos em infra-estrutura social, o Estado Nacional induziu o aparecimento e a consolidação do Parque Industrial de Manaus (PIM). Assim, tendo como pano de fundo os núcleos do poder regional, o governo militar que manteve estreita aliança com as lideranças políticas definiu essa organização espacial contemplando com estratégias setoriais diferentes os dois estados com maior influência na região.

Afora essas duas vertentes de indução do desenvolvimento econômico regional, o governo militar sob a influência da doutrina de segurança nacional implementou vigorosa política de fomento a migração de enorme contingente de brasileiros de todas as regiões do Brasil para a Amazônia. Para tanto, abriu estradas federais em direção ao interior da região, implantou projetos públicos de colonização e assentamento de agricultores, além de estimular o loteamento de terras rurais por empresas privadas. Para financiar esses grandes projetos o governo federal criou duas grandes linhas de financiamento: o PIN (Programa de Integração Nacional) e o Proterra (Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste).

Assim, embaladas pelo desejo do Estado nacional de entregar “terras sem homens, para homens sem terra” milhões de brasileiros, especialmente do Nordeste e do Sul vieram para a Amazônia no movimento migratório que começou no final dos anos 60 e só foi perder vigor na última década do século passado.

O resultado dessa política de desenvolvimento com tripé formado pela exploração dos recursos naturais e minerais da Amazônia Oriental, da montagem do enclave na Zona Franca de Manaus e do conjunto de estímulos para fomentar migração para a Amazônia só agora começa a demonstrar seus efeitos. Dentre eles, o mais nítido e perverso é o agravamento do desequilíbrio intra-regional que se dá

em relação ao Pará e os demais estados da Amazônia Oriental e do Amazonas, em contraste com o restante da Amazônia Ocidental.

1 O polo industrial de Manaus - PIM e a consolidação de Manaus como capital da Amazônia ocidental

Criada em sua versão primitiva pela Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 (Governo Juscelino Kubitschek) a Zona Franca de Manaus não vingou, especialmente pela fragilidade dos instrumentos de incentivos para a atração de investimentos para a região. Ela só foi revigorada pelo Decreto-Lei nº. 288, de 28 de fevereiro de 1967 (Governo militar de Castelo Branco, o primeiro dos generais-presidentes). Por esse instrumento, a Zona Franca de Manaus foi convertida em área de exceção fiscal, com benefício não só ao comércio de produtos importados, mas ao seu beneficiamento e industrialização.

Nas duas primeiras décadas após sua criação, a Zona Franca transformou Manaus no mais importante centro brasileiro de comercialização de produtos importados, principalmente pela autarquização do Brasil em relação ao resto do mundo, consequência do modelo nacional de substituição de importação, que atribuía alta incidência de tributos sobre as mercadorias importadas. A capital amazonense virou o paraíso da classe média brasileira, atraindo milhares de consumidores que anualmente lotavam as ruas do velho centro comercial manauara, cujo cenário de decadência refletia o longo período de estagnação econômica desde a falência da economia gomífera, após o término da II Guerra Mundial e o arrefecimento da crise internacional criada pela Guerra da Coreia. Esses primeiros anos de funcionamento da Zona Franca consolidaram Manaus como o grande centro urbano, comercial e de serviço, da Amazônia Ocidental, fortalecendo os laços de dependência dos demais estados da Amazônia Ocidental (Roraima, Rondônia e Acre) com a capital amazonense.

A expansão da atividade comercial importadora de varejo propiciada pela Zona Franca atraiu investimento público e privado para o entorno de Manaus, com visíveis melhorias na infraestrutura urbana (equipamentos públicos, infraestrutura viária, aeroportos e instalações portuárias) e propiciou o aumento significativo das receitas do estado e do município até então pouco representativas.

Ao lado, e concomitante à expansão comercial, Manaus foi recebendo inúmeras indústrias do setor eletro-eletrônico e de joalherias, que duas décadas após passaram a constituir vigoroso parque industrial, mais tarde reforçado pela indústria brasileira de duas rodas (motocicletas). Hoje, Manaus tem a maior concentra-

ção de indústrias eletroeletrônicas e de montagem de motocicletas da América Latina, que a torna o terceiro maior PIB entre as capitais brasileiras.

Do ponto de vista das desigualdades, houve atenuação do hiato interregional da Amazônia em relação ao resto do País, graças principalmente ao desempenho dos estados do Amazonas, Pará e Rondônia. A participação do PIB da Amazônia em relação ao PIB do País aumentou de 3,1%, em 1960, para aproximadamente 5,2%, no ano 2000. Infelizmente para os demais estados da Amazônia brasileira (Roraima, Acre e Amapá), essa transformação aconteceu sob o véu do aprofundamento das assimetrias intra-regionais.

2 A consolidação de Manaus como pólo de desenvolvimento e a dependência do restante da Amazônia ocidental

Propiciado pelo arranque inicial dado pela Zona Franca, Manaus expandiu sua base econômica em outros setores, aumentando o fosso de desenvolvimento entre os estados da Amazônia ocidental. Assim, concentra a capital amazonense a mais importante oferta de cursos superiores, públicos e privados, da região, transformando-a num centro de ensino universitário que atrai jovens de todos os demais estados. Está ainda em Manaus o maior pólo de turismo regional da Amazônia ocidental, tanto o turismo internacional como o sub-regional, devido à ainda forte atração exercida pelos benefícios tributários ao comércio, apesar do grau de abertura econômica que vem sendo vivenciado pela economia brasileira desde o começo da última década do século passado.

De todos os estados da Amazônia ocidental, Roraima é o que mais intensamente sente os efeitos da avassaladora influência do Polo Manaus sobre sua economia. As razões para tanto são históricas⁷, e especialmente geo-econômicas; afinal, Roraima se conecta com o mercado brasileiro por meio de Manaus. À luz da Teoria da Polarização, essa dependência é mais bem compreendida pela existência da BR-174 (Eixo de Desenvolvimento) que liga um pólo dinâmico (Manaus, com seu moderno parque industrial e de serviço) a outro periférico (Roraima, cuja economia ainda é fortemente dependente dos gastos governamentais). Sob a ótica da Teoria da Localização⁸, a atração de investimentos que vem para a região exercida pelo Parque Industrial de Manaus (PIM) é enorme, tanto pelas economias de urbanização, de aglomeração e de escala, quanto pelas enormes vantagens tributárias concedidas a empresas que se instalam por lá.

Existe ainda um grupo de fatores bem menos tangíveis, por serem de difícil mensuração, que aumentam a dependência de Roraima em relação ao Estado do

Amazonas, e especialmente a Manaus. Trata-se de fatores políticos/institucionais derivados da concentração na capital amazonense de várias sedes/repartições federais, inclusive, e principalmente da Suframa, que condicionam o processo de desenvolvimento roraimense aos desígnios da classe política amazonense. Uma análise superficial da política e das ações da Suframa, nos demais estados da Amazônia ocidental deixa evidenciada a intenção daquela autarquia federal de organizar espacial e setorialmente a economia sub-regional tendo o Amazonas, e especialmente Manaus, como o polo dinâmico, conferindo aos demais estados o papel de polos secundários e complementares àquele.

Tal cenário é particularmente perverso para Roraima cuja economia depende da ação do Estado, do ponto de vista dos gastos e da indução do processo econômico⁹. Com enormes restrições institucionais para o uso dos recursos naturais, seja para exploração agropastoril ou mineral, Roraima perde em vantagens locais de urbanização, aglomeração, e de estímulos fiscais para o Parque Industrial de Manaus (PIM). Do ponto de vista do mercado, a enorme atração que exerce a capital amazonense como centro comercial e de serviços dinâmico, impõe a Roraima vazamento de considerável parcela da demanda interna, reduzindo o multiplicador¹⁰ e, por isso mesmo, anulando boa parte do impacto produzido pela injeção de recursos federais via as transferências da União ao estado e aos municípios.

Assim, com a população beirando os 400.000 habitantes, o Estado de Roraima se vê impossibilitado de implementar modelo de substituição de importação por duas razões: em primeiro lugar, as isenções tributárias concedidas a Manaus rebaixam o preço de produtos importados por Roraima, aniquilando a competitividade do produto local; segundo, o tamanho do mercado local impede a produção em escala que resulta igualmente na não competitividade do produto local em relação ao importado.

Do ponto de vista da possibilidade de implementação de um modelo de base econômica (baseado nas exportações), as restrições são igualmente grandes. Sob qualquer ângulo de análise da Teoria Locacional, Manaus tem enorme poder de atração sobre o fluxo de investimento que poderia ir para Roraima com vistas ao abastecimento do mercado nacional e, especialmente, do mercado internacional.

3 As Áreas de Livre Comércio e as zonas de processamento de exportação como políticas públicas de redução das desigualdades intra-regionais na Amazônia Ocidental

Como concluímos na seção anterior, se focarmos a análise do desenvolvimento da Amazônia Ocidental, sob a ótica da relação de dependência entre Amazo-

nas e Roraima, fica fácil compreender uma tendência: o crescimento do fosso que separa do Estado do Amazonas em relação aos demais estados da Amazônia ocidental, especialmente entre as capitais desses estados, e Manaus. A criação de Áreas de Livre Comércio e de Zonas de Processamento de Exportação nas cidades de Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco pode servir de instrumento inibidor desse indesejável processo de concentração do desenvolvimento regional provocado pela implantação da Zona Franca de Manaus, principalmente depois de 1967. Para melhor esclarecer essa idéia vamos definir de forma sucinta as duas áreas de privilégio fiscal:

a) Áreas de Livre Comércio (ALC) administradas pela SUFRAMA foram criadas com objetivo de promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia ocidental e em Macapá/Santana. O intuito é de integrá-las ao restante do País, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus, com incentivos do IPI e do ICMS, proporcionando melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias, fortalecimento do setor comercial, abertura de novas empresas e geração de empregos. Essas áreas de livre comercio gozam do regime fiscal descrito abaixo:

- As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas às Áreas de Livre Comércio serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas nelas estabelecidas e autorizadas a operar nessas áreas.
- As mercadorias estrangeiras destinadas à estocagem para comercialização no mercado externo ou à internação para o restante do território nacional deverão ser obrigatoriamente depositadas em entreposto autorizado a operar na Área de Livre Comércio.
- Somente será autorizada a exportação ou reexportação para o mercado externo ou, ainda, a internação para o restante do território nacional, de mercadorias estrangeiras que cumpram o requisito previsto no parágrafo anterior.
- A entrada de mercadorias estrangeiras nas Áreas de Livre Comércio far-se-á com suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

A suspensão dos tributos só é convertida em isenção quando destinada a:

- a) consumo e venda interna na Área de Livre Comércio;
- b) beneficiamento de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal, na área territorial delimitada da Área de Livre Comércio;
- c) agropecuária e piscicultura;

d) instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza, desde que situadas na área territorial delimitada da Área de Livre Comércio;

e) exportação ou reexportação para o mercado externo.

A bagagem acompanhada, procedente das Áreas de Livre Comércio, no que se refere a produtos de origem estrangeira, será desembaraçada com isenção de tributos, observado o mesmo tratamento previsto na legislação aduaneira para a Zona Franca de Manaus.

A internação de mercadoria estrangeira, das Áreas de Livre para o restante do território nacional, estará sujeita ao controle administrativo à tributação normal aplicáveis às importações em geral.

Não se aplica esse regime fiscal nos seguintes casos:

a) durante o prazo estabelecido no art. 4º inciso VIII, da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, e alterações posteriores, aos bens finais de informática;

b) a armas e munições de qualquer natureza;

c) a automóveis de passageiros;

d) a bebidas alcoólicas;

e) a perfumes;

f) a fumos e seus derivados.

- As importações de mercadorias destinadas às Áreas de Livre Comércio estão sujeitas a guia de importação ou documento de efeito equivalente, previamente ao despacho aduaneiro.
- Todas as importações das ALCs deverão contar com a prévia anuência da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
- A compra de mercadorias estrangeiras, armazenadas nas Áreas de Livre Comércio por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do território nacional, é considerada, para efeitos administrativos e fiscais, como importação normal.
- A venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, efetuada por empresas estabelecidas fora das Áreas de Livre Comércio, para empresas ali sediadas, é equiparada à exportação.
- A isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação dependerá de convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975 e da observância ao estabelecido na alínea “g”, do inciso XII, do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição.

O Convênio 37/97-ICMS, altera dispositivo e regulamenta o Convênio ICMS 52/92, de 25.06.92, que estende às Áreas de Livre Comércio a isenção às remessas de produtos industrializados prevista no Convênio 65/88, de 06.12.88. O Convênio ICMS 018 de 1º de abril de 2005, prorroga até 30 de abril de 2008, a Cláusula Segunda do Convênio ICMS 37/97, que estende às Áreas de Livre Comércio a isenção às remessas de produtos industrializados prevista no Convênio ICM 65/88, de 6 de dezembro de 1988.

b) As Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs são de privilégios fiscais, em espaço físico restrito, nas quais as indústrias destinam no mínimo 80% da produção para o mercado externo, tendo como benefícios a isenção de tributos e a liberdade cambial. Entre os incentivos fiscais previstos pela legislação para essas áreas estão a isenção de impostos e contribuições federais como o Imposto de Importação (IPI) e o Imposto sobre operações financeiras (IOF), além de liberdade cambial, ou seja, as empresas não são obrigadas a reverter em reais os lucros obtidos com exportações.

As ZPEs são utilizadas em praticamente todos os países do mundo, independentemente do nível de desenvolvimento e do regime econômico adotado. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho, existem no mundo inteiro mais de três mil zonas desse tipo, responsáveis pela geração de mais de 37 milhões de empregos, a maioria deles, 30 milhões, na China.

No Brasil, a legislação que cria as ZPEs foi aprovada no governo do ex-presidente José Sarney e, entre 1988 e 1994, foram criadas 17 zonas desse tipo em todo o País. Desse total, apenas quatro tiveram a infraestrutura concluída e ainda estão aguardando autorização da Receita Federal para começar a funcionar efetivamente.

A Zona Franca de Manaus é a área industrial brasileira mais semelhante a uma ZPE, mas não pode ser classificada como tal porque os objetivos de sua criação tiveram justificativas geopolíticas, econômicas e de integração nacional, sem priorizar incentivos às exportações.

Como se nota, a Área de Livre Comércio se define como um espaço geográfico, submetido a tratamento tributário excepcional, com redução e isenção tributária, tanto para comercialização de produtos nacionais quanto para importados. Assim, a possibilidade de que o comércio local possa competir em preços com a oferta de Manaus, Santa Elena do Uairém (Venezuela) e Lethem (Guiana), no caso de Roraima, poderá reduzir vazamentos de demanda, elevando o impacto das transferências de recursos federais para Roraima, via expansão do efeito multiplicador. A ALC/Boa Vista, embora de efeito limitado, poderá ser um facilitador para a implan-

tação de um modelo de substituição de importação, especialmente pela retenção no sistema econômico local dos valores agregados do lucro e do salário, via aumento do emprego no setor comercial e serviços.

Quanto à Zona de Processamento de Exportação (ZPE), que constitui espaço literalmente cercado, sua implantação pode se configurar em poderoso instrumento alavancador de um modelo de base econômica, com a criação de um polo exportador tanto para o mercado brasileiro quanto para o exterior.

Considerações finais

Assim, a criação simultânea de uma Área de Livre Comércio e de uma Zona de Processamento de Exportação em Boa Vista - medida que se defende seja estendida para as demais capitais da Amazônia ocidental-, é sem lugar a dúvidas, a única possibilidade de o governo federal corrigir o viés concentrador do desenvolvimento intra-regional introduzido pelo próprio Estado nacional com a criação da Zona Franca de Manaus e seus posteriores privilégios concedidos ao Parque Industrial de Manaus (PIM).

Sem essa frenagem, o ritmo de crescimento do Amazonas, especialmente de Manaus, muito acima do crescimento dos demais estados da sub-região aumentará o fosso entre eles. O que não é desejável, inclusive para a própria indústria manauara, que além de ver encolhido o mercado sub-regional para sua produção eletroeletrônica e de indústria de duas rodas. Além disso, é flagrante a hipertrofia de Manaus que cresce de forma desordenada, já apresentando os velhos e insolúveis problemas das metrópoles, decorrentes da migração humana que para lá dirige em função da atração que exerce sobre a população residente nos polos periféricos situados nos demais estados da sub-região.

Essa visão técnica já tem eco no estamento político regional: numa recente audiência pública promovida pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara Federal, para comemorar o sucesso de 40 anos da Zona Franca de Manaus, alguns parlamentares defenderam o compartilhamento dos frutos desse sucesso com os demais estados da região amazônica (Acre, Rondônia, Amapá e Roraima). Pediram ainda que os recursos fiscais empregados no Amazonas não devessem ficar apenas naquele estado.

Notas

¹ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal* – Paradoxo do Iluminismo. Paz e Terra: 1990.

² PROCÓPIO, Argemiro. *Destino Amazônico – Devastação nos oito países da Hiléia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

³ Norte: estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins.

⁴ Vide: Moura (1996), p.215.

⁵ A Teoria das Vantagens Comparativas mostra que as regiões obtêm vantagem ao se especializarem na produção de produtos em que são comparativamente mais eficientes, desde que os termos de intercâmbio no mercado inter-regional sejam favoráveis em comparação com a Taxa de substituição na Produção.

⁶ A polarização, como explica PERROUX, compreende forças de atração (centrípetas) e de repulsão (centrífugas), e surge devido às concentrações de população e de produção, basicamente.

⁷ Até 1943, Roraima era município do Amazonas, só cortando o cordão umbilical administrativo com aquele estado após a criação em 13 de setembro de 1943 do Território Federal do Rio Branco.

⁸ Segundo o economista alemão Alfred Weber, usando uma formulação de caráter neoclássico, admite que a decisão quanto à localização de atividades industriais decorreria da ponderação de três fatores: o custo de transporte, o custo da mão-de-obra e um “fator local” decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração.

⁹ Dados do IBGE para 2002 indicam que o setor público contribuiu com 48% na formação do Produto Interno Bruto de Roraima.

¹⁰ “Multiplicador Keynesiano”. O “gasto”, seja de consumo ou investimento, geraria um “efeito dominó” por toda a economia que teria um impacto maior sobre a renda do que o volume de gasto inicial.

Referências

BECKER, Bertha K. *Amazônia: Mudanças Estruturais e Tendências na Passagem do Milênio*. In: *Amazônia, Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos*. Amazônia e o seu Banco. Banco da Amazônia. (Organizador: Armando Dias Mendes). Volume I. 2ª Ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

FERREIRA, Carlos Maurício de C. *As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia*. In: HADDAD, Paulo Roberto (org.). *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza, BNB: Etene, 1989. 649 p.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 22ª ed. São Paulo: Nacional, 1987. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br. Acesso em: 07/04/08.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

- LUXEMBURGO, Rosa. *Stagnation and Progress of Marxism*. New York: International Publishers, 1927. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1903/misc/stagnation.htm>. Acesso em: 07/04/08.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal – Paradoxo do Iluminismo*. Paz e Terra: 1990. 201 p.
- MOURA, Hélio. Região Norte: tendências recentes do crescimento populacional. In: *Caderno de Estudos Sociais*. V. 12, n. 2, p. 203-236, jul//dez. 1996.
- PERROUX, François. *L'Économie du siècle XX^e*. 3^a ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.
- PROCÓPIO, Argemiro. *Destino Amazônico – Devastação nos oito países da Hiléia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHUMPETER, G, VERSPAGEN, B. An evolutionary model of long term cyclical variations of catching up and falling behind. *Journal of Evolutionary economics*. 5: 209-227. 1995.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Interdependências, integração e desenvolvimento regional*. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, Projeto Pequena e Média Empresa. Relatório de Pesquisa n. 7, julho de 1979.

Resumo

O presente artigo mostra, de um lado, que a criação do enclave da Zona Franca de Manaus introduziu expressivo grau de concentração do desenvolvimento econômico intra-regional na capital do Estado do Amazonas em detrimento das possibilidades de crescimento dos demais entes federativos da Amazônia Ocidental. Acre, Rondônia e Roraima, especialmente este último, têm experimentado níveis de crescimento bem menores que o Amazonas, cujo desempenho vem sendo puxado pelo extraordinário crescimento de Manaus. Neste contexto, a criação de Áreas de Livre Comércio (ALC) e de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) em todas as outras capitais da Amazônia Ocidental podem se transformar em instrumentos de redução dessa desigualdade intra-regional na Amazônia Ocidental.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Áreas de Livre Comércio; Zonas de processamento de exportação

Abstract

The authors argue that the creation of the Manaus Free Trade Zone territory has brought about a strong concentration of intra-regional economic development in capital of the state of Amazonas at the expense of the possibilities of growth of other federal units of Western Amazon. Acre, Rondônia and Roraima, especially the latter, have experienced smaller levels of growth than Amazonas, whose economic performance is being propelled by the extraordinary growth of the city of Manaus. In such a context, the creations of free trade areas and export processing zones in all other capitals of Western Amazon might induce the reduction of intra-regional inequalities.

Key words: Economic development; Free Trade Areas; Export processing zones

Resumen

Los autores sostienen que la creación de la Zona Franca de Manaus ha generado una expresiva concentración del desarrollo económico intra-regional en la capital del estado de Amazonas, en detrimento de las posibilidades de crecimiento de otras unidades federales en la Amazonia Occidental. Acre, Rondônia y Roraima, y particularmente esta última, han experimentado menores niveles de crecimiento que el Estado de Amazonas, cuya performance económica ha sido impulsada por el extraordinario crecimiento de la Ciudad de Manaus. En este contexto, la creación de áreas de libre comercio y de zonas de procesamiento de exportaciones en las demás capitales de la Amazonia Occidental puede inducir la reducción de las disparidades intra-regionales.

Palabras clave: Desarrollo económico; Áreas de Libre Comercio; Zonas de procesamiento de exportaciones

Introdução

Nos últimos anos, o enfoque sobre os textos apocalípticos tem mudado consideravelmente; se dos anos 60 aos 80 do último século a ênfase colocava-se em seu papel de resistência cultural, dos 90 para cá tem-se enfatizado muito mais as experiências visionárias descritas nos textos; entendemos que, muitas vezes se trocou de posição em prejuízo dos textos mesmos, que expressam ambas. Muitas vezes, a resistência cultural exprime-se através do episódio visionário; e este, transposto de um contexto a outro servindo-se de técnicas extáticas que lhe são estranhas para falar do sentido da história e, portanto, da resistência ao invasor - normalmente o grego, posteriormente o romano.

O estado atual da discussão

O texto de nos ocuparemos neste artigo é especialmente útil para essa discussão, já que ele exibe tanto características de experiência visionária como também de resistência cultural. Trata-se do *Bahman Yašt*¹, ou melhor, do *zand* do *Bahman Yašt*, (*zand* é comentário tardio ao texto original, muitas vezes perdido, como é o caso do BY). O BY, no estado em que o possuímos, compõe-se de uma coleção de quatro manuscritos, e é questão acadêmica muito discutida se é possível de fato falar-se de um original avéstico por trás do texto persa².

O texto teve diversas edições desde o séc.XIX e a divisão em nove artigos, tal como tornou-se habitual, deve-se a Behramgore T. Anklesaria em sua edição de 1957 (*Zand î Vohûman Yasn and two Pahlavi Fragments with Text, Transliteration and Translation in English*. Bombaim: /s.ed./, 1957)³.

Em todo caso, normalmente é com referência aos episódios extáticos dos artigos 1 e 3 (ambos lidando com uma visão de Zoroastro relativamente à árvore cósmica e, portanto, ao sentido da história) com que lida a maior parte dos autores contemporâneos a citar o BY, e isso mais do que se justifica pela importância dos caps. 1-3 para o desenvolvimento da apocalíptica judaica, em especial no que se refere à tradição daniélica⁴.

O objeto deste artigo consiste, no entanto, num sub-problema relativamente à identificação dos agentes da destruição do tecido social, político e religioso do Irã, nos termos do BY; trata-se dos “demônios descabelados da raça da ira” (*xçðm*), que surgem em diversas oportunidades ao longo do texto, como veremos. O paralelo oferecido por esses personagens de identificação difícil – pela superposição de camadas redacionais no texto – mas cujos atributos e aparência são invariáveis relativamente a outro texto conhecido de resistência cultural egípcio (o “Oráculo do oleiro”). O estudo comparado dos termos utilizados, ou melhor, de como os atributos dessas hostes permanecem semelhantes, é o propósito deste artigo.

O cap.4 é o mais longo do BY, e nele encontramos um catálogo dos povos não-iranianos que sucessivamente dominarão a Pérsia e destruirão a excelência da doutrina e modo de vida zoroástricos. Desse modo, temos em BY 4.58-59 que:

a soberania e o domínio passarão para aqueles de origem não-iraniana, como os *hyôn* [hunus], os *turcos*, os *xadur* [khazares?], os *tôbîd* [tibetanos], como os *hindûg* [“montanhese de Samarcanda”; uma referência do livro de Al-Biruni sobre a Índia parece equivaler os termos], os *kôfyâr* [os que vivem além de Samarcanda], os *ênîg* [chineses], os *kâbulîg*, os *subdîg* [sogdianos], os *hrômâyîg* [termo genérico para romanos e demais inimigos ocidentais dos persas, como se verá abaixo] os *karmîr hyôn* [“hunus vermelhos”] e os *spçd hyôn* [“hunus brancos”]. Eles serão os governantes dessas terras iranianas que eu, Ahuramazda, criei; suas ordens serão correntes no mundo. A autoridade passará dos que usam o cinto de couro [*dawal kustigan*], dos *tâzîg* [árabes], e dos *hrômâyîg* para eles.

O foco de nossa análise reside precisamente nos indivíduos que usam o cinturão de couro, cujos atributos de maldade são enfatizados vezes sem conta ao longo do BY, mas cuja identidade real (já que o catálogo lista povos cuja existência histórica não pode ser comprovada e que, portanto, podemos considerar como “imaginários”) parece mudar no ritmo em que mudam os inimigos dos persas - gregos, romanos, bizantinos, árabes e turcos são as opções mais prováveis⁵.

Todavia, em BY 4.27, o cinturão é de outro tipo; trata-se de distinção sacerdotal que não poderá mais ser observada, em função da malícia e sede de sangue dos *xçðm*.

A identificação com os turcos é explícita em BY 6.6: “Os turcos com a cintura de couro [...]”, seguida da descrição de três combates escatológicos. Em BY 7.7 um líder messiânico de linhagem real (i.e. mítica, ligada aos *kayânidas*) nascerá e dará

cabo dos *xçðm*; essa é a dúvida de Zoroastro que inicia o artigo, pois seu número é tão grande que, no diálogo, o profeta não vê meios normais de os aniquilar.

Tudo parece então apontar em duas direções: trata-se de inimigos normais dos persas dos séculos imediatamente anteriores à conquista árabe, i.e. de invasores vindos do norte, etnicamente hunos ou turcos – isso é explicitado no texto. Entretanto, em BY 7.27-32, quando o salvador zoroástrico *Pišotan* derrota os *xçðm*, há uma referência distinta e que parece revelar uma camada muito mais antiga de redação do texto, que o compilador deixou passar por ignorância ou por não ter como alterar o texto sem que este deixasse de fazer sentido: aqui, os *xçðm* são relacionados a Alexandre, o *hrômâyîg* (i.e. “romano”, “bizantino”, “grego” ou “macedônio”):

30. Eles esmagarão os *dewš* e aqueles de origem obscura⁶ [...] 32. ‘Quanto ao acordo que ele fez, [está claro que] até agora Dahâg⁷, da religião do mal, os *tûr_frâsyâh*⁸, Alexandre o *hrômâyîg*⁹ e aqueles com o cabelo partido e a cintura de couro mantiveram a soberania por um período mil anos acima [dos combinados] no tratado [segue-se a derrota de todos os inimigos dos persas etc.]

Portanto, Alexandre aparece aqui associado aos que usam cabelo partido e a cintura de couro (estes últimos num único grupo; poder-se-ia objetar que Alexandre nada tem com eles, embora isso não faça sentido no texto tal como ele se encontra). O cinto de couro surge ligado a dois grupos (gregos e turcos), o que *pode* equivaler a duas camadas redacionais (nada impede que a referência seja a ambos e mais, que tenha vindo do mesmo autor / compilador).

Há aqui dois aspectos distintos a considerar:

1. O equipamento militar dos *xçðm* (inconclusivo, como veremos).
2. A atribuição do uso do couro em cinturões aos gregos, com base num texto mais antigo, também ele fortemente antigrego (como ao menos BY 7.32 mostra-se) mas de origem egípcia, o “Oráculo do oleiro”.

Quanto ao primeiro item, o do equipamento militar, somente um auxiliar do *Numerus Felicius Theodosiacus*, tropa bizantina do séc.VI, pôde ser identificado como utilizando algo que se assemelhe a um cinturão de couro: na reconstituição iconográfica de um soldado bizantino das tropas auxiliares, um especialista diz que:

Sua proteção para o corpo é de um tipo frequentemente mostrado na arte bizantina do séc.VI em diante. Sua construção é desconhecida mas foi aqui interpretada como camadas de feltro. Ele está armado com uma espada derivada do modelo huno¹⁰.

Não se pôde reconstituir nenhuma peça de vestuário militar que fosse, de algum modo, típica dos xçõm; isso explica-se, talvez, pela ausência de padronização nos equipamentos militares nos inimigos possíveis dos persas (exceção feita ao exército romano, mas este não utilizava cinturões de couro grandes o bastante para serem tão importantes na constituição da sua identidade no BY).

O vestuário identificado no “Oráculo do oleiro”

Para o segundo problema, examinemos brevemente o “Oráculo do oleiro”.

A importância do “Oráculo do oleiro” justifica-se por fornecer ao historiador evidência para os temas da resistência cultural egípcia ao helenismo e do que estava em jogo nas disputas dinásticas em torno de 130 a.C.. O historiador das religiões pode utilizar o texto para mostrar como profecias escatológicas surgem em resposta a problemas específicos, que projetam o mito e o rito da entronização no futuro, diante de um presente desesperador. O enredo compõe-se do seguinte: durante o reinado de Amenhotep, um oleiro, por ordem de Hermes-Tot, é mandado para exercer seu ofício na ilha de Hélios-Ra. O povo local, incomodado com o sacrilégio, abre o forno do oleiro, destrói sua cerâmica e o conduz preso ao rei. O oleiro justifica-se dizendo que se trata de um ato simbólico: do mesmo modo que a sua cerâmica foi quebrada, o Egito também será. O rei reconhece o oleiro como um profeta e manda colocar por escrito suas profecias; assim termina o papiro. O oleiro age como encarnação do oleiro divino, Khnum, o criador do homem a partir de sua roda de oleiro.

Ao fazer sua cerâmica, o protagonista do oráculo repete o gesto de Khnum e, ao mesmo tempo, oferece um sinal visível para o futuro - o mundo será recriado. O incidente tem lugar na “ilha das chamas”, onde Hélios nasceu no começo dos tempos, e foi nas águas em torno que ele enfrentou as forças do caos. É na mesma ilha que se reestabelecerá a ordem contra o caos: trata-se de uma reelaboração do mesmo tema. As profecias do oleiro são de todo tipo, mas sempre envolvem o colapso econômico, social e político do Egito ptolomaico; o país mergulhará no caos mas um rei-salvador o resgatará. Essa concepção básica corresponde ao mito e rito egípcios da entronização¹¹.

Como os demais povos dominados primeiro por Alexandre e depois pelos romanos e bizantinos, os egípcios não possuíam tratados abstratos acerca da monarquia - peri/ basileíaj. Seus mitos mostravam como, no princípio, os deuses tornaram-se reis; com a morte de Shu, o rei dos deuses, o mundo mergulhou no caos até a coroação de seu filho, Geb. É a mesma estrutura no “Oráculo do oleiro”: o Sol entra em eclipse, e a ordem é reestabelecida por um novo governante, de outro lado. No “Oráculo do oleiro”, os gregos são identificados com os seguidores de Seth. No oráculo, o novo rei é instalado no poder como Hórus foi por sua mãe, Ísis; e acorda seu pai, o vento norte (e)thsi/ai) e as águas do Nilo retornam. A cidade dos seguidores de Seth será destruída, metáfora para a destruição dos gregos¹².

Portanto, as profecias do oleiro acerca do mundo e de sua renovação refletem a concepção de realeza egípcia. As profecias de Neferti (1991 a.C.) constituem o protótipo para as do “Oráculo do oleiro”. Nos dois casos o rei-salvador repete um ato criativo primordial e reestabelece a ordem. Esse tipo de texto, obviamente, era usado como propaganda política: o mesmo se pode dizer da “Crônica demótica”, na qual o pano de fundo é a luta pelo poder entre pretendentes do Alto e do Baixo Egito, após a batalha de Raphia¹³.

Para apoiar um desses pretendentes, o autor da “Crônica” cita eventos históricos com precisão e apresenta seu candidato como um rei-salvador, que na verdade já havia sido coroado quando da escrita do texto. Mas o tipo de adaptação exigido fazia com que muitas vezes o conteúdo original do mito tivesse de ser *muito* retrabalhado – é o caso do “Oráculo do oleiro”, paralelo à revolta em 130 a.C., a de Harsiesis. Mas como esse rebelde não tinha qualquer chance real de vitória, o “Oráculo do oleiro” descreve o rei-salvador como despidido de características individuais notáveis; nem será ele que destruirá os gregos, mas estes que se destruirão uns aos outros. Tampouco destruirá Alexandria – ela será destruída pela partida da divindade que a protege.

O “Oráculo da ovelha” é também uma reinterpretação dos mitos de criação e realeza (devemos lembrar também que a ovelha é um animal de Khnum; logo ambos foram compostas pelos seus sacerdotes). Ele data do período persa, mas sobreviveu num papiro muito fragmentário do 33º ano de Augusto. O período de 900 anos anunciado para o desastre tem significado simbólico – foram 9 os dias de caos entre a morte de Shu e a coroação de seu filho Geb¹⁴.

Como a história se passa no reinado de Bochoris (709 a.C.), pode-se supor que 192 d.C. era a data esperada como a da renovação e ressurreição nacional. Como isso implica um novo ciclo cósmico (o de Sothis, ou Sirius) isso implicaria por

sua vez uma renovação cósmica e, por isso, talvez se possa enxergar nas interpolações do “Oráculo da ovelha” e no do “Oleiro” a transformação do texto num apocalipse. Cópias do “Oráculo do oleiro” ainda estavam sendo feitas no séc.III d.C.. Como uma delas não tem o contexto narrativo especificado, entende-se ou que lhe foi dado um novo contexto histórico ou que ele se transformou num apocalipse. Um texto gnóstico da época, o *Apocalipse de Asclépio*, circulava no Egito na época, segue o padrão do “Oráculo do oleiro” e reinterpreta algumas de suas profecias. No *Apocalipse de Asclépio*, a natureza é reconstituída, após um período de caos, somente para os pios¹⁵.

Lactânio, nas *Instituições divinas* 7 cita o *Apocalipse de Asclépio* e o relaciona aos profetas do Antigo Testamento, à sibila e ao *Oráculo de Histaspes* (este um texto muito controverso mas que aponta para uma origem persa ou ao menos, para o sincretismo judaico-persa na Ásia Menor). Assim, ele descreve o desastre final que virá ao final do mundo, e o subsequente milênio de paz a ser inaugurado por Cristo¹⁶.

Portanto, é razoável supor que tenha sido a influência da escatologia irani-ana que transformou as profecias egípcias sobre um rei-salvador em escatologia, e os mesmos traços podem ser vistos no *Apocalipse de Elias* (cóptico)¹⁷.

Em resumo: quanto ao “Oráculo do oleiro”, a profecia propriamente dita divide-se em duas partes: na primeira, encontramos a descrição de uma situação de caos social causado por três agentes (tifônios, *zonoforo*¹⁸, e um rei não-identificado vindo da Síria), que por sua vez levam ao caos a ordem natural (o Sol ficaria escuro, o Nilo se esvaziaria e as estações sairiam de ordem); começa então a segunda parte, na qual há a restauração da ordem devido a duas intervenções: a primeira do *Agaton daimon*¹⁹ (a “boa divindade”) e de Knéfis, e a segunda do “rei vindo do Sol” estabelecido pela deusa Ísis. Desses agentes, interessa-nos a identidade dos *zonoforo*.

O plural nominativo identifica-se no grego com os portadores ou usuários da *zw/nh*, precisamente um cinturão; metaforicamente, “desatar o cinto” significa “descansar”; em Xenofonte e Homero surge como *zsth/r* e é peça de vestuário tipicamente masculina (embora existam também cinturões femininos, a serem usados acima ou abaixo dos seios, este último designado *stro/fion*²⁰).

O paralelismo entre *Tufw/nioi* e *zwnoforo* pode ser explicado como parte da hostilidade da comunidade grega em Mênfis com relação à fundação de Alexandria; nesse caso, entre os fragmentos do “Oráculo do oleiro”, o de Dublin adquire importância especial²¹. Para entender o paralelismo, examinemos as passagens pertinentes no “Oráculo do oleiro” no fr. de Dublin:

Col.i

[...] oi(zwnofo/roi a)velousei/on

[tej...]j kakw=j [...]

Col.ii

[...] oi) zwnofo/roi

a)velousei/ontej kai\ au)toi\ Tufw/nioi kata/ te o(a)gaqo\j

dai/mwn katalei/yei th\n ktizome/nhn po/lein [...].

Embora o grego do texto seja vulgar, o ódio de falantes do grego por outros gregos (presumivelmente, de Alexandria) implica necessariamente a maior helenização do restante do Egito e, portanto, numa datação mais tardia²². A implicação disso é que o paralelo com os “homens de cinturão de couro” do BY fica dificultada se pretendermos que o *zand* do BY teve de fato original avéstico, hoje perdido mas que invocaria epíteto para os gregos relativo a um item de equipamento militar ou, ao menos, de vestuário: como se viu, não é possível atribuir aos gregos tal peça e, se os queixosos do “Oráculo do oleiro” servem-se do eufemismo do cinturão para falar de outros gregos, o fazem num período relativamente tardio ou, em outra hipótese, quando da fundação da cidade²³.

Evidentemente, a escassez de cópias do “Oráculo do oleiro” acaba transformando-se numa bênção inadvertida para o estudioso – menos cópias, menos camadas redacionais a examinar. O volume de cópias do BY não é muito maior (quatro manuscritos, como vimos), mas as referências cruzadas que o envolvem são muito frequentes. E nisso reside o problema crucial – seria arbitrário datar *todo* o texto a partir da referência ao Alexandre histórico, como seria arbitrário fazer o mesmo a partir do cruzamento entre a referência ao cinturão de couro dos *xçðm* e o auxiliar bizantino ou a referência aos turcos. O paralelo com o “Oráculo do oleiro” serve para, no máximo, *sugerir* a antiguidade redacional *da passagem* em que *xçðm* e o cinturão estão relacionados; esta passagem seria depois mal compreendida pelo compilador medieval do BY tal como o possuímos.

Conclusão

A guisa de conclusão, consideramos que o paralelo pode ser gratuito – não dispomos de elementos para afirmar outra coisa –, mas que, pela similaridade na descrição, reforçam a possibilidade (e nada mais do que isso) de que tenha havido um original do BY, hoje perdido, no qual os gregos recebiam epíteto relativo a uma

peça de vestuário. Quanto ao seu uso, deixamos o tema para outra oportunidade, pelo caráter a um só tempo especializado e secundário que este possui com relação ao presente artigo.

Notas

¹ A grafia varia bastante, encontrando-se *Vohuman*, *Wahman* ou simplesmente *Bahman* e *Yašt*, *Yasht* ou mesmo *Yasn*. Os *yashts* eram hinos consagrados às divindades menores no zoroastrismo, e *Vohuman* é o consagrado ao “bom pensamento”. Por comodidade, adotarei aqui *Bahman Yašt* abreviado como BY, já que essa é a forma mais usual - embora não exatamente a mais correta - de referir-se ao texto em questão. Do mesmo modo, optamos por utilizar termos consagrados nas traduções (i.e. do modo como eles nos chegaram através do grego), mesmo quando sua grafia não for a mesma nos textos persas - p.ex. “Zoroastro” e não “Zarhosht” ou similar. Reiteramos que se trata apenas de questão de comodidade para o leitor.

² GIGNOUX, Philippe. “Sur l’inexistence d’un *Bahman Yasht* avestique” in: *Journal of Asian and African Studies* 32, 1986.

³ Outras traduções dignas de nota surgiram, antes e depois da de Anklesaria; a que utilizaremos neste artigo, bem como seu aparato crítico, é a de Carlo G. Cereti (ed.). *The Zand i Wahman Yasn: a Zoroastrian Apocalypse*. Roma: Instituto italiano per il Medio ed Estremo Oriente, 1995. Nas pp.7-8 de seu livro, Cereti oferece um resumo das traduções feitas, seu histórico e as vantagens e desvantagens de cada. A edição de Cereti serve-se dos quatro manuscritos. - K20, K20b, DH e K43; os dois primeiros remontam a original comum, do mesmo modo que os dois últimos; os quatro remontam a uma matriz que, por sua vez, leva a um texto mais curto, em *pāzand*; West teve acesso a dois desses mss. mais curtos em sua edição (Edward W. West (ed.). *Pahlavi Texts. Sacred Books of the East*. Oxford: Clarendon Press, 1880). O texto persa, segundo Cereti, provavelmente foi compilado por Rostam Esfandiyyâr de Yazd em 1496 d.C. (Cereti, op.cit. p.7).

⁴ A questão de os *zands* poderem ter de fato originais avésticos é de suma importância por envolver outra, a da validade da tese da influência iraniana sobre a apocalíptica judaica, embora existam autores que sustentem o contrário e seu principal argumento é precisamente o caráter recente da tradição de manuscritos persas por comparação com a comprovada antigüidade das fontes judaico-cristãs. Cf. GIGNOUX, Philippe. “L’apocalyptique iranienne est-elle vraiment la source d’autres Apocalypses?” in: *Acta Antiqua Academiae Scientiarum Hungaricae* 31 (1-2), 1988 e DUCHESNE-GUILLEMIN, Jacques. “Apocalypse juive et apocalypse iranienne” in: BIANCHI, Ugo e VERMASEREN, Maarten J. (eds.). *La soteriologia dei culti orientali nell’Impero romano: atti del Colloquio internazionale su la soteriologia dei culti orientali nell’Impero romano, Roma, 24-28 settembre 1979*. Leiden: Brill, 1982.

⁵ A tradução oferecida por EDDY, Samuel K. (*The King is Dead. Studies in the Near Eastern Resistance to Hellenism 334-31 B.C.* Lincoln: University of Nebraska Press, 1961. Pp.343 ss.) vai nessa direção, que é a mesma em essência daquela proposta por West, de quem ele também utiliza a numeração e divisões; em BY 4.5 Ahuramazda deixa uma espécie de “enigma” para Zoroastro, ao dizer que a “origem daqueles nascidos da semente de *xçdm* não é revelada”; mas poder-se-ia objetar que se trata aqui da sua descendência, e não dos próprios *xçšm*. Eddy sugere que a sua procedência, indicada nos versos anteriores (4.2-4), seja a Armênia (*Xwarâsân*; cf. *Bundahišn* 20.12). Cereti, seguindo Mary Boyce (“The poems of the Persian sybil” in: *Studia*

Iranica 7, 1989 [sic]. Pp.73 ss.) sugere que numa versão original o termo deveria referir-se aos macedônios, mas não é isso que a evidência interna do BY, tal como chegou até nós, sugere (Cereti, op.cit. p.174. O mesmo autor nos lembra que até os dias atuais certos povos da Ásia Central utilizam o cabelo partido ao meio, como os inimigos dos persas (o termo completo é *dewan i wizard-wars i xesm tohmag*). KIPPENBERG, Hans G. (“Die Geschichte der mittelpersischen apokalyptischen Traditionen” in: *Studia Iranica* 7, 1978. P.60) os identifica com os hunos e ancestrais dos turcos, estabelecidos no Khorasan desde o séc.IV d.C.. O “enigma” pode ter sido uma interpolação posta pelo compilador no momento em que as tradições que um dia identificavam os “demônios da raça da ira” com clareza suficiente já haviam se perdido. O fato de usarem armaduras negras e urinarem veneno não contribui em nada para a sua identificação (BY 4.4).

⁶ Uma das marcas do tempo do fim é o desrespeito mútuo dos homens entre si no que concerne às suas posições sociais; esse é um tema especialmente caro ao compilador do BY mas pode ser muito anterior e talvez se relacione com o mito zoroástrico dos três períodos da existência do universo - um em estado latente, *getig*; outro em criação material, *menog*, e o terceiro, o da mistura de ambos. Ahuramazda, em sua onisciência, fez acordo com a divindade das trevas, Angra Mainyu, para que durante um tempo houvesse algo de ambos no mundo - essa é a luta e a razão de ser do dualismo zoroástrico. A mistura dos nascidos de baixa extração com os nobres pode ser o que o autor da passagem quer indicar.

⁷ Demônio que dominará o mundo por mil anos antes de ser acorrentado e destruído no final dos tempos.

⁸ Inimigo tradicional dos míticos reis kayânidas.

⁹ O termo é o usual para se referir ao Alexandre histórico, por contraste com o mais raro *kilsâyîg*, para o qual não se tem explicação clara; pode tratar-se de um “eclesiástico”, de Teodósio ou de algum membro de um *Männerbund*. Cf. Cereti, op.cit. p.214.

¹⁰ NICOLLE, David e MCBRIDE, Angus. *Romano-Byzantine Armies 4th-9th Centuries*. Oxford: Osprey Publishing, 1992. P.40 e gravura C3.

¹¹ KOENEN, Ludwig. “The prophecies of a potter: a prophecy of world renewal becomes an apocalypse” in: SAMUEL, Deborah H. (ed.). *Proceedings of the 12th International Congress of Papyrology*. Toronto: Hakkert, 1970. P.249.

¹² Idem, p.250. Convém lembrar que Manethon a identificou com a cidade dos leprosos em revolta contra Amenhotep, Auaris (FrGH 609 F 10).

¹³ Idem, p.251.

¹⁴ Idem, pp.251-252.

¹⁵ Idem, p.253.

¹⁶ Idem, p.254. Cf. ainda FLUSSER, David. “John of Patmos and Hystaspes” in: *Judaism and the Origins of Christianity*. Jerusalem: Magnes Press, 1988 e WINDISCH, Hans. *Die Orakel des Hystaspes*. Amsterdam: Koninklijke Akademie van Wetenschappen te Amsterdam, 1929.

¹⁷ Cf. ALEXANDER, Paul J.. *The Oracle of Baalbek, the Tiburtine Sibyl in Greek Dress*. Washington: Dumbarton Oaks Center for Byzantine Studies, 1967.

¹⁸ O termo grego é *zwnofo/roi*.

¹⁹ O termo grego é *Agato\|n dai/mona*.

²⁰ Lidell-Scott médio (*An Intermediate Greek-English Lexicon. Founded upon the Seventh Edition of Liddell and Scott's Greek-English Lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p.345).

²¹ O texto do “Oráculo do oleiro” encontra-se preservado em dois papiros (“G”, de Graf, em Viena, e “R”, da coleção Rainer). Há um fragmento tardio (séc.III d.C.) e mal preservado em Dublin, e o *P.Oxy.* 2332; não se pode estabelecer conexão direta entre ambos - cf. ROBERTS, Colin H.. “The Oracle of the Potter” in: *Oxyrrynchus Papiiri* 22, 1954. P.90. TARN, William W. (“Ptolemy II and Arabia” in: *Journal of Egyptian Archaeology* 15, 1929) considera o termo *zwnofo/rwn po/lij* como referindo-se à Antioquia e não à Alexandria, endossando o ponto de vista de Struve tal como exposto no artigo de Arthur D. Nock in: *Gnomon*, 1949, pp.XX.

²² ROBERTS, op.cit. p.93.

²³ “A *ktizome/nh po/lij* tem de ser idêntica à *zwnofo/rwn po/lij*, exatamente como os *Tufw/noi* são um sinônimo para *zwnofo/roi*”. Cf. o fr. dublinense e Roberts, op.cit. p.93.

Resumo

O artigo trata da relação entre personagens constantes no *Bahman Yašt*, texto apocalíptico persa, e no “Oráculo do oleiro”, texto egípcio do período helenístico que chegou até nós bastante fragmentado. A identidade entre ambos pode, talvez, ser estabelecida através do uso comum de uma peça de vestuário, que identificaria os dois grupos como sendo o mesmo, os *zonoforoí*.

Palavras-chave: Literatura apocalíptica; Sincretismo cultural na Antigüidade; Resistência cultural

Abstract

This article deals with the possible links between characters featured both in the *Bahman Yašt*, a Persian apocalypse, and in the “Potter’s Oracle”, a late Hellenistic-Egyptian text which reached us very fragmented. The identity between both groups of characters might be established taking into account a piece of garment worn by both.

Key words: Apocalyptic literature; Religious syncretism in Antiquity; Cultural resistance

Resumen

El texto trata de los posibles vínculos entre personajes presentes tanto en el Bahman Yast, un apocalipse Persa, como en “El Oráculo de Potter”, un texto del período helenístico que se nos alcanzó de modo muy fragmentado. La identidad entre los dos grupos de personajes suele ser establecida por medio de una pieza de tejido que ha sido usada por ambos grupos.

Palabras clave: Literatura apocalíptica; Sincretismo religioso en la Antigüedad; Resistencia cultural

Rubens de Oliveira Martins

Doutor em sociologia pela Universidade de Brasília; pesquisador da CAPES junto ao CERLIS da Université René Descartes – Sorbonne/Paris V; Professor da UPIS; Subsecretário de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional – Secretaria de Educação do DF.

L'impasse des carrières courtes dans l'enseignement supérieur brésilien: le cas des cours séquentiels

Introduction

Notre article analyse le processus de construction conceptuelle et légale des cours séquentiels de niveau supérieur, définis par la nouvelle LDB – Loi des Directives et Bases de l'Éducation Nationale¹, à partir de la réglementation mise sur pied par le Secrétariat de l'Éducation Supérieure² (SESu/MEC) et par le Conseil National d'Éducation³ (CNE). Cette législation sera côtoyée avec les réactions de la communauté universitaire et des conseils professionnels, ce qui permettra de mieux comprendre les enjeux des forces en présence dans cette discussion.

Parmi les diverses innovations apportées par la nouvelle LDB – octroyée en 1996 – en ce qui concerne l'éducation supérieure, il y a une tendance explicite vers la flexibilité des structures du curriculum⁴, considérées comme étant en décalage par rapport aux demandes sociales de formation universitaire et professionnelle actuelles, aussi bien que par rapport à la possibilité d'offre de nouveaux formats de cours supérieurs.

Notre problématique se centre ainsi sur les rapports entre la démocratisation de l'accès aux cours supérieurs, notamment en ce qui concerne la valeur symbolique et pratique des diplômes, leur transformation en « idéal de formation » et la tendance à prolonger les études sans qu'il y ait garantie d'accès à des postes qualifiés à la sortie des cours, quand les personnes issues de ces formations intégreront le marché du travail. Cette question est mieux comprise quand on la situe dans le contexte des stratégies qui, jusqu'à maintenant, définissaient les « cours post-universitaires »⁵ comme la « destination naturelle » des universitaires, expliquant une certaine « arrogance » des professionnels formés à ce niveau, et un certain manque d'engagement de leur part vis-à-vis de l'enseignement universitaire de « graduação »⁶, vu que celui-ci occupait une place mineure dans la hiérarchie des études supérieures.

Le contexte de tel débat doit, d'abord, faire mention à la spécificité de l'histoire de l'éducation supérieure au Brésil, dans laquelle on peut mettre en

exerque les moments suivants : (a) construction et consolidation de cours « post-universitaires »; (b) constat progressif des points faibles des cours universitaires de « graduação » et perte de leur importance; (c) réforme du Ministre Paulo Renato (1996-2002), dont la politique « d'expansion avec qualité » avait pour base la construction d'un système d'évaluation des cours universitaires de « graduação » – politique que la communauté universitaire a jugé assez autoritaire.

L'expansion des cours supérieurs de « graduação » dans des facultés et des universités privées – dont l'essor a débuté à la moitié des années 70 et s'est concentrée dans les six dernières années – a été accompagnée d'une participation chaque fois plus intense des médias et des conseils professionnels au moyen de critiques à la fois corporatives et sur la qualité de cette expansion.

En même temps, l'importance attribuée aux cours universitaires de « graduação » a augmenté avec les premiers résultats de leur évaluation, initiées en 1996. Ces évaluations se sont caractérisées comme la politique la plus visible du Ministère de l'Éducation et partant, sont devenu la cible principale des critiques de la communauté universitaire.

L'analyse des actions législatives du MEC constitue un moyen privilégié pour comprendre la dynamique de processus de décision concernant les politiques publiques à partir de 1997, aussi bien que ses présupposés.

L'analyse de la construction de ces instruments de réglementation normative (qui prennent la forme de décisions, d'arrêtés ou de décrets) permettra de situer les acteurs dans le domaine éducatif et de délimiter les processus de définition et de légitimité des résultats de ces politiques. Sa construction permet d'exploiter les particularités des débats et des tensions produites par les positions prises par les acteurs. Cette dynamique sera identifiée à partir de l'analyse d'une sélection d'études porteuses de discours sur les politiques de l'éducation supérieure, discours qui peuvent être perçus comme des représentants légitimes⁷ des idées issues de la communauté universitaire publique et privée, des organismes professionnels et des organes gouvernementaux.

Ceci montre l'importance et la signification politique et sociale de la discussion sur les cours séquentiels – discussion qui implique à la fois la définition de l'expression *formation de niveau supérieur* et sa portée dans le domaine bureaucratique des institutions d'enseignement supérieur et dans les organismes chargés de la formulation des politiques gouvernementales – sans oublier son interface avec les conseils professionnels.

La compréhension de cette signification est faite à partir de la définition des enjeux des universités publiques (qui, au début, se sont opposées aux cours séquentiels), privées (qui semblent adhérer massivement aux nouvelles possibilités de flexibilité) et les organismes professionnels (qui craignent une réduction de leur espace dans le marché du travail). Leurs opinions respectives révèlent les idéologies sous-jacentes aux différentes justificatives présentées.

Au long de cet article, nous emploierons le concept de « champ », défini par Bourdieu comme *un système de relations objectives entre les opinions acquises dans les luttes pour la légitimation symbolique*. Nous pensons que ce concept peut être utile dans l'analyse des différentes configurations qui revêtent les positions des acteurs en présence dans le débat sur les cours séquentiels, leurs arguments, leurs critiques, leurs réactions et leurs alliances. Dans la définition de Bourdieu, la notion d'*espace* reste fondamentale, puisque les relations objectives se passent toujours dans un espace donné.

L'expansion de l'enseignement supérieur et les transformations de l'université

Depuis la seconde moitié des années 90, les indicateurs de l'évolution du système d'éducation supérieure au Brésil montrent l'existence d'un phénomène de massification à ce niveau d'enseignement, suivant la tendance observée au niveau international.

L'universalisation de l'enseignement fondamental⁸ a provoqué une croissance de 67% du nombre d'élèves arrivant à la dernière année de ce niveau d'enseignement entre 1994 et 2000; à son tour, les inscriptions dans l'enseignement moyen ont augmenté de 71% — en partie dû à la pression de la demande émanant des individus qui, face aux exigences de formation minimum du monde du travail et menacés par le chômage, ont retourné à l'école pour compléter leurs études de base. Le nombre de concluants de ce niveau d'enseignement a, lui, plus que doublé pendant cette période.

Les inscriptions dans les cours universitaires de « *graduação* », qui totalisaient 1.661.034 étudiants en 1994, ont passé à 2.694.245 en 2000 — une augmentation de 62,2% en six ans⁹. Cependant, les presque trois millions d'inscrits à l'enseignement universitaire brésilien au début du siècle XXI représentent seulement 15% de la classe d'âge entre 18-24 ans¹⁰. Dans ce contexte, le Ministère de l'Éducation brésilien a développé des politiques d'expansion et diversification de l'enseignement supérieur à partir de la moitié des années 90, visant à répondre à l'augmentation de la demande.

À partir de 1996, année de promulgation de la nouvelle Loi des Directives et Bases de l'Éducation, le Ministère de l'Éducation inaugure le processus de construction d'un système d'évaluation, sa stratégie pour développer la politique « d'expansion avec qualité ». La diversification de l'offre de cours supérieurs au Brésil, aussi bien que la discussion sur les nouvelles définitions du rôle de la formation universitaire, des conséquences inévitables des nouvelles pressions sur le système d'éducation supérieure, ont néanmoins pris des allures d'un processus complexe, contradictoire, conflictuel.

La dimension conflictuelle signalée se trouve à la base de la structure du domaine de la formation supérieure, dont les principes et les frontières avec les autres domaines limitrophes – surtout avec celui de l'exercice de la profession – n'ont pas été pris en compte par ceux qui décident des politiques officielles du Ministère de l'Éducation. Ce vide a entraîné une situation d'anomie dont la persistance continue à empêcher le dépassement de ce qu'on considère « l'impasse » des carrières courtes dans l'enseignement supérieur brésilien.

Cette impasse est illustrée par l'existence, au Brésil, depuis les années 70, des cours supérieurs de technologie¹¹, offerts en majorité dans les CEFETs¹² et reconnus officiellement par le Ministère de l'Éducation et par les conseils professionnels. Même si ces cours jouissaient d'un fort degré d'institutionnalisation et de légitimation, la possibilité d'offre d'une nouvelle modalité de carrières « courtes » a pris des allures d'une menace de déstructuration des pratiques reconnues et des valeurs attribuées aux titres universitaires et aux activités professionnelles.

Par rapport à la centralisation dans l'enseignement universitaire de « *graduação* » traditionnel, dont le présupposé dominant au Brésil est celui de l'universalisation des vocations des étudiants pour une telle modalité, nous pouvons opposer l'expérience américaine des *community colleges* et les diverses carrières professionnelles du système français¹³. Dans le cas des États-Unis, la question s'est posée à partir du débat sur la possibilité de développement d'un enseignement supérieur de masse capable de maintenir un certain degré d'excellence universitaire, capable également de favoriser l'insertion sociale de ses concluants à travers la formation professionnelle et ayant un caractère d'éducation permanente. Il s'agissait, dans ce cas-là, de dépasser la conception d'enseignement d'élite en ce qui concerne l'apprentissage de connaissances, généralement traduite dans l'organisation traditionnelle des cours et dans le recrutement de professeurs mal préparés pour le travail pédagogique. En France, le débat critique concernant la formation universitaire s'est fondé sur l'accusation d'incapacité du système

universitaire, considéré improductif, à répondre aux exigences du secteur économique. La discussion sur l'efficacité des premiers cycles se reflétait par des propositions visant à assurer des formations courtes qui permettraient des « passerelles » permettant l'accès aux études prolongées comme une mesure pour faire face à l'accroissement de la demande, en permettant une sortie professionnelle immédiate (MERLIN & SCHWARTZ, 1994).

Ces réflexions s'inscrivent dans le contexte de la perception du besoin de changements dans le concept et dans la mission de l'université qui, face au phénomène de la massification, ne pourrait pas manquer d'insister sur des auto-définitions basées sur l'idée « aristocratique » (RENAUT, 1995, p. 39) de l'université en tant que gardienne de la « haute culture ».

Les diverses critiques à la conception traditionnelle d'université (RENAUT, 1995; ANTOINE & PASSERON, 1966) prenaient pour cible les conclusions des travaux de George Gusdorff¹⁴. Cet auteur y défendait la notion d'une université irréductible aux écoles techniques et professionnelles, fondée sur la recherche désintéressée et « à service de l'esprit ».

Les années 60 et 80 ont posé la question de l'insertion professionnelle des jeunes diplômés, avec la fin du concept d'« *university-parking* » censé réguler le cycle d'entrée dans le marché du travail. Enfin, le point fort de la transformation de l'université française a été la publication de la Loi Savary le 26 janvier 1984, qui prévoyait qu'une des missions de l'université serait aussi de « contribuer à la politique de l'emploi et au développement régional ainsi que celle d'aider à réduire les inégalités sociales et culturelles » (apud RENAUT, 1995, p.207).

En dépit de l'opposition d'intellectuels importants, tels que Raymond Aron — qui désignait cette situation comme « l'université de la médiocrité » —, l'université française passe à stimuler le développement d'études en rapport avec l'exercice d'une profession.

En 1990, la publication du rapport *Universités 2000: Quelle université pour demain?* synthétise les enjeux et les attentes sur les besoins d'une université de masse et la conséquente diversification des formations. Ainsi, en France, le défi de l'enseignement de masse est perçu comme étant le résultat de la démocratisation de l'accès à l'enseignement supérieur. On fait face à ce challenge en reconnaissant que l'université avait besoin de prendre de nouvelles responsabilités pour offrir un enseignement supérieur qui ne marginalise pas les carrières professionnelles.

Tandis que des pays comme les États-Unis et la France ont développé des systèmes éducatifs qui prennent en compte l'absorption massive de nouveaux étudiants au niveau supérieur, la tradition culturelle brésilienne se centre sur la

valorisation des titres de « bacharel »¹⁵, perçus comme la « seule et unique » voie légitime pour les études supérieures. Cette tradition influence la vision développée dans les discours des acteurs liés aux IES (Institutions d'Enseignement Supérieur) publiques sur la mission de l'université où les contacts entre l'université et le monde du travail sont dévalorisés. Ces acteurs considèrent les propositions de diversification de la formation supérieure comme des « stratégies néo-libérales » destinées à répondre aux exigences du capitalisme par la subordination de l'université aux exigences du marché¹⁶.

De façon paradoxale, les critiques aux nouvelles carrières courtes de niveau supérieur reflètent aussi une vision émanant des organismes chargés de la réglementation de l'exercice professionnel, dont les structures de contrôle se trouvent attelées à la reconnaissance des titres universitaires de « graduação » traditionnels — considérés comme les seuls capables de permettre l'accès qualifié au marché du travail.

Les luttes pendant le processus de réglementation des cours séquentiels

La loi des Directives et Bases de l'Éducation Nationale, dans son article 44, définit les modalités d'éducation supérieure au Brésil de la manière suivante :

« L'éducation supérieure prendra en compte les cours et les programmes suivants :

I – cours séquentiels par domaine du savoir, à différents niveaux d'étendue, ouverts à des candidats qui répondent aux exigences définies par les institutions d'enseignement;

II – cours de niveau universitaire de « graduação », ouverts à des candidats ayant conclu l'enseignement moyen ou d'un niveau équivalent et ayant été classés à travers un processus de sélection;

III – cours post-universitaires, incluant des programmes de « mestrado »¹⁷ et de doctorat, des cours de spécialisation, de perfectionnement et d'autres, ouverts à des candidats diplômés des cours universitaires de « graduação » et qui répondent aux besoins des institutions d'enseignement;

IV – cours ouverts à la communauté, dirigés à des candidats qui répondent aux exigences définies cas par cas par les institutions d'enseignement. »

La nouveauté dans la rédaction de l'article ci-dessus se trouve dans son alinéa I, où sont créés les cours séquentiels par domaine du savoir — sur lesquels se centrera notre attention.

L'existence de divers dispositifs novateurs présents dans la LDB, notamment en ce qui concerne l'éducation supérieure, a soumis les membres du Conseil National

d'Éducation¹⁸ (CNE) à une situation très compliquée : il leur a été impossible, face à ces « nouveautés », d'imprimer un rythme de travail capable de répondre, à ce moment-là, à toutes les demandes d'éclaircissements et de réglementation. Or, les dirigeants des institutions d'enseignement supérieur du pays, ainsi que les étudiants et les professeurs, revendiquaient de cette institution une opinion officielle sur le texte de la LDB, qu'ils jugeaient trop synthétique et incapable de fournir une interprétation unique.

Seulement en 1998, après deux ans de pression due à l'absence d'une norme régulatrice sur les cours séquentiels, le CNE élabore un premier Avis sur ce thème. L'Avis en question tente d'identifier les points obscurs de la conception des cours séquentiels à partir des conceptions de son idéalisateur, l'ex-Sénateur Darcy Ribeiro. Ainsi, pour la première fois, un document détaillé sur les termes employés dans la définition des cours séquentiels par domaine du savoir voit le jour. Ce document sera encore retouché à deux reprises jusqu'à être finalement homologué par le Ministère de l'Éducation en 1999, donnant lieu à la réglementation actuelle sur les cours séquentiels.

Les Conseillers du CNE ont considéré que les cours séquentiels étaient une façon pertinente de répondre à une demande croissante de formation de niveau supérieur, demande à laquelle les cours supérieurs existants avaient été incapables de répondre.

« L'offre de ce type de cours, à l'instar des trois exemples cités plus haut, peut répondre à la nécessaire diversification de notre éducation supérieure. Pour faire face à la demande croissante de cours de ce genre dont l'origine ne se trouve pas dans la quête pour une formation professionnelle ou universitaire, ces cours peuvent et doivent se situer dans les nouvelles perspectives qui s'ouvrent avec une vitesse chaque fois plus grande au sein des pratiques sociales de la société contemporaine – que ce soit dans les domaines des humanités, des arts, des sciences ou encore dans les secteurs à tendance plus technique et/ou professionnelle, notamment dans le domaine des services ». (Avis 968/98, p. 9)

Selon les Avis du CNE, les cours séquentiels suivraient un modèle semblable à celui des *colleges* américains : des cours supérieurs ayant une durée plus courte (jusqu'à deux ans) et destinés à l'apprentissage d'un métier (même si celui-ci ne constitue pas leur seul et unique objectif), à partir des domaines du savoir¹⁹ spécifiques.

Parmi les objectifs que les Avis du CNE ont définis, il y avait encore la possibilité que les cours séquentiels contribuent à réduire la déperdition scolaire, concentrée dans les deux premières années du cours universitaire de « *graduação* »²⁰, dans la mesure où les IES pourraient conférer une certification propre aux cours séquentiels en fonction des unités de valeur suivies.

Seulement en février 1999, presque trois ans après la promulgation de la LDB, la résolution homologuée par le Ministère de l'Éducation définissant la réglementation des cours séquentiels a été élaborée. Cette résolution définissait l'offre de deux modalités de cours séquentiels: des cours de complémentation des études (censés fournir seulement une attestation et, par là même, qui pouvaient fonctionner sans avoir besoin d'une autorisation du MEC) et des cours de formation spécifique (dont le fonctionnement requérait une autorisation préalable du MEC dans la mesure où ils fourniraient, eux, un diplôme.).

Le retard initial de la part du CNE en définir la réglementation des cours séquentiels a fait que beaucoup de IES ont décidé de commencer à offrir des cours séquentiels selon leurs propres intérêts, en se basant seulement sur le texte de la LDB. Les brèches laissées par la résolution du CNE²¹ ont permis que, pendant cette période, des cours séquentiels de complémentation des études se multiplient partout dans le Brésil²², de façon désordonnée et sans accompagnement de la SESu/MEC.

Ainsi, la SESu/MEC s'est vu face à une situation où beaucoup de ces cours étaient offerts de façon irrégulière : les étudiants inscrits n'étaient clairement informés ni sur le titre universitaire auquel ils auraient droit ni sur leur avenir professionnel. La situation chaotique ainsi générée allait de la dénonciation de publicités de mauvaise foi — qui promettaient une formation équivalente aux formations universitaires ou le droit au plein exercice professionnel pour les diplômés — jusqu'à l'implantation de cours où l'infra structure faisait défaut, sous la forme de salles de cours, bibliothèque ou professeurs ; ou encore, des cours d'enseignement à distance ou hors du siège des IES. De nombreuses doutes et dénonciations journalières encombraient les canaux institutionnels d'accueil aux étudiants auprès des SESu/MEC (à travers le téléphone ou le courriel), indiquant le besoin d'une nouvelle orientation qui vienne à mettre rapidement de l'ordre dans cette situation.

En avril 1999, cet organisme a éprouvé le besoin de définir formellement les procédés nécessaires pour que les IES puissent soumettre leurs demandes d'autorisation d'offre des cours séquentiels de formation spécifique — sans néanmoins rien ajouter à ce que présentait déjà la Résolution du CNE.

Avec cet objectif, le SESu/MEC a élaboré un nouvel Arrêté²³, publié en avril 2000. Cet Arrêté a été cependant soumis à des critiques de la part du CNE, des IES

et des conseils professionnels²⁴, parce qu'il ne prenait pas en compte les différentes expériences qui existaient parmi les cours séquentiels préalablement offerts.

Cet Arrêté avait un article polémique qui limitait l'accès aux cours séquentiels de complémentation d'études aux seuls étudiants inscrits dans les cours universitaires de « *graduação* » ou qui avaient déjà obtenu un diplôme universitaire. Or, ceci était en conflit avec l'intention existante depuis le premier Avis du CNE, qui voulait que les cours séquentiels soient une option pour les étudiants exclus pour diverses raisons des cours universitaires de « *graduação* » traditionnels.

En plus, le nouvel Arrêté définissait une exigence que ne prévoyait pas la LDB, de lier l'offre de cours séquentiels à l'existence de cours universitaires de « *graduação* » reconnus dans l'IES souhaitant les offrir. Cette exigence a suscité des critiques de la part des IES privées, qui y voyaient une restriction à leur possibilité d'offrir de tels cours, ayant été forcées par là-même à recourir à des dénominations vides de sens pour duper la réglementation du MEC.

Quoique la réglementation définie par le MEC était assez détaillée en ce qui concerne les liens censés être établis entre l'offre de cours séquentiels et l'existence de cours universitaires de « *graduação* » dans les IES concernées, l'absence d'interaction avec la SEMTEC²⁵ — qui finissait la définition des Cours Supérieurs de Technologie²⁶ dans cette période — a créé une impasse, définie par l'absence de différenciation claire entre les étudiants issus des formations pour technologues et les diplômés des cours séquentiels.

On craignait même que les cours technologiques puissent nuire aux cours séquentiels, une fois que ces derniers n'offraient pas des diplômes de type universitaire et ne jouissaient pas du degré de reconnaissance traditionnelle propre aux cours de technologie. Il n'existait pas également une vision claire en ce qui concernait la possibilité que les étudiants issus des cours séquentiels puissent poursuivre leurs études au niveau post-universitaire.

Au delà des contradictions dans la législation éducative elle-même, il y avait encore l'opposition de plusieurs conseils professionnels, qui se refusaient à réglementer et à définir les attributions aux étudiants issus de cours séquentiels²⁷ — ce en quoi ils étaient appuyés par une fraction de la communauté universitaire des IES publiques, assez critiques de cette modalité de cours.

Dans ce champ se faisait encore sentir l'opposition entre le secteur public et le secteur privé. Les représentants du dernier pensaient que les résistances des IES publiques aux cours séquentiels étaient provoquées par la « peur » de se montrer incapables de proposer des cours efficaces et de bonne qualité, dans la mesure où elles ne disposeraient ni d'une infrastructure, ni de professeurs adaptés à la formation professionnelle.

Les commissions de vérification mises sur pied par la SESu/MEC pour pourvoir à l'examen interne des processus d'autorisation et reconnaissance de cours séquentiels se sont vues critiquer également. Face au manque de définitions de la part du MEC, ces commissions ont employé des critères d'évaluation identiques à ceux qu'elles employaient pour les cours universitaires de « *graduação* », entraînant à la fois un dysfonctionnement dans le système et suscitant l'appréhension des IES privées qui souhaitaient offrir de tels cours.

La prérogative de l'autonomie universitaire légalement définie pour les IES publiques leur permettait de créer ses propres cours sans être obligées de se soumettre d'emblée aux procédés bureaucratiques d'autorisation initiale — l'évaluation des cours ne se faisant qu'au moment de leur reconnaissance officielle²⁸.

Dans ce contexte, le discours du MEC se caractérisait par un fort degré de distanciation, marqué par les aspects suivants : d'abord, par la permanence d'une méfiance traditionnelle par rapport à l'enseignement privé (méfiance qui est également présente dans le discours des IES publiques), qui cherche à leur « fermer des portes »; ensuite, par une certaine absence de préoccupation avec les IES publiques, leurs besoins et leurs projets — les obligeant à engager une compétition pour recruter des étudiants, sans avoir la capacité pour répondre à cette demande sociale croissante; et finalement, par une articulation fragile entre les politiques publiques dans le secteur de l'éducation, et l'action des conseils professionnels, ce qui exigerait une politique d'orientation et d'induction pour obtenir les changements désirés.

Face aux caractéristiques du discours officiel du MEC — discours univoque, prétendant au monopole de la vérité — le discours de l'Université incarnait l'extrême opposé. Ici nous sommes devant les combats symboliques pour la légitimation de la position de seule porteuse de la raison débarrassée de l'idéologie.

Les critiques à la réglementation définie par le MEC ont mis sur pied un nouveau processus de révision de la réglementation des cours séquentiels. Dans cette nouvelle étape, étaient présents le FORGRAD²⁹ et des représentants des IES privées, qui avaient organisé des débats sur ce thème, à travers desquels ils ont pu proposer des suggestions pour la modification de l'Arrêté mentionné ci-dessus.

Les IES privées se sont manifestées auprès du Secrétariat de l'Éducation Supérieure au moyen de critiques contre la législation en vigueur, constatant l'existence des points contradictoires par rapport à la LDB et aux décisions du CNE. Les IES publiques ont corroboré de tels critiques, dans la mesure où elles avaient déjà mis en fonctionnement divers cours séquentiels de complémentation d'études conformes aux modèles prévus à l'origine et qui sont tombés dans l'illégalité suite à la promulgation de cet Arrêté.

Les divergences principales des IES privées par rapport à la réglementation définie par la SESu/MEC peuvent être ainsi résumées :

- critique au lien obligé entre les cours séquentiels et l'existence des cours universitaires de « *graduação* »;
- critiques aux critères d'évaluation utilisés par les commissions de spécialistes;
- critique à l'interdiction d'offrir des cours séquentiels « hors du siège » de la IES;
- critique à l'interdiction d'offrir des cours séquentiels de complémentation d'études aux diplômés de l'enseignement moyen;
- critique aux incohérences entre les Arrêtés du MEC et le texte de la LDB.

En ce qui concerne les IES privées, de telles critiques révélaient la défense féroce, de la part du secteur privé, du principe de flexibilité — introduit par la LDB — et son opposition à ce que ces IES considéraient une « réglementation abusive et excessive » de la part du SESu/ MEC. Elles s'accordaient également à critiquer les restrictions que les arrêtés du MEC imposaient à l'expansion de l'offre de cours séquentiels — restrictions qui étaient plus fortement ressenties par les IES qui n'avaient pas d'autonomie universitaire, dont l'offre de cours dépendait ainsi de procédures d'autorisation de la SESu/ MEC.

De pair avec ces critiques sur le processus de réglementation, on trouve encore la critique à l'absence d'une politique de divulgation de la part du MEC. Ceci créait un terrain fertile à la publication d'informations fragmentées dans les médias, entraînant la méconnaissance de cette modalité de formation par les étudiants eux-mêmes. Les abus et l'offre irrégulière de cours séquentiels de la part de quelques IES aurait pu être imputée au manque d'habileté et d'efficacité, de la part du Ministère de l'Éducation lui-même, en ce qui concerne la mise sur pied d'une politique de divulgation des objectifs de ces cours. Aussi, l'intention du MEC de restreindre l'offre de cours séquentiels a fini par faire accuser ce Ministère d'avoir provoqué une situation de « vide » légal, qui ne fournissait pas de solution aux cas concrets des cours déjà offerts.

On questionnait encore l'inexistence de règles permettant la création de passerelles entre les cours séquentiels et les cours universitaires de « *graduação* » et/ou post-universitaires. De même, le manque de dialogue du Ministère avec les conseils professionnels était censé empêcher le registre des étudiants issus des cours séquentiels, ainsi que l'inexistence de formulaires standards et de procédures formelles dans l'orientation des projets de cours séquentiels des IES entraînaient un fort degré de subjectivité dans le fonctionnement des commissions de spécialistes.

Selon la SESu/MEC, les IES privées s'attendaient à ce que le lien avec les cours universitaires de « *graduação* » soit établi d'une manière générale, sans dépendre de l'existence de disciplines identiques entre les deux cursus. Il s'avère que l'absence de modèles spécifiques de fonctionnement pour ce type de cours laissait aux commissions de spécialistes un haut degré de liberté en ce qui concerne la détermination de l'utilité des cours offerts — degré de liberté qui était comblé par des exigences symétriques à celles faites aux cours universitaires de « *graduação* » en ce qui concerne les disciplines, l'emploi du temps, le nombre et la qualification des professeurs, l'existence de laboratoires requis.

Les IES privées ressentaient néanmoins le besoin de reprendre le dialogue avec le MEC, de telle façon que les « bonnes » expériences dans l'offre de ces cours puissent être analysées — et partant, que cette analyse fournisse des subsides à l'établissement de réglementations futures, à travers des études sur le profil des étudiants qui se sont intéressés aux cours séquentiels.

Dans cet élan, le SESu/MEC consentait à revoir la « rigidité » des règles qui liaient les cours séquentiels à l'existence des cours universitaires de « *graduação* », aussi bien qu'à définir de nouveaux paramètres pour le système d'autorisation et de reconnaissance de ces cours — y compris l'introduction de l'exigence d'un processus d'autorisation préalable pour la création des cours séquentiels pour les IES jouissant d'autonomie — dans le sens de ne pas créer d'obstacles opérationnels et temporels dans l'ensemble du système.

Finalement, le discours du SESu/MEC met en exergue le besoin de dialogue, d'une part, entre ce Secrétariat et le CNE et, d'autre part, entre ce Secrétariat et les IES, pour la re-formulation du processus d'autorisation des cours séquentiels. Par l'existence même de règles qui garantissent et stimulent une action responsable de la part de tous les organismes impliqués dans ce processus, le SESu/MEC vise à garantir la qualité de ces cours et à maintenir la responsabilité des IES.

Il reconnaît également que le MEC doit agir simultanément auprès des conseils professionnels dans le sens de faciliter l'insertion professionnelle des étudiants issus des cours séquentiels. En réponse à la critique de ces organismes — en ce qui concerne la marge de confusion entre les cours séquentiels et les formations universitaires de « *graduação* » émanant de l'offre incontrôlée des premiers — le SESu/MEC introduit l'exigence que les dénominations des cours séquentiels devrait différer de celles des cours universitaires de « *graduação* » réguliers et des carrières de niveau supérieur dont l'exercice professionnel est réglementé.

La nouvelle réglementation définie par le SESu/MEC a élargi les possibilités d'offre des cours par les universités et centres universitaires, en les dispensant du

processus d'autorisation préalable et en permettant l'ouverture de cours séquentiels même quand leurs cours universitaires de « *graduação* » n'étaient pas reconnus. De telles concessions répondaient partiellement à la demande des IES privées mais renforcent, en même temps, les prérogatives des institutions jouissant d'autonomie universitaire, créant une situation de malaise pour les institutions isolées nécessairement soumises aux processus d'autorisation du SESu/ MEC.

Cette analyse de la dynamique des débats sur la réglementation des cours séquentiels révèle la fragilité des procédures du SESu/MEC. La réglementation des cours séquentiels ne présente aucun caractère permanent. Dans la pratique, la révision de ses normes s'est faite « annuellement », au gré des oppositions rencontrées dans le champ: la première, en avril 1999; la deuxième, en avril 2000; et la troisième, en avril 2001.

Le débat autour de la question des cours séquentiels remplit deux fonctions. D'une part, il laisse clair que deux courants co-existent dans le champ de l'éducation supérieure, opposant une formation générale à une formation destinée à l'insertion professionnelle. D'autre part, il révèle comment le changement constant de la réglementation a contribué à jeter le discrédit sur le rôle normalisateur attribué au SESu/MEC.

Les critiques des secteurs professionnels et les différentes réactions des IES quant à leurs perspectives

La plupart des organismes représentant des intérêts des secteurs professionnels (conseils, syndicats et ordres professionnels) — eux-mêmes responsables de la réglementation de l'habilitation professionnelle des diplômés des cours supérieurs — ont manifesté leur opposition aux cours séquentiels dès le début de leur processus de réglementation.

L'argument principal sur lequel se centrerait leur critique se réfère au fait que les étudiants issus des cours séquentiels ne bénéficieraient pas d'une formation au niveau de celle dont jouissaient les « bacharéis » — c'est-à-dire, les diplômés de plein droit des cours universitaires de « *graduação* ». La période de formation des étudiants issus des cours séquentiels serait plus courte, ce qui les mettrait en désavantage au moment de la compétition pour leur insertion professionnelle.

Ainsi, les conseils professionnels rajoutaient aux critiques faites aux cours séquentiels celles, déjà traditionnelles, faites à la politique d'expansion de cours du MEC — leurs arguments ultimes étant la défense de la qualité de la formation supérieure et l'élargissement de la durée des cours universitaires de « *graduação* ».

Dans ce débat, ils évoquaient également les limites qu’opposait la législation fédérale portant réglementation de l’exercice professionnel des diplômés des cours universitaires de « *graduação* ». Ces conseils pensaient que, dans la mesure où ils n’octroyaient aucun « titre » aux étudiants qui en étaient issus, les cours séquentiels n’étaient pas aptes à former des « professionnels » susceptibles de s’encadrer dans la législation en vigueur. De ce fait, ils ne constituaient qu’une source de « profits faciles » pour les IES privées, qui agiraient de mauvaise foi pour coopter des étudiants. Pour beaucoup d’entre eux, la proposition de cours séquentiels était censée privilégier un « *lobby* de facultés privées », intéressées à gagner davantage d’argent sans aucune inquiétude avec la qualité de l’enseignement. Elle contribuerait aussi à former des « sous-diplômés », qui disputeraient un marché déjà saturé.

Au delà de la question du temps de formation réduit et du titre universitaire inexistant, un autre argument employé fréquemment mentionne que cette formation plus courte aurait pour objectif de renforcer la tendance générale à une réduction des salaires des professionnels de certains métiers, vu que les entreprises pourraient compter sur une plus grande quantité de professionnels à des coûts plus faibles.

Il faut noter qu’à côté d’une préoccupation légitime avec le maintien de la qualité de ces cours — surtout dans des domaines tels que la santé ou ceux dont l’exercice professionnel peut apporter des risques à la société — on constate l’existence d’un discours extrêmement corporatif qui vise à garantir le marché du travail d’une certaine catégorie professionnelle à la fois en ce qui concerne la question de la survie économique (avec le maintien des salaires respectifs) et de la légitimation culturelle.

Dans un premier moment, de nombreux conseils professionnels avaient publié des résolutions normatives censées réglementer l’exercice professionnel des étudiants issus des cours séquentiels. Ils ont néanmoins été forcés à révoquer la décision précédente, en interdisant le registre à ces étudiants, dans la mesure où, selon leur avis, la formation délivrée dans les cours séquentiels contribuerait à déformer les caractéristiques de la formation obtenue dans les cours universitaires de « *graduação* », puisqu’il serait impossible de définir les limites pratiques du champ d’action de chacune de ces modalités de formation.

Cette conception reflétait également la peur que le registre professionnel des étudiants issus des cours séquentiels dans les conseils pourrait dissuader les étudiants universitaires de s’enregistrer dans ces organismes, une fois qu’un tel registre aurait une moindre importance dans le cadre du processus d’insertion

professionnelle, dans la mesure où son pouvoir de distinction serait réduit.

Ces manifestations de rejet au registre des étudiants issus des cours séquentiels indiquent clairement la présence d'une composante corporative et protectionniste dans le discours émanant des conseils professionnels — malgré le fait qu'ils s'étaient sur des arguments de défense des intérêts généraux de la société et de la qualité de la formation universitaire.

Les réactions critiques émanant de divers domaines de la santé (infirmierie, pharmacie, nutrition, physiothérapie, thérapie occupationnelle, phono-audiologie, psychologie, éducation physique) démontrent clairement que les discours considérés légitimes³⁰ peuvent en cacher d'autres assez en désaccord avec ceux des secteurs comme la médecine, dont la réception au thème des cours séquentiels a été assez surprenante. Au contraire des conseils des domaines supra-mentionnés, le Conseil Fédéral de Médecine n'a pas pris ombrage de la question de cours séquentiels : ceux-ci ont été implantés dans certaines universités prestigieuses sans qu'il y ait une réaction de rejet. On peut faire l'hypothèse que la réceptivité des cours universitaires aux innovations est directement proportionnelle à leur renommée, dans la mesure où ils s'en sentent moins menacés.

D'autres domaines professionnels ont été identifiés, où il existait une disposition à débattre de la question des cours séquentiels et à proposer des formes à travers lesquelles les conseils pourraient contribuer à la possible réglementation de l'habilitation des étudiants qui en étaient issus — notamment en ce qui concerne leur responsabilité sur l'exercice des compétences affectées à ces professions.

Dans ce contexte, on peut comprendre la pluralité de réactions des conseils et des ordres professionnels par rapport aux cours séquentiels. Ces réactions vont du simple refus à débattre la question — ce qui reflète un conservatisme élitiste — jusqu'aux positions officielles de certains conseils professionnels interdisant le registre de étudiants issus des cours séquentiels. Parmi ces derniers, nous pouvons lister le domaine de la Pharmacie, de la Nutrition, de la Physiothérapie, de la Phono-audiologie, de la Thérapie Occupationnelle, de la Psychologie, de la Gestion et du Journalisme.

Toutes les résolutions publiées par les conseils professionnels font en quelque sorte état d'une inquiétude avec la définition du rôle attribué à ses professionnels. On y trouve des restrictions d'ordre divers à la concession de registre aux étudiants issus des cours séquentiels, qui s'appuient soit sur le texte de la législation professionnelle en vigueur — où cette nouvelle modalité d'enseignement supérieur n'était pas prévue —, soit sur des arguments tels que l'impossibilité à « réduire » les connaissances de ces domaines au concept de

« domaine du savoir » introduit au moment de la création des cours séquentiels (voir alinéa I de l'article 44 de la LDB).

Ainsi, la majorité des conseils choisit explicitement et formellement d'interdire l'exercice de telle ou telle profession aux étudiants issus de cours séquentiels, par crainte que le texte de la LDB et les Arrêtés qui réglementent ces cours puissent avoir la prétention de vouloir les substituer aux « bacharéis » traditionnellement formés par les cours universitaires de « graduação ».

La configuration des luttes symboliques à l'intérieur du champ d'exercice professionnel, selon le concept défini par Bourdieu (1983), permet de vérifier que les plus haut degré de résistance à l'ouverture se trouve justement à l'intérieur des domaines les moins réputés.

«Tant dans le champ scientifique comme dans le champ des rapports de classe, il n'existe pas d'instances qui légitiment les instances de légitimité; les revendications de légitimité dérivent leur légitimité de la force relative des groupes dont elles expriment les intérêts : dans la mesure où la propre définition des critères de jugement et des principes de hiérarchisation sont des enjeux de la lutte, personne n'est bon juge car il n'y a pas de juge qui ne soit pas en même temps juge et partie prenante» (Bourdieu, 1983, p. 130).

Une recherche conduite, en novembre 2001, par les IES privées, sur le profil des cours séquentiels permet de constater le poids des réactions des conseils professionnels sur les décisions stratégiques prises par ces mêmes IES. Selon cette source, 28 IES offraient 169 cours séquentiels, avec un total d'environ 23 mille places. Presque la moitié d'entre elles les avait offert pour la première fois en 2001, comme une conséquence claire des attentes ouvertes par le manque de définition de la réglementation homologuée par le SESu/MEC.

Les caractéristiques de ces cours étaient les suivantes :

- 91% de leur total fournissaient une formation spécifique;
- 72% d'entre eux étaient localisés dans la région sud-est;
- 81% étaient des cours du soir;
- 69% appartenaient au domaine de Sciences Sociales Appliquées, et seulement 4 appartenaient au domaine de la Santé (tous dans la région sud-est).
- Les domaines du savoir qui comptaient le plus grand nombre de cours séquentiels étaient la Gestion (47%), les Sciences Informatiques (15%) et la Communication Sociale (13%).

Les données de la recherche révèlent d'emblée le nombre réduit de cours séquentiels offerts par les IES privées dans le domaine de la Santé, en cohérence avec les réactions disproportionnées des conseils de ce domaine³¹. Il va sans dire que le faible nombre de cours constaté est en grande partie dû aux menaces de refus de registre professionnel aux étudiants qui en seraient issus — source probable de litiges entre les IES et leurs publics. Il est également possible d'établir une relation entre les domaines dont les conseils ont présenté les plus grandes résistances au registre des étudiants issus des cours séquentiels et celles qui ont le plus critiqué les propositions de directives de curriculum émanant de la SESu/MEC censées établir des restrictions à l'offre de ce type de cours.

Parmi les domaines du savoir qui peuvent servir d'exemple de développement d'un modèle relativement stable pour les discussions des directives de curriculum des cours séquentiels se trouvent la Médecine et l'Ingénierie. Ces deux domaines ont cherché à construire un consensus entre les intérêts des IES, ceux des conseils professionnels et ceux du MEC. Leur statut de domaines traditionnellement dotés de prestige, à la fois en tant que cours universitaires de « *graduação* » et en tant que professions, leur a permis de se maintenir en dehors d'un débat qui semblait fondamental aux autres domaines, en quête de consolidation de leur reconnaissance dans ces deux dimensions. Il est clair que le « poids » institutionnel des IES renommées a été déterminant pour empêcher leurs initiatives de création de cours séquentiels d'être perçues comme des « aventures ».

Ce scénario a permis au SESu/MEC de s'aligner avec ces domaines illustres et de les utiliser comme démonstration de la viabilité, voire du possible succès, de la politique des cours séquentiels. Néanmoins, l'adoption d'une telle conduite contraignait le SESu/MEC à faire des concessions issues au cours du processus de construction de directives de curriculum et à maintenir constamment des représentants des conseils professionnels de ces domaines dans les commissions officielles. Ces concessions ont toutefois permis au SESu/MEC de durcir ses positions face aux autres conseils professionnels, dont les demandes ont été frustrées en ce qui concerne une plus grande restriction des directives de curriculum et du processus d'expansion des cours.

Le SESu/MEC a continué à autoriser et à reconnaître les cours séquentiels qui répondaient aux exigences de la réglementation en vigueur, tout en signalant qu'il ne céderait pas aux pressions pour empêcher la création des cours liés aux professions réglementées. Il a renvoyé la responsabilité pour l'insertion professionnelle des étudiants issus des cours séquentiels aux conseils

professionnels, censés effectuer les modifications nécessaires. Les conseils professionnels persistaient néanmoins à mettre l'accent sur les « risques » inhérents à un remplacement des cours universitaires de « *graduação* » par les cours séquentiels — ce qui empêchait une exploration plus approfondie des limites existantes, faisant que les discussions aboutissent à des impasses.

Le changement du modèle de réglementation professionnelle exigerait l'acceptation du présupposé d'une émergence de nouvelles formes d'insertion professionnelle et de nouvelles demandes du marché du travail, dont les reflets se feraient directement sentir dans les structures de formation universitaire.

L'analyse des discours des conseils professionnels sur les cours séquentiels permet de constater l'existence de stratégies de justification qui privilégient le maintien des intérêts traditionnels de ces acteurs au détriment de la possibilité d'ouverture de nouveaux débats dans le champ des politiques de l'éducation supérieure.

Il est certain qu'il existe, dans ce processus, une certaine continuité des positions d'un certain nombre de conseils professionnels. Il faut cependant noter qu'il s'y opère un mouvement dans le sens du renforcement du statut des organismes représentant des domaines de connaissance socialement reconnus comme « plus importants » — à l'instar de la Médecine, de l'Ingénierie et du Droit — au détriment des domaines d'un moindre prestige. Bien que le SESu/MEC ait gardé la prérogative d'une prise de décision en fonction des critères de « mérite académique » dans l'organisation du processus d'expansion de cours supérieurs, il y a eu dans ces trois domaines une approximation — quoique conflictuelle à certains moments — avec les conseils professionnels, où l'on assiste à un processus d'assimilation réciproque des discours.

Quelques mots concernant le rôle des conseils comme garantie du monopole de la formation professionnelle ne seraient pas de trop, à ce stade du raisonnement.

On peut constater une certaine réciprocité dans ce processus, qui conduit à un renforcement mutuel de positions. D'une part, la SESu/MEC accepterait de revoir et de rediscuter les critères d'évaluation de la qualité des cours de ces domaines, ainsi que la participation des représentants de conseils dans ses propres commissions. Il présenterait, en outre, des propositions de création de mécanismes de répression plus effectifs pour parer au problème de la mauvaise évaluation des cours. D'autre part, les conseils appuieraient la flexibilité de l'offre des cours supérieurs, légitimant par là-même les politiques du MEC dans des limites considérées acceptables. Ils ouvriraient, en outre, des espaces censés permettre une définition concrète des politiques d'éducation supérieure en rapport avec les questions professionnelles.

En refusant d'ouvrir des espaces aux autres conseils — dont la fragilité symbolique de la représentation sociale nuisait à la prise en considération — le SESu/MEC contribuait au maintien d'un espace restreint de décisions, en ce qui concerne les politiques de l'éducation supérieure.

À partir du moment où certains acteurs atteignent une position plus élevée dans la hiérarchie de légitimité auprès du SESu/MEC, et deviennent ainsi qualifiés à être membres à part entière du processus de discussion, leurs rapports avec les organismes gouvernementaux développent une plus grande tolérance, se trouvent plus en syntonie avec les politiques officielles. Ce faisant, ils courent souvent, face à leurs pairs, le risque d'outrepasser les frontières qui les distinguent du gouvernement.

De la même façon, les acteurs « exclus » de cette sélection — qui a eu lieu tout au long du processus de discussion sur les cours séquentiels — se trouvent limités par la répétition de leurs demandes traditionnelles, qui ne pèsent plus du même poids, qui n'ont plus la même efficacité sur les décisions prises au niveau gouvernemental. La position marginale devient ici signe d'un affaiblissement, dans la mesure où leurs arguments s'usent face à une réalité où les représentants des domaines de connaissance les plus prestigieux sont magnifiés et contribuent à la légitimation des processus que les « marginaux » insistent à prendre à rebrousse-poil.

Notes

¹ Loi 9.394 du 20 décembre 1996, portant réglementation des différents niveaux de l'éducation au Brésil.

² Secteur du Ministère de l'Éducation responsable de la supervision, de la réglementation et de l'évaluation du système d'éducation supérieure brésilien.

³ Organe autonome de réglementation, responsable des propositions de politiques éducatives à tous les niveaux au sein du Ministère de l'Éducation.

⁴ La notion de *structure du curriculum* renvoie aux orientations officielles émanant du pouvoir public fédéral, de façon homogène et applicable à l'ensemble du pays. Elles doivent inclure la pré-définition des disciplines, l'emploi du temps et la durée minimale de chaque cours universitaire de « *graduação* ». L'idée de flexibilité existe tout au long du texte de la LDB de 1996. Elle est censée ouvrir aux institutions la possibilité d'une plus grande autonomie par rapport aux orientations générales, en ce qui concerne la définition de leurs projets pédagogiques.

⁵ Au Brésil, les cours « post-universitaires » ou de « post-grade » *stricto sensu* correspondent au D.E.A./doctorat en France. Les cours de « post-grade » *lato sensu* correspondent aux diverses spécialisations.

⁶ Au Brésil, l'expression « cours universitaire de 'graduação' » renvoie à des cours ayant une durée de 4 à 6 ans, pouvant recevoir l'équivalence à la « licence/maîtrise » françaises et aux formations dans les domaines de l'Ingénierie et de la Santé (médecine, etc.).

⁷ Il faudrait analyser les publications officielles du Ministère de l'Éducation, ainsi que les interprétations véhiculées par les médias (spécialisées ou non) et les documents émanant des conseils professionnels (des domaines de l'Ingénierie, de la Gestion, de la Médecine, du Droit, etc), qui contiennent les opinions officielles de ces secteurs en ce qui concerne les politiques publiques de l'éducation supérieure.

⁸ Au Brésil, l'enseignement fondamental comprend 8 années de scolarisation, divisées en deux cycles: l'école élémentaire (les quatre premières années) et l'ancien « ginásio » (les quatre dernières années). L'enseignement moyen comprend 3 années d'études (ce qui correspond à l'ancien "colegial", analogue au lycée français).

⁹ Source: MEC/INEP – Recensement de l'Éducation Supérieure 2000.

¹⁰ Actuellement, seuls 6% de la population brésilienne ont une scolarisation de niveau supérieur — proportion très faible quand on la compare à celle d'autres pays latino-américains comme l'Argentine (40%) et le Chili (35%).

¹¹ Ces cours ont une durée de 3 ans (quoiqu'il existe des nouvelles propositions de formation en deux ans) et sont tournées vers une insertion immédiate dans un métier et dans le marché du travail.

¹² Les CEFET - Centres Fédérales d'Éducation Technologique - sont soumis au contrôle du Secrétariat de l'Enseignement Moyen et Technologique du MEC. Ils offrent des cours universitaires de « graduação » traditionnels, comme ceux d'Ingénierie, mais aussi des cours de niveau universitaire directement rattachés à des métiers comme l'informatique, l'ingénierie, le bâtiment, etc.

¹³ On renvoie ici aux différents BTS, DUT et DEUG mais aussi aux formations dans les IUT. Ces parcours de formation peuvent bénéficier d'innombrables passerelles d'accès, permettant la continuité des études universitaires.

¹⁴ *L'université en question*. Paris: Payot, 1964. Selon Gusdorff, « Les universités devraient être le lieu privilégié où l'homme reçoit sa formation d'homme. On n'y viendrait pas faire l'apprentissage d'un métier; (...) le temps de l'université serait celui des études désintéressées, le temps de la libre entreprise intellectuelle » (apud ANTOINE & PASSERON, 1966, p. 115).

¹⁵ Titre obtenu après une moyenne de 4 ans d'études effectuées suite à l'enseignement moyen — ce qui équivalait au niveau Bac +4 en France.

¹⁶ Voir des auteurs comme Catani et Oliveira, Trindade, Almeida, Cunha, Oliven et Sguissardi.

¹⁷ Le "mestrado" brésilien correspond à une année d'enseignement plus la réalisation d'une dissertation assez conséquente et de sa soutenance, réalisée suite aux cours universitaires de "graduação". S'il existait en France, il se situerait entre la licence/maîtrise et le doctorat. Le "mestrado" brésilien reçoit en France une équivalence de D.E.A. Le "master" européen s'en rapproche.

¹⁸ Le Conseil National d'Éducation – CNE – a été créé par la Loi 9,131/95, du 24 novembre 1995. Il est composé d'une Chambre de l'Éducation de Base et une Chambre de l'Éducation Supérieure. Parmi ses attributions en ce qui concerne l'éducation supérieure, nous pouvons

citer : analyser et donner un avis sur les résultats des processus d'évaluation de l'éducation supérieure; délibérer sur les directives de curriculum proposées par le Ministère de l'Éducation et des Sports, en ce qui concerne les cours universitaires de « *graduação* »; délibérer sur l'organisation, l'attribution et la re-attribution périodiques des lettres de créance aux institutions d'enseignement supérieur, y compris des universités, ayant pour fondement les rapports et évaluations remis par le Ministère de l'Éducation.

¹⁹ Conforme l'Avis 968/98, les “ domaines du savoir ” seraient constitués par un ou plusieurs « aires de connaissance ». Ces aires constitueraient un sous-ensemble construit à partir des savoirs originaires des divers domaines, groupés de façon systématique et organisés dans une séquence logique, dont le suivi est censé offrir des connaissances et des compétences à l'étudiant. Il est exclu de confondre la formation dans les cours séquentiels avec la formation des « bacharéis » réalisée dans les cours universitaires de « *graduação* ».

²⁰ Voir BRASIL, Ministério da Educação. *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Brasília: Secretaria de Educação Superior/MEC, outubro 1997.

²¹ L'offre de cours séquentiels dans la modalité « complémentation des études » n'exige pas d'autorisation préalable du MEC, seulement une « notification » officielle de la part de la IES concernée.

²² Parmi les cas emblématiques de manque de contrôle du MEC sur l'offre des cours séquentiels, nous pouvons citer celui de certaines institutions, qui ont subi des procès litigieux au MEC et au CNE pour avoir offert des cours séquentiels de façon irrégulière à partir de 1999. Ces procès n'ont reçu une solution que deux ans plus tard, en 2001, en fonction des divergences entre ces deux organismes du gouvernement et de la modification fréquente de la réglementation.

²³ Arrêté 482/00, publié au J.O. brésilien en avril 2000.

²⁴ Le Conseil Fédéral de Phono-audiologie s'était déjà manifesté dans ce sens en novembre 1999 et s'est à nouveau manifesté en mars et en août 2000; le Conseil Fédéral des Infirmiers et le Syndicat des Journalistes de São Paulo se sont manifestés en mars 2000, le Conseil Fédéral de Bio-médecine l'a fait en avril 2000 et le Conseil Régional d'Ingénierie et d'Architecture (CREA) et le Conseil Fédéral de Psychologie en décembre 2000.

²⁵ Secrétariat de l'Enseignement Moyen et Technologique du Ministère de l'Éducation.

²⁶ Il s'agit d'une nouvelle réglementation qui autorisait des cours de « *graduação* » à caractère professionnel, d'une durée de 2 à 3 ans, offerts par les Centres Fédéraux d'Éducation Technologique (CEFETs) et par les autres IES autorisées à le faire.

²⁷ Une des principales critiques des conseil professionnels aux cours séquentiels faisait référence au manque de contrôle du MEC en ce qui concernait leur intitulé parce que l'absence de définition légale permettait à plusieurs IES de proposer des cours ayant les mêmes intitulés que des cours universitaires de « *graduação* ». Ceci créait des attentes frustrées chez les étudiants et provoquait des situations litigieuses au moment du registre professionnel.

²⁸ C'est-à-dire, une année après le début du cours.

²⁹ Forum national des Directeurs de Cours universitaires de « *graduação* » des Universités brésiliennes. Ce Forum réunit des universités publiques et privées visant à élaborer des propositions politiques pour l'enseignement universitaire.

³⁰ Le domaine de la Bio-médecine a également admis la possibilité de réglementer l'exercice de la profession pour les étudiants issus des cours séquentiels, dans un avis émanant de son Service d'Assesseurs Juridiques daté d'avril 2000.

³¹ Des 4 cours ainsi identifiés, deux étaient liés au domaine de la Nutrition, l'un à celui de la Pharmacie et le dernier au domaine de l'Infirmier (cours d'instrumentation chirurgicale).

Bibliographie

ALLAIRE, Martine, FRANK, Marie-Thèrese (éds.). *Les politiques de l'éducation en France – de la maternelle au baccalauréat*. Paris: La Documentation Française, 1995.

ANTOINE, Gerard, PASSERON, Jean-Claude. *La réforme de l'université*. Paris: Calmann Levy, 1966.

BOURDIEU, Pierre. « Champ du pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe ». *Revue de l'École Normale Supérieure – Scolies* n° 1, 1971.

_____. «Le champ scientifique». *Actes de la recherche en sciences sociales*, juin 1976, p.88-104.

_____. « O campo científico ». In Ortiz, Renato (éd.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais n° 39).

CATANI, Afranio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira. « Les politiques d'enseignement supérieur au Brésil – directives, bases et actions ». Communication au *Colloque Brésil 2000*, organisé par l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, l'Institut des hautes études de l'Amérique Latine et l'École Normale Supérieure. Paris, 16-20 octobre 2000.

COLLEGE DE FRANCE. *Propositions pour l'enseignement de l'avenir. – élaborées à la demande de Monsieur le Président de la République par les professeurs du Collège de France*. Paris, Collège de France, 1984.

CUNHA, Luiz Antonio. « L'éclatement du concept d'université au Brésil ». Communication au *Colloque Brésil 2000*, organisé par l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, l'Institut des hautes études de l'Amérique Latine et l'École Normale Supérieure. Paris, 16-20 octobre 2000.

CURY, Carlos Jamil. « L'enseignant supérieur au Brésil : lois, tendances et perspectives ». Communication au *Colloque Brésil 2000*, organisé par l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, l'Institut des hautes études de l'Amérique Latine et l'École Normale Supérieure. Paris, 16-20 octobre 2000.

GIBBONS, Michael et al. *The new production of knowledge – the dynamics of science and research in contemporary societies*. London, Sage, 1994.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

- GRUSON, Pascale, MARKIEWICZ-LAGNEAU, Janina. *L'enseignement supérieur et son efficacité – France, Etats-Unis, URSS, Pologne*. Paris: La documentation française, n. 4713-4714, 15 avril 1983 (Notes et études documentaires)
- MASSIT-FOLLÈA, Françoise, EPINETTE, Françoise. *L'Europe des universités – l'enseignement supérieur en mutation*. Paris: La Documentation Française, 1992.
- MERLIN, Pierre, SCHWARTZ, Laurent. *Pour la qualité de l'université française*. Paris, PUF, 1994.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). *A política nacional para o ensino superior brasileiro*. Brasília: Secretaria de Educação Superior/MEC, setembro 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Brasília, Secretaria de Educação Superior/MEC, outubro 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). *Enfrentar e vencer desafios: educação superior*. Brasília: Secretaria de Educação Superior/MEC, abril 2000.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). *Parecer 968 de 17 de dezembro de 1998*. Brasília: Brasília: Conselho Nacional de Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Portaria 482 de 7 de abril de 2000. Brasília, Secretaria de Educação Superior.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). *Portaria 612 de 12 de abril de 1999*. Brasília, Secretaria de Educação Superior.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Resolução 1 de 27 de janeiro de 1999. Brasília, Conselho Nacional de Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). *Resultados e tendências da educação superior no Brasil*. Brasília: MEC/INEP, junho 2000b.
- OCDE – Organisation de la Coopération et Développement Economiques. *Quel avenir pour les universités?* Paris: OCDE, 1997.
- RENAUT, Alain. *Les révolutions de l'université – essai sur la modernisation de la culture*. Paris: Calmann Levy, 1995.
- SGUISSARDI, Valdemar. « Educação superior : restrição do público e expansão do privado – traços marcantes de uma reforma em curso ». Communication au *Colloque Brésil 2000*, organisé par l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, l'Institut des hautes études de l'Amérique Latine et l'École Normale Supérieure. Paris, 16-20 octobre 2000.
- TANGUY, Lucie. *Quelle formation pour les ouvriers et les employés en France?* Paris, La Documentation Française, 1991.

TOBELEM, Gérard. *Pour une université citoyenne*. Paris: John Libbey Eurotext, 1998.

TRIGUEIRO, Michelangelo G. S. *Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo*. Brasília, UnB, 1999.

Resumo

Este artigo analisa o impacto resultante da criação dos cursos sequenciais no sistema brasileiro de educação superior como uma alternativa a diversificação da oferta nesse nível de ensino. Esta problemática está vinculada ao recente debate acerca da expansão do ensino superior no Brasil e as mudanças no conceito da missão da universidade, bem como ao problema da vinculação entre o setor acadêmico e profissional, sua regulamentação e certificação. Assim, o caso brasileiro de cursos superiores de curta duração será comparado com experiências análogas na França e Estados Unidos, que servirão como paradigma de análise para as questões sobre as atuais demandas de formação universitária.

Palavras-chave: Ensino superior; Regulamentação profissional; Cursos sequenciais

Résumé

Cet article analyse l'impact de la création des cours « séquentiels » qui ont été conçus comme une modalité de diversification de l'offre des cours de niveau supérieur au Brésil. Cette problématique est inscrite dans les débats les plus récents sur l'expansion de l'enseignement supérieur au Brésil et sur la "mission de l'université". Elle définit, en outre, les liens établis avec les secteurs responsables par la réglementation professionnelle, traditionnellement liés à la confirmation des formations délivrées au moyen des diplômes universitaires. L'analyse de la situation brésilienne se fera en comparaison avec celle de certains autres pays dont les systèmes universitaires offrent déjà des formations courtes de niveau supérieur. Ce sont notamment les cas de la France et des États-Unis qui serviront comme paradigme dans l'analyse des questions en rapport avec les demandes actuelles de formation universitaire, les différentes possibilités qui s'ouvrent dans ce champ et les obstacles qui lui sont inhérents.

Mots clés: Enseignement supérieur; Réglementation professionnelle; Cours « séquentiels »

Abstract

This article analyses the impact resulted by the creation of « cursos sequenciais » in brazilian higher education system, as an alternative for divesification in this educational level.

This problems belong to the recent debats concerning the brazilian higher education courses expantion and the changes in the idea of the “mission” of the university. Besides that, this article analyses the links between professional and academic sectors, regulamentation and certification.

The brazilian case will be compared with the french and the american experiences in short term courses in higher education.

Key words: Higher education; Professional regulamentation; Short term courses

INFORMAÇÃO

Eliane Maria Cherulli Carvalho

Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília, Especialista em Educação a Distância, Ensino-Aprendizagem, Gestão Escolar. Professora da UPIS- DF.

Lílian Cherulli de Carvalho

Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Educação e Gestalt. Professora do Curso de Educação Inovadora da Pós-graduação, UPIS- DF.

***Didática:
mediando a sala
de aula e o
processo de ensino-
aprendizagem
para uma prática
pedagógica
competente***

... aquele professor tem didática?"

... como podemos interferir na formação inicial e continuada dos professores?

Introdução

Essa e outras perguntas e questões são aqui justificadas, partindo das experiências vivenciadas nas diversas modalidades e níveis de ensino e na credibilidade de que a relação professor-aluno deve ser movida na dialogicidade e sustentada em ação comunicativa de acolhimento e respeito às diferenças individuais.

Nessa direção, a vivência de muitas e diferentes situações didático-pedagógicas instigou em direção às ponderações e questionamentos assim elencados, visando a reorganização de teorias, bem como a elaboração de algumas sínteses.

No entender de Freire (apud PENTEADO, 1998: 24), a comunicação gira em torno de um significado. Para ele não há sujeitos passivos: “Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam”. E completa o autor que a característica principal da comunicação é que ela envolve diálogo.

Nesse contexto, entende-se o trabalho do professor como parte integrante do processo educativo mais global, pelo qual os indivíduos são preparados para participar da vida social. Mesmo ciente de que compete à escola o papel de socializar o saber historicamente produzido, isso não tem ocorrido satisfatoriamente. A prática educativa é fenômeno social e universal sendo atividade humana necessária à existência de todas as sociedades.

A visão que se tem do professor no cenário educacional contemporâneo exige que a sua ação didático-pedagógica seja inovadora, provocativa e reflexiva e

que possibilite ao aluno a construção de sua aprendizagem em clima de expressão de afetividade, confiança e respeito; é nova aprendizagem dita significativa, crítica e norteadora de sua formação ética e cidadã.

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, e com o refazer educativo por meio das novas tecnologias, a formação de professores passou a envolver componentes curriculares direcionados para o processo de ensino-aprendizagem. Adotou a liderança das novas metodologias, em detrimento de outros elementos fundamentais, como os aspectos filosóficos, políticos e epistemológicos da educação.

A percepção atual é de que a atuação do professor ainda ocorre de acordo com a sua cultura, não superando os conceitos do cotidiano em direção à ciência, aos conceitos científicos. Em geral e por isso conduz sua atividade educativa sem a percepção dos fins e motivos que a norteiam, resultando para o aluno um conhecimento fragmentado da realidade.

Conforme Imbernón (2004), apesar da evolução ocorrida nas instituições educativas, no decorrer do século XX, ainda não houve significativamente uma ruptura em relação à origem da atividade educativa no século XIX, caracterizada pelas diretrizes centralista, transmissora, selecionadora, individualista.

Assim, de acordo com Tardif (2002), para que haja construção de conhecimento ou aprendizagem do aluno é necessário o conhecimento docente adequado à função de ensinar. Não basta ao docente “saber sobre”; é necessário, para que haja aprendizagem, “saber ensinar sobre”, tendo em vista que esses saberes pedagógicos implicam diferentes lógicas e se formam ao longo da vida do docente em relações diversas de profissionalidade, exterioridade e temporalidade, portanto, em situações que envolvem cultura e conhecimento.

A Didática reporta-nos a uma Ciência da Educação, a Pedagogia. Na Pedagogia, a Didática é classificada como Didática Geral e Didática Especial.

Pedagogia é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação intencional, investigando os fatores que contribuem para a formação do homem, os processos e os meios dessa formação. Os resultados desta investigação servem de orientação à ação educativa, determinando princípios e formas de atuação, que dão direção à atividade de educar (CANDAUI, 2005).

O termo “pedagogia”, tomado em sentido estrito, designa a norma em relação à educação e a didática depende da pedagogia. Ou seja, depende da área em

que os saberes são, em última instância, normas, regras, disposições, caminhos e/ou métodos.

O objeto de estudo da Didática é o ensino; no entanto, a partir da década de setenta esse conceito é envolvido por outros dois processos que a impedem de distinguir o ensino da aprendizagem. “Um deles é a “psicologização da Didática” e o outro é aquele que reduz a Didática a um conjunto de procedimentos metodológicos”. Esta tendência foi denunciada por Candau (2005).

Esses dois processos são concomitantes e se evidenciam, por exemplo, no campo da Psicopedagogia no qual prevalece o diagnóstico dos distúrbios de aprendizagem e o uso de técnicas destinadas a eliminá-los. É preciso observar que tais processos, embora também se manifestem no âmbito da Didática como disciplina verificam-se, de fato, no ensino e, por decorrência, na prática educativa.

Segundo Candau (1993) “Exaltada ou negada, a Didática como reflexão sistêmica e busca de alternativas para os problemas da prática pedagógica, está, certamente e no momento atual, colocada em questão”.

Um dos principais questionamentos apontados para a Didática é que seu conhecimento, quando não é inócuo, é prejudicial. A acusação de inocuidade vem geralmente da parte dos professores dos graus mais elevados de ensino, onde sempre vingou a suposição de que o domínio do conteúdo seria o bastante para fazer um bom professor (e talvez seja, na medida em que esses graus ainda se destinem a uma elite). A acusação de prejudicial vem de análises mais críticas das funções da educação, em que se responsabiliza a Didática pela alienação dos professores em relação ao significado de seu trabalho (CANDAU, 1993: 12).

Dessa forma, é válido ressaltar que a Didática é o processo de ensino e suas múltiplas determinações, caracterizado como a mediação entre “o que”, “o como” e “para quê” do processo educativo, com a intenção de promover o encontro formativo entre o aluno e os conteúdos a serem estudados.

Nesse contexto, a Didática é apresentada com relação dicotômica entre a teoria e a prática do fazer pedagógico ou mostrada como receituário de mecanismos do “como fazer”, considerando apenas essa dimensão técnica e excluindo as dimensões política, humana e ética do processo.

Para articular as dimensões política, humana e ética da Didática, Veiga (2005) e Candau (1993) fazem uma releitura do assunto e indicam que a Didática é o elemento básico, que deve assumir o caráter multidimensional do processo de

ensino-aprendizagem; assim ela pode ser entendida como “uma reflexão sistemática e a busca de alternativas para os problemas da prática pedagógica”.

Daí entender que a Didática, calcada em perspectiva de dimensão técnica, refere-se ao processo de ensino-aprendizagem como ação intencional, que procura planejar as condições que melhor propiciem a aprendizagem em sua totalidade; no entanto, ela é dissociada das demais, porque prevalece o tecnicismo; é vista como algo “neutro” e meramente instrumental.

O professor, como tecnólogo do ensino direciona sua preocupação numa fórmula que tenha ação imediata e momentânea, ou seja, procura oferecer aos alunos elementos para que resolvam algo naquela dada situação, para aquele momento.

Nessa concepção, segundo Candau (2005), a ação do tecnólogo pode ser associada à atividade do artesão preconizado por Tardif (2002) de alguém que possui uma ideia, uma representação geral do objetivo que quer atingir por meio de conhecimento adquirido e concreto sobre o material com o qual trabalha. Além disso, age baseando-se na tradição e em receitas de efeito comprovado e específicas à sua arte, fiando-se também na habilidade pessoal, ou age, guiando-se por sua experiência, fonte dos hábitos, isto é, de “maneira-de-fazer”, de “truques”, de “maneiras-de proceder” comprovadas pelo tempo e pelos êxitos sucessivos.

São ações em que o professor atua como se possuísse “conhecimento adquirido e concreto”, ou seja, acredita que sua formação está concluída, pronta, não se preocupa com a formação continuada. Age com base na “tradição”, “em receitas”, “mágicas”, desconsiderando a prática pedagógica, o cotidiano escolar como espaço dinâmico em constante movimento, reduzindo-o a um profissional de educação centrado na figura de mero técnico do ensino.

Segundo Sacristán (1995):

[...] a competência docente não é tanto uma técnica composta por uma série de destrezas baseadas em conhecimentos concretos ou na experiência nem uma simples descoberta pessoal. O professor não é um técnico nem um improvisador, mas sim um profissional que pode utilizar o seu conhecimento e a sua experiência para se desenvolver em contextos pedagógicos práticos preexistentes.

Contrapondo a isso, a Didática também não pode ser empregada pelo docente como simples instrumento de reprodução das condições sociais vigentes, procurando apenas denunciá-las.

Nessa situação, a atitude do professor se resume a um politizador, na qual fala, delinea a situação da realidade social e pouco ou nada faz para tentar mudar a estrutura social classista que fica a serviço da manutenção da supremacia da classe dominante, garantindo a conservação do status quo, *mantendo-se neutro* diante dos acontecimentos. Quanto a essa atitude, Gadotti (2001 apud CANDAU, 2005) adverte:

O espaço pedagógico-político é certamente dependente da legislação, das normas, dos programas, etc., mas permite uma relativa autonomia. Nele, o trabalho crítico não consiste apenas em denunciar a domesticação, a seletividade, a injustiça salarial, etc., mas consiste igualmente em pesquisar e apontar reais soluções. Esperar a grande mudança social para depois operar a modificação da educação, acobertando-se numa pseudoteoria da dependência ou da reprodução social é um alibi para justificar a passividade e a inércia dos educadores e cientistas da educação, traíndo sua função de “organizador” (Gramsci) da sociedade, enquanto intelectuais que são de uma classe.

A reflexão didática rompe com a prática profissional individualista ao promover o trabalho em comum de professores e especialistas, que buscam formas de administrar com eficiência a permanência dos alunos na escola, quer na Educação Básica, quer na Educação Superior.

Além disso, parte do compromisso com a transformação social, com a busca de práticas pedagógicas que tornem o ensino de fato eficiente (não se deve ter medo da palavra) para a maioria da população. Ensaia. Analisa. Experimenta. Discute a questão do currículo em sua interação com uma população concreta e suas exigências.

O papel da Didática na formação docente centra-se na perspectiva da pedagogia crítica que, segundo Veiga (2005) “investiga as contradições entre o que é realmente o cotidiano da sala de aula e o ideário pedagógico calcado nos princípios da teoria liberal”.

A atividade docente alicerçada nessa visão de formação tradicional dos educadores e concebida, fundamentalmente, como desvinculada da situação político-social e cultural do País é fundamentada em rotinas orientadas para a prática, com ensino que se sustenta em modelos formais e descontextualizados. A ação desse docente não considera o contexto histórico e sociocultural dos seus alunos, ignorando as diferenças, as dificuldades e o tempo de aprendizagem de cada sujeito.

Nesse propósito, é necessária a prática docente que explore o ensino em sua totalidade, articulando as dimensões técnicas, humanas, culturais, políticas, sociais e econômicas, considerando-se que a atividade docente não é exterior a essas dimensões, mas intrínseca a elas.

Masetto (1997) ao buscar o significado da Didática propõe a leitura de um pequeno texto que diz:

Daquilo que eu sei,
Nem tudo me foi permitido
Nem tudo me deu certeza;
Daquilo que eu sei,
Nem tudo me foi proibido
Nem tudo me foi possível
Nem tudo me foi concebido.
Não fechei os olhos,
Não tapei os ouvidos,
Cheirei, toquei, provei
Ah! Eu usei todos os sentidos (...) Ivan Lins.

De acordo com Masetto (1997), a Didática é reflexão sistemática do que acontece na escola e na sala de aula. Ela é o objeto de estudo do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula e de seus resultados, bem como das teorias de ensino e aprendizagem aplicadas ao processo educativo.

O processo ensino-aprendizagem, afirma Masetto (1997), como atividade intencional e orientado por objetivos, acontece por meio do relacionamento interpessoal muito forte entre alunos e professores, alunos e alunos, professores e professores; enfim, entre toda a comunidade educativa. Essa dimensão humana do processo ensino-aprendizagem é o grande interesse atual da Didática.

Desse modo, o professor que opta por uma ação pedagógica inovadora e que procura associar a teoria com a prática está em constante reflexão e dilemas sobre como despertar o interesse do aluno; ou como motivá-lo para os estudos autônomos e proativos; ou como gestar a indisciplina e a evasão, ou despertar a atenção e fundamentalmente como avaliar o processo de ensino-aprendizagem.

Como afirma Masetto (2003), a Didática deve contribuir para o dia-a-dia docente e ser vista como instrumento para os desafios dos professores auxiliando-o em sua atividade educacional para que a mesma seja gratificante e indutora de

resultados positivos do trabalho. Além disso, deve colocar ao seu alcance, as pesquisas e conhecimentos produzidos, o incentivo à pesquisa da novidade dos problemas que afetam sua atividade e fundamentalmente criar espaços de trocas de experiências, sucessos e fracassos com os seus pares.

No bojo dessas reflexões, ressalta-se que o conjunto de mudanças no perfil do professor faz com que ele seja desviado significativamente de especialista para mediador de aprendizagem, visto que seus procedimentos mudam para o profissional da aprendizagem que incentiva e motiva, apresentando-se disposto como ponte colaborativa para o alcance dos objetivos do aluno.

Segundo Garcia (2008), o que diferencia o professor do mediador é a forma como ele orienta os alunos a “aprender a aprender” de forma real e não apenas discursiva.

Dessa forma, mediação significa processo de interação entre um organismo humano em desenvolvimento e um indivíduo com experiências e intenções que, para Feuerstein (1994, apud GARCIA, 2008) seleciona, enfoca, retroalimenta as experiências ambientais e os hábitos de aprendizagem, sendo passível de ser exercida e desencadeada pela ação intencional de um ser humano, isto é, planejada.

Vale ressaltar que a função do mediador não é apenas a de levar o aluno a perceber e registrar os estímulos (Ss), mas determinar certas mudanças na maneira de processar e utilizar a informação.

Para Moran (2004), a essência do processo ensino-aprendizagem, em qualquer modalidade de ensino, pode ser entendida no seu duplo sentido: o primeiro refere-se à mediação entre o conteúdo e o aluno; o segundo, à relação entre o professor e o aluno.

Nesse entendimento, a comunicação mediada, assim configurada, é condição básica para a ação educativa, segundo a qual essa se desenvolve. Numa situação de aprendizagem presencial, a mediação pedagógica é realizada pelo professor no contato direto que mantém com os alunos.

Com isso, afirma Masetto (2003), o que se pretende é a compreensão de que para motivar e iniciar um aluno para a pesquisa é necessário que o professor seja o modelo incentivador, uma vez que o aluno exige coerência entre o que o seu professor fala e o que realmente faz.

Assim, a mudança está na transformação de cenário do ensino no qual o professor está em evidência, para um cenário da aprendizagem, em que o aprendiz (aluno e professor) ocupa o centro e em que ambos tornam-se co-participantes do mesmo processo.

Diante do exposto, ressalta-se a essencialidade de mudança de atitude docente que conduza o professor a explorar, com os alunos, novos ambientes de aprendizagem (tanto profissionais como virtuais), bem como dominar o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, a valorizar o processo coletivo de aprendizagem e a repensar e organizar o processo de avaliação, agora voltado para a aprendizagem, como elemento motivador.

Dessa forma, esses comportamentos são possíveis por meio de feedback contínuo *que ofereça* informações para que o aluno supere suas dificuldades e aprenda enquanto estuda e elabora conteúdos de um componente curricular ou disciplina.

A reflexão direciona compreender que essas mudanças põem a descoberto as competências básicas e necessárias para se realizar a docência exigindo competências próprias que, desenvolvidas, trazem para a ação pedagógica uma conotação de profissionalismo.

Perrenoud (2002) descreve que competência tem a ver com vários aspectos que se desenvolvem conjuntamente, pois é aptidão para enfrentar situações semelhantes que movimentam de forma correta, rápida, pertinente e criativa, diversos recursos cognitivos chamados saberes, capacidades, microcompetências, informações, valores, atitudes, habilidades, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio.

Na verdade, o conceito de competência vai se construindo, a partir mesmo da práxis, do agir *concreto* e situado dos sujeitos. As qualidades que a compõem apresentam-se como um conjunto de requisitos que não fazem parte, em sua totalidade, do desempenho de cada indivíduo, mas podem fazer e sua possibilidade é verificada na própria realidade.

Rios (2002) admite que “a competência não é algo que se adquire de uma vez por todas, pois vamos nos tornando competentes”. Há algo exigido de todo profissional e que caracteriza sua competência – o domínio de conhecimentos e a articulação dos saberes com a realidade e os sujeitos com quem vai atuar e o compromisso com a realização do bem comum.

Nesse contexto, o professor precisa dominar os saberes a ensinar e os saberes para ensinar e como professor inovador ao transmitir conhecimento deve desenvolver as competências básicas para a construção das aprendizagens.

Rios (2002) afirma que é tarefa da escola desenvolver capacidades, habilidades e isso se realiza pela socialização dos conhecimentos e dos múltiplos saberes que se dão no cotidiano escolar tais como: o saber docente, os saberes sociais de referência e os saberes já construídos pelos alunos.

Reflexão e ação sobre o fazer pedagógico na universidade

No processo de ensino-aprendizagem na educação superior é importante que o professor distinga suas competências básicas como ser competente em determinada área do conhecimento.

Masetto (2003) explica nesse cenário, que ser competente numa área do conhecimento implica, além da formação acadêmica básica, que os conhecimentos e práticas profissionais sejam atualizados constantemente, dentre outros, por meio da pesquisa ou da educação continuada que ocorre por meio de cursos, seminários, congressos ou intercâmbios de aprendizagens.

Além disso, mesmo sendo o ponto mais necessitado, a docência em nível superior vem exigindo que o professor tenha domínio na área pedagógica, no mínimo em quatro eixos, quais sejam: o próprio conceito do processo ensinar e aprender ao associar a teoria e a prática básica da tecnologia educacional; atuar como conceptor e gestor do currículo; compreender a relação professor-aluno e aluno-aluno, em suas várias nuances envolvidas inclusive pelo aspecto da afetividade, tema pesquisado e proposto por muitos estudiosos.

Em Carvalho (2008), pode-se ler:

... no entanto, Piaget (1995) adverte que apesar de diferentes, em sua natureza, afetividade e cognição são inseparáveis, indissociadas em todas as ações simbólicas e sensório-motoras no educando. A afetividade e as emoções têm sido um assunto de grande interesse, por parte dos estudiosos da área e pelos profissionais de educação que partem da premissa de que no trabalho pedagógico não existe aprendizagem meramente cognitiva.

Nessa direção, a aprendizagem significativa deve ser o ponto máximo da docência e, portanto, há de considerar-se a necessidade de o professor exercer a dimensão política em sua ação pedagógica; como cidadão que é e como tal, faz parte de um povo, de uma nação e participa da construção da vida e da história dos seus alunos. Nesse aspecto é que deve ser o mediador da aprendizagem, ao exercitar-se como modelo de cooperatividade e comportamento ético ao conciliar a reflexão crítica dos alunos adaptando-as ao novo, de modo criterioso de viver a cidadania.

Segundo Cunha (2007), a aula universitária admite espaço de múltiplas relações, interações, influências e referências e refletir sobre esses temas impõe-se a condição da profissionalização do professor que vai se consolidando no processo de reconstrução contínua de saberes e práticas.

Nesse entendimento, Cunha (2007) pondera que a universidade como “lugar de formação profissional, produção e disseminação do conhecimento e da cultura” tem vivenciado processos de desestabilização em suas funções historicamente conquistadas. A aula, por ser o espaço nuclear da formação e lugar privilegiado da materialização do currículo, tem sofrido o impacto desses processos, a exemplo dos movimentos de reforma curricular por que têm passado os diversos cursos superiores.

As novas propostas nascem no contexto de crise da modernidade, com a quebra do paradigma positivista, com o avanço da ciência e da técnica, aliados à nova ordem do trabalho capitalista e dos movimentos sociais. Esse fato é evidenciado nas recomendações do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI:

Tudo nos leva, pois, a dar novo valor à dimensão ética e cultural da educação (...), a dar efetivamente a cada um os meios de compreender o outro, na sua especificidade e de compreender o mundo na sua marcha caótica para certa unidade (...). Daí que entre outras coisas, a necessidade de uma iniciação precoce à ciência, aos seus métodos de aplicação, ao difícil esforço por dominar o processo dentro do respeito pela pessoa humana e da sua integridade (...), a preocupação ética (DELORS 2004).

Tais reflexões remetem à necessidade de repensar o espaço da formação, no contexto nuclear universitário: a aula vista como práticas compartilhadas como o ensino-aprendizagem, o currículo, a sala de aula e a docência. Esse espaço há que ser questionado em suas concepções básicas, compreendido nos seus múltiplos sentidos, como forma de sintonizá-lo com as exigências atuais: as do mundo do trabalho e, sobretudo, as necessidades fundamentais da pessoa.

O sucesso acadêmico dos alunos prende-se à organização dada pelo professor ao desenvolvimento da ação pedagógica.

Nesse caminho, Ferreira (2007) propõe a aprendizagem em grupos e colaborativa quando se objetiva o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem baseado na colaboração entre os alunos e o professor utilizando estratégias para o desenvolvimento do conteúdo curricular. Referidas práticas educacionais têm características assim denominadas:

- Interdependência positiva (IP)
- Interação face-a-face
- Avaliação individual
- Habilidades pessoais no agir em pequenos grupos.

Niquini (1997) explica a aprendizagem colaborativa por meio dos grupos cooperativos, afirmando que estudar e aprender em cooperação é um método didático-educativo de aprendizagem, em que a parte mais significativa é a cooperação entre os estudantes.

De acordo com Rios (2002), a reconstrução da didática nos últimos anos resgata e atualiza a perspectiva de uma visão contextualizada e multidimensional do processo pedagógico. Ela passa a trabalhar as questões inerentes aos processos de ensino-aprendizagem articulando as contribuições de diferentes áreas do conhecimento.

A escola, tal como a conhecemos hoje, é construção histórica recente; já se faz perceber a exigência de reinvenção da didática escolar numa perspectiva multidimensional, diversificada e plural, tendo em vista as sociedades atuais serem marcadas pelas condições pós-modernas de vida, o conhecimento ser fortemente valorizado com muitas formas de aceder a ele, não se podendo atribuir à escola a quase exclusividade dessa função.

No entendimento de Rios (2002), o impacto dos meios de comunicação de massa e particularmente da informática estão revolucionando as formas de construir conhecimento e devem se multiplicar nos próximos anos.

No âmbito dessa reflexão e de acordo com Libâneo (2004), ante as necessidades educativas presentes, a escola continua sendo lugar de mediação cultural, e a pedagogia, ao viabilizar a educação, constitui-se prática cultural intencional de produção e internalização de significados para, de certa forma, promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos indivíduos.

O *modus faciendi* dessa mediação cultural, pelo trabalho dos professores, é o provimento aos alunos dos meios de aquisição de conceitos científicos e de desenvolvimento das capacidades cognitivas e operativas, dois elementos da aprendizagem interligados e indissociáveis. Com efeito, os alunos vão à escola para aprender cultura e internalizar os meios cognitivos de compreender e transformar o mundo (LIBÂNEO, 2004).

Entender a qualidade cognitiva das aprendizagens associada à aprendizagem do pensar é objetivo da Didática. Por meio dela é possível pesquisar como ajudar os alunos a se constituírem sujeitos reflexivos e críticos, capazes de pensar e lidar com conceitos, argumentar, resolver problemas, diante das dúvidas e problemas da vida prática.

Na verdade, aluno com aprendizagem de qualidade é aquele que desenvolve raciocínio próprio, que sabe lidar com conceitos e que faz relações entre um conceito e outro, que sabe aplicar o conhecimento em situações novas ou diferentes tanto na sala de aula como fora dela, que sabe explicar uma ideia com suas próprias palavras. Se é verdade que há professores tradicionais que sabem ensinar os alunos a aprender dessa forma, a maioria deles não se dá conta de que a aprendizagem duradoura é aquela pela qual os alunos aprendem a lidar de forma independente com os conhecimentos.

A razão pedagógica está também associada, inerentemente, a um valor intrínseco, que é a formação humana, visando ajudar os outros a se educarem, a serem pessoas dignas, justas, cultas, aptas a participar ativa e criticamente na vida social, política, profissional e cultural.

Nessa trajetória, Libâneo (2004) apóia-se em duas crenças: uma que a escola continua sendo a instância necessária de democratização intelectual e política; outra que a política educacional inclusiva deve estar fundamentada na ideia de que o elemento nuclear da escola é a atividade de aprendizagem, respaldada no pensamento teórico e associada aos motivos dos alunos, sem o que as escolas não seriam verdadeiramente inclusivas.

O papel do professor enquanto portador de conhecimentos elaborados socialmente e interações sociais entre os alunos. A sala de aula é o lugar compartilhamento e troca de significados entre o professor e os alunos e entre os alunos. É o local da interlocução, de levantamento de questões, dúvidas, de desenvolver a capacidade da argumentação, do confronto de idéias. É o lugar onde, com a ajuda indispensável do professor, o aluno aprende autonomia de pensamento, em atividades compartilhadas com os demais colegas. Este é o ponto mais importante de uma atitude sócio-construtivista (LIBÂNEO, 2004).

Assim, a Didática pode ser entendida como disciplina que estuda o processo de ensino no seu conjunto, contribuindo com o docente na direção e orientação das A segurança ou competência profissional é muito importante, uma vez que oportuniza a realização do processo de ensino, ligando meios pedagógico-didáticos a objetivos sócio-políticos.

No entendimento de Libâneo (2004) “não há técnica pedagógica sem uma concepção de homem e de sociedade, como não há concepção de homem e sociedade sem uma competência técnica para realizá-la educacionalmente”.

O início do planejamento de ensino deve ser pelos propósitos claros sobre as finalidades do ensino na preparação dos alunos para a vida social: as finalidades ou objetivos gerais que o professor deseja atingir é que vão orientar a seleção e organização de conteúdos e métodos e das atividades a serem propostas aos alunos.

E o processo de ensino-aprendizagem é o conjunto de atividades docentes e discentes sob a direção do professor, visando à assimilação ativa dos conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes, pelos alunos desenvolvendo suas capacidades e habilidades intelectuais.

Por isso a concepção é o traço significativo de uma didática crítico-social em perspectiva sócio-construtivista, superando o caráter somente instrumental da didática usual: atribuir à ação didática do professor o papel de mediação entre a cultura elaborada, transformada em saber escolar. E o aluno, para além de sujeito psicológico, é sujeito portador da prática social viva.

Em consequência da ampliação do universo de informações nos últimos anos, o eixo da ação docente precisa passar do ensino para focar o aprender e, principalmente, o aprender a aprender. Isso significa instrumentalizar o aluno para o processo da educação continuada que deverá acompanhá-lo em toda sua vida.

Dessa forma, o professor deve repensar sua prática pedagógica, ciente de que não pode absorver todo o universo de informações e passá-las ao aluno; o impasse docente é ultrapassar a visão de que pode ensinar tudo aos alunos; para tanto deve ao mesmo tempo refletir e realizar sua ação pedagógica no sentido de criar situações instigadoras de aprendizagens.

Candau (2001), em suas articulações sobre a didática, propõe uma agenda de trabalho pedagógico pautada nos seguintes temas: um enfoque para enfrentar-se com a crítica pós-moderna; um desafio para romper fronteiras e articular saberes; uma exigência para reinventar a didática escolar; uma condição para apostar na diversidade; uma preocupação para revisitar temas clássicos e uma urgência para favorecer “ecossistemas educativos” mediados por processos de comunicação e pelo uso de tecnologias de comunicação.

O certo é que na possibilidade de reconstrução da agenda pedagógica é necessário reconhecer o ambiente onde estamos imersos e articular a perspectiva crítica com as contribuições da visão pós-moderna, favorecendo ecossistemas educativos que reinventem a didática escolar para reafirmar a multidimensionalidade do processo educativo (CANDAU 2001).

É importante alertar para a educomunicação, entendida como toda a ação comunicativa que acontece no espaço educativo, ou seja, a comunicação interpessoal, de grupo, de organização, de massa, realizada com o objetivo de produzir os “ecossistemas educativos”.

Considerações finais

A didática caracteriza-se como mediação entre as bases teórico-científicas da educação e a prática docente. Ela atua como ponte entre “o que” e “o como” do processo pedagógico escolar. A teoria pedagógica orienta a ação educativa mediante objetivos e conteúdos e a ação educativa somente pode realizar-se pela atividade prática do professor, de modo que as situações didáticas concretas requerem o “como” da intervenção pedagógica.

Lendo os comentários postados, pode-se observar que das diferentes regiões é possível perceber a essencialidade da interação professor-aluno no processo de ensinar e aprender. O momento educativo atual vem exigindo mudanças de paradigmas e mostrando ao docente que é a sua ação de mediador do conhecimento que direciona para a construção dos diversos saberes que acontecem em ambiente educacional na modalidade presencial ou na modalidade a distância.

A meta educacional responsável precisa pensar para além do currículo. No como processar as informações ou o conhecimento e por meio dos canais por onde essas informações são processadas. Além disso, é necessário dar importância a esses canais na aprendizagem, gestando a aula didaticamente criativa, diferenciada, utilizando-se da tecnologia, da pesquisa e priorizando a resolução de problemas. Isso é estar comprometido com uma educação empreendedora.

A educação empreendedora associada à preocupação com as competências de ensino-aprendizagem, deve ser colocada em sintonia com situações reais, aproximando o que ouve, pensa, analisa, questiona, opina, entende, decide e resolve.

Além do conhecimento técnico, é preciso pesquisar, preparar-se, estar atento às mudanças, inovar, ser criativo, empreendedor e buscar resultados. Este é o perfil que o mercado precisa e que deve ser trabalhado para que o sujeito possa exercer a sua cidadania.

O professor autoritário, o professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrá-

tico, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca (FREIRE, 1996: 73).

Referências

- CANDAU, V. M. (Org.). Rumo a uma nova *didática*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CANDAU, V. M. A didática hoje: *uma agenda de trabalho*. In: *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CANDAU, V. M. (Org.). A didática em questão. II. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CANDAU, V. M. A reconstrução da didática. *Elementos teórico-metodológicos*. Campinas/SP, Cortez, 1992.
- CARVALHO, G. C. A. *Relacionamento e afetividade professor-aluno: necessidade para uma aprendizagem de qualidade*. Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso, Pós-graduação da UPIS, Brasília, 2008.
- CHALITA, G. Educação: a solução está no afeto. São Paulo, SP: Editora Gente. 2002.
- CUNHA, M. I. O bom professor e sua prática. Campinas: Papirus, 2001.
- DELORS, J. (Org.). UNESCO (1998). Educação: um tesouro a descobrir. Brasília: MEC; São Paulo, SP: Cortez.
- FERREIRA, W. B. De docente para docente: *práticas de ensino e diversidade*. São Paulo: Summus, 2007.
- FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- GARCIA, S. e. *Mediação da Aprendizagem: contribuições de Feuerstein e Vigotsky*. São Paulo: Cultura, 2008.
- IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para as mudanças e incertezas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia, Ciência da Educação?* São Paulo: Cortez, 2006.
- LÜDKE M. e MARLI E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MASETTO, M. T. *Didática: a aula como centro*. 4ª ed. – São Paulo: FTD, 1997.
- _____. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo, SP: Summus, 2003.
- MORAN, J. M. E outros. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 13ª ed. São Paulo: Papirus, 2004.
- MOREIRA, M.A. (2005). *Aprendizagem Significativa Crítica*. Porto Alegre, RS: Impressos Portão.

- NIQUINI, D. P. *O Grupo Cooperativo: uma metodologia de ensino*. Brasília: Univer-
sa, 1997.
- PENTEADO, H. D. *Pedagogia da Comunicação: teorias e práticas*. São Paulo:
Cortez, 1998.
- PERRENOUD, P. *As competências para ensinar no século XXI*. Porto Alegre:
Artmed, 2002.
- SACRISTÁN, J. G. *Consciência e ação sobre a prática como libertação profissio-
nal dos professores*. In: NÓVOA, A. *Profissão professor*. Portugal: Porto,
1995.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 3.ed, Petrópolis, RJ: Editó-
ra Vozes, 2003.

Resumo

O texto apresenta algumas ponderações para compreender e apreender os sentidos da teoria-ação-reflexão que estão envolvidos na reformulação do saber pedagógico e como o saber que o professor constrói no dia a dia do seu trabalho e que fundamenta sua ação docente pode ser o saber possibilitador de interação entre o professor e o aluno. As mudanças ocorridas no final do século XX têm exigido modificações nas instituições educativas e na profissão docente. Para tanto, gerar a educação no século XXI, exige dos ambientes escolares a eliminação definitiva dos enfoques tecnológicos, funcionalistas e burocratizantes e a aproximação de seu caráter relacional, mais dialógico, mais cultural-contextual e comunitário com vistas à superação das desigualdades. Procurou-se entender a Didática, por meio de suas dimensões explicativas e projetivas, como participante da construção de uma *práxis* docente, que só acontece realmente, no efetivo exercício da docência que tem o seu conceito melhor compreendido quando tem em vista, o significado do trabalho humano no processo de aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a fazer.

Palavras-chave: Educação; Didática; Ação pedagógica; Mediação pedagógica; Ecossistemas educativos

Abstract

The text introduces elements to understand and apprehend the meanings of the theory-action-reflection involved in the reformulation of pedagogical knowledge

the ways through which experience acquired by the professor in his daily duties might become a key element for his interaction with students. The late 20th century changes demand transformations in educational institutions and in teaching as well. Therefore, it is argued that education in the present century demands the definite suppression of technological, functionalist and bureaucratic educational approaches in order to privilege a more relational, dialogic, cultural contextualized and communitarian conception, one that aims at overcoming inequalities. Didactics is envisaged in its explanatory and prospective dimensions, as a constitutive conceptual device of a teaching praxis, one that can be effectively understood and implemented only when associated to the importance of human effort in learning how to learn, to share, to be and to perform.

Key words: Education; Didactics; Pedagogical action; pedagogical mediation; Educational ecosystems

Resumen

El texto presenta elementos de comprensión y apreensión de los sentidos de la teoría-acción-reflexión presentes en la reformulación del saber pedagógico y acerca de como el saber que el profesor construye en su labor cotidiano y que fundamenta su acción docente suele convertirse en el saber que posibilita la interacción entre el profesor y el estudiante. Los cambios del final del siglo XX han exigido modificaciones en las instituciones educativas y en el labor docente. Por ende, gestar la educación del siglo XXI exige de los ambientes escolares la eliminación definitiva de los enfoques tecnológicos, funcionalistas y burocratizantes y el acercamiento a su carácter relacional, más dialógico, más cultural-contextual y comunitario con miras a la superación de las desigualdades. Se ha intentado entender la Didáctica, por medio de sus dimensiones explicativas y proyectivas, como participante de la praxis docente la cual solamente ocurre cuando se tiene en perspectiva el significado del trabajo humano en el proceso de aprender a aprender, aprender a convivir, aprender a ser y aprender a hacer.

Palabras clave: Educación; Didáctica; Acción pedagógica; Mediación pedagógica, Ecosistemas educativos

Rubens de Oliveira Martins

Gestor Governamental - MCT. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor da UPIS.

*Por que ler Oswald de Andrade**

* **Maria Augusta Fonseca.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008

Em outubro de 1954, falecia em São Paulo Oswald de Andrade, escritor modernista que simboliza o ideal de liberdade e de efervescência intelectual, característico tanto das vanguardas modernistas de 1922, quanto dos intelectuais posteriormente formados na tradição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Pouco mais de 50 anos nos separam do convívio com sua figura quixotesca, mas as histórias lendárias a respeito de sua vida pessoal e de sua obra literária continuam vivas e mesclando fatos reais com a imaginação fortemente marcada por atitudes à frente de seu tempo, sem concessões nem meias palavras.

Atualmente, podemos dizer que Oswald de Andrade continua sendo mais famoso do que lido, conhecido pelas façanhas que são repetidas frequentemente pelos manuais de teoria literária utilizados nos colégios. É certo que a retomada da leitura da obra oswaldiana, em prosa, poesia e teatro, é necessária para ultrapassar a dimensão lendária de Oswald de Andrade e demonstrar sua atualidade e importância.

A possibilidade dessa leitura renovada da obra oswaldiana recebe agora um novo alento com o livro de Maria Augusta Fonseca - “Por que ler Oswald de Andrade” -, que vem a público no momento em que a Editora Globo relança a obra completa de Oswald de Andrade (lembrando que as últimas publicações da obra de Oswald ocorreram nos anos 70, pela Editora Civilização Brasileira, e nos anos 90, pela própria Editora Globo), permitindo o acesso de novos leitores aos seus textos.

Maria Augusta Fonseca doutora em Letras e docente do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e autora de importante biografia do autor – publicada originalmente em 1990 e republicada em 2007), o que demonstra credenciais de especialista e conhecedora do tema.

No livro “Por que ler Oswald de Andrade”, a autora apresenta inicialmente uma síntese biográfica de Oswald (no capítulo “Um retrato do artista”), que corresponde a uma iniciação para compreender como vida e obra estão entrelaçados

naquele autor. Em seguida, encontramos uma “Cronologia” que situa o autor no contexto sociocultural e político de sua época. Aproveitando-se do domínio de sua formação de crítica literária, a autora nos conduz então pelo capítulo “Ensaio de leitura”; tece comentários sobre as obras mais significativas do autor e complementa essa apresentação com o capítulo “Entre aspas”, no qual o leitor encontra trechos selecionados do próprio Oswald, tomando contato com a força de seu texto. Finalmente, o capítulo “Estante” proporciona bibliografia selecionada dos estudos críticos sobre a obra oswaldiana, biografias, teses e dissertações acadêmicas e a obra completa do autor.

Com seu livro, a autora contribui para compreender como a dimensão “lendária” em torno do nome de Oswald de Andrade, associada falsamente à “falta de seriedade”, resultou em redução e simplificação em relação à sua importância para a vida literária e para a crítica das instituições sociais e políticas no Brasil.

Os leitores de Oswald de Andrade, uma vez iniciados por Maria Augusta Fonseca, poderiam então imaginar que, se Oswald vivesse no Brasil atual, ainda encontraria motivos suficientes para a manutenção da postura inquieta diante das situações de injustiça que perduram e que dariam matéria à sua língua ferina e às suas sátiras cortantes, sempre permeadas de humor capaz de transformar em riso aquela seriedade ambicionada pelos desmandos de governos arrogantes.

“Por que ler Oswald de Andrade” demonstra que a atualidade dessa crítica pode ser comprovada pela leitura de “Memórias sentimentais de João Miramar” e “Serafim Ponte Grande”, dois dos livros mais geniais de nossa literatura, bem como pela leitura dos artigos de Oswald publicados em jornais, ou das polêmicas intelectuais em que se envolveu até o fim da vida, sem renunciar à postura de inconformismo e crítica que o caracterizou.

No Brasil do século XXI, submetido a escândalos políticos, crise dos valores éticos da vida pública, desvios de recursos públicos, desigualdades sociais, desemprego, epidemias de doenças típicas das regiões mais atrasadas do planeta e, finalmente, apagões que nos condenam ao retorno a hábitos, Oswald de Andrade continua a ser uma personalidade que faz muita falta.

Talvez para nós brasileiros, acostumados a nos adaptar às adversidades, fosse necessário pelo menos tentar modificar uma das características que nos distingue: a falta de memória de tantas coisas valiosas de nossa história acaba perdendo.

E para esse exercício de rememorar, novamente o livro de Maria Augusta Fonseca se mostra importante, em especial ao apresentar a peça “O Rei da Vela”, que Oswald de Andrade escreveu em 1937, que destila uma crítica profunda sobre

os riscos de hipocrisia, alienação e conformismo. Encenada somente 30 anos depois de publicada, em 1967, sob a direção vanguardista de José Celso Martinez Correia, a peça se mantém atual porque, nas palavras do próprio Zé Celso: *Não é a peça de Oswald que é datada, é o Brasil que é datado!*

Em 2000, em plena crise do “apagão” elétrico, “O Rei da Vela” voltou aos palcos brasileiros, quase 30 anos depois da primeira montagem, e com a mesma força crítica capaz de inquietar as plateias modernas; ao mesmo tempo, parecia transformar a ficção em realidade, quando os telejornais mostravam reportagens sobre o retorno de lampiões e velas de sebo nas modernas residências de nossas cidades.

Hoje, em 2009, infelizmente convivemos com “apagões” mais graves, pois dizem respeito à moralidade, e a visão crítica do “Rei da Vela” oswaldiano ainda parece muito apropriada, com sua carga de denúncia e inconformismo, e estaria exigindo nova montagem! Enquanto a aguardamos, nada mais salutar que a leitura do livro de Maria Augusta Fonseca, que permite que novos leitores se iniciem na genialidade da obra de Oswald de Andrade.

Normas para os colaboradores

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento

 *gráfica e editora*
inconfidência

fores: (61) 3552.4024 3552.2510 fax: (61) 3386.2350
brasilá distrito federal

Site: www.graficainconfidencia.com.br
E-mail: graficainconfidencia@zaz.com.br

